

DAXIYANGGUO



Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos
Portuguese Journal of Asian Studies

Publicação anual e gratuita

sumário n.º 25 / 2020

summary

大

西

洋

國

1. Fábio Guilherme Colombo

O Asian Infrastructure Bank enquanto elemento financiador da Belt and Road Initiative: demonstração de capacidade chinesa de prover bens públicos no sistema internacional

2. Francisco Manuel Managil Cabral

The Rise of China in Global Politics: Is a Peaceful Power Transition Possible?

3. Lauro Borges Correia de Araújo

Chinese Strategic Culture and Sea Power: Geographic and Historical Sources

4. Tânia Ganito

The Fragility of Identity and the Imagination of Otherness in Bai Hua's novel
The Remote Country of Women

ENSAIO

5. Ana Cristina Alves

O Papel da História na Reestruturação do Triângulo Relacional Portugal – China – África Lusófona

ESPECIAL

6. Carlos Piteira, Celina Veiga de Oliveira, Marisa Gaspar, Vítor Serra de Almeida, Mário Matos dos Santos, Manuel Rodrigues, Joaquim Pereira, Maria João Valente (Moderação)

Identidade macaense: que futuro?

Patrocínio



ISCSP

INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



INSTITUTO DO ORIENTE

DAXIYANGGUO: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

Publicação do Instituto do Oriente – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

(Número de registo de pessoa colectiva – 600019152)

Direcção	Director Nuno Canas Mendes (IO/ISCSP)
	<i>Sub-directora Andrea Valente (IO/ISCSP)</i>

Gabinete Editorial	Pedro Oliveira (IO/ISCSP)
---------------------------	---------------------------

Conselho Consultivo	Adriano Moreira (ISCSP)
	António Vasconcelos de Saldanha (IO/ISCSP)
	João Paulo Oliveira e Costa (Univ. Nova de Lisboa, Centro de história Além-Mar)
	Surjit Mansingh (Jawaharlal Nehru University, Nova Deli)
	Michael Yahuda (London School of Economics)
	Robert Ross (Harvard University, John King Fairbank Center for East Asian Research)
	Kjeld Erik Brodsgaard (The Copenhagen Business School, Asia Research Center)
	Paolo Santangelo (Instituto Orientale Napoli)
	Xiao Chen (Beijing University)
	Harry Harding (Elliott School of International Affairs, G. W. University)
	Chao-Jen Huang (Taiwan Institute of Economic Research)
	Ana Cristina Alves (Nanyang Technological University of Singapore)

Estatuto Editorial	Poderá consultar o Estatuto Editorial em http://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/estatuto-editorial
	Publicação gratuita
	Periodicidade Anual

Patrocínio



FUNDAÇÃO JORGE ÁLVARES
Sede do Editor e da Redacção

Instituto do Oriente/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Campus Universitário do Alto da Ajuda
Rua Almerindo Lessa, 1300-633 Lisboa

Design gráfico da capa
Susana Barreto

Produção gráfica
Multitipo – Artes Gráficas, Lda.
Rua Sebastião e Silva, 19 – 2745-838 Queluz-Massamá

Tiragem
250 exemplares

ISSN
16454677

Depósito Legal
339 105/12

N.º Registo ERC
124011

Artigos

O Asian Infrastructure Bank enquanto elemento financiador da Belt and Road Initiative: demonstração de capacidade chinesa de prover bens públicos no sistema internacional

Fábio Guilherme Colombo

3

The Rise of China in Global Politics: Is a Peaceful Power Transition Possible?

Francisco Manuel Managil Cabral

22

Chinese Strategic Culture and Sea Power: Geographic and Historical Sources

Lauro Borges Correia de Araújo

39

The Fragility of Identity and the Imagination of Otherness in Bai Hua's novel The Remote Country of Women

Tânia Ganito

72

Ensaio

O Papel da História na Reestruturação do Triângulo Relacional Portugal – China – África Lusófona

Ana Cristina Alves

92

Especial

Identidade macaense: que futuro?

Carlos Piteira, Celina Veiga de Oliveira, Marisa Gaspar, Vítor Serra de Almeida, Mário Matos dos Santos, Manuel Rodrigues, Joaquim Pereira, Maria João Valente (Moderação)

109

DAXIYANGGUO

Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

Portuguese Journal of Asian Studies

A Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos é uma publicação anual que visa a divulgação das grandes temáticas dos Estudos Asiáticos junto de investigadores especializados, adotando uma abordagem abrangente no âmbito das Ciências Sociais e Políticas. A Daxiyangguo é uma publicação do Instituto do Oriente, unidade de investigação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com o patrocínio da Fundação Jorge Álvares.

latindex

A Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos é uma publicação indexada no Latindex – Catálogo e Diretório (Folio 12791).

O Asian Infrastructure Bank enquanto elemento financiador da Belt and Road Initiative: demonstração de capacidade chinesa de prover bens públicos no sistema internacional¹

| Asian Infrastructure Bank as a financing element of the Belt and Road Initiative: demonstration of China's ability to provide public goods in the international system

Fábio Guilherme Colombo

Mestrando em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2020.25/pp.3-21

Resumo:

A Belt and Road Initiative (BRI) e o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), o primeiro um projeto de interligação de economias a partir da China e o segundo uma instituição multilateral de financiamento a projetos de infraestrutura, são elementos definidores da política externa chinesa no século XXI. Entender a relação entre essas duas componentes é relevante porque permite realizar inferências acerca da projeção de poder chinês no sistema internacional. Neste sentido, entende-se que uma abordagem a partir da ideia de bens públicos globais é útil, pois se encaixa em um contexto mundial de fadiga dos Estados Unidos enquanto provedor desses e aparente vontade chinesa de assumir esse papel. O presente trabalho analisa a oferta de bens públicos por parte da China por intermédio do AIIB. Define-se, portanto, que o objetivo geral é verificar se essa instituição preenche a função de prover bens públicos no âmbito da BRI. Os objetivos específicos são (1) revisar a literatura acerca de bens públicos globais dentro da ótica de Kindleberger (1973) e outros autores; (2) discorrer sobre o AIIB e a BRI, demonstrando uma relação de financiamento do primeiro em relação ao segundo e; (3) aplicar a noção de bem público ao AIIB. Verificou-se que a multilateralidade, segurança jurídica e financiamento ao desenvolvimento são bens públicos promovidos pela instituição analisada.

Palavras-chave: AIIB; BRI; bem público; China; Economia Política Internacional.

Abstract:

The Belt and Road Initiative (BRI) and the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), the first a project for interconnecting economies from China and the second a multilateral institution for financing infrastructure projects, are defining elements of

¹ Artigo escrito na variante brasileira da língua portuguesa (PT-BR).

chinese foreign policy in the 21th Century. Understanding the relationship between these two components is relevant because it allows inferences to be made about the projection of chinese power in the international system. In this sense, it is understood that an approach based on the idea of global public goods is useful, as it fits in a world context of fatigue in the United States as a provider of these and an apparent chinese willingness to assume this role. This paper analyzes the supply of public goods by China through the AIIB. It is defined, therefore, that the general objective is to verify if this institution fulfills the function of providing public goods within the scope of BRI. The specific objectives are (1) to review the literature on global public goods from the perspective of Kindleberger (1973) and other authors; (2) discuss the AIIB and BRI, demonstrating a financing relationship between the first to the second and; (3) apply the notion of public good to AIIB. It was found that multilateralism, legal certainty and financing for development are public goods promoted by the analyzed institution.

Keywords: *AIIB; BRI; Public Good; China; International Political Economy.*

Introdução

A ascensão da China ao posto de segunda maior potência mundial no século XXI, somente ultrapassada pelos Estados Unidos, é representativa de impactante modificação no sistema internacional em termos de transição de poder. Se a Guerra Fria, por um lado, significou a vitória da ordem liberal encabeçada pelos Estados Unidos no início dos anos 1990 sobre o socialismo soviético, a crise de 2008, o recrudescimento dos nacionalismos de extrema-direita e a pandemia do COVID-19, de outro, são fenômenos que expõem os limites dessa estrutura global. Afinal, os problemas citados demonstram a carência do sistema internacional no que tange à oferta de bens públicos globais, fragilizada em decorrência do isolamento dos Estados Unidos em si. Assim, a China passa por importante ponto de inflexão no tocante à condução de sua política externa no século XXI.

Para além de uma postura mais assertiva face ao impasse no Mar do Sul da China e a irredutibilidade sobre a questão de Taiwan, o país tem se posicionado como promotor de desenvolvimento em seu imediato entorno geográfico. Esse movimento obteve maior atenção da comunidade internacional com o anúncio da Belt and Road Initiative (BRI) por parte do Presidente Xi Jiping em 2013. Entendida como uma ferramenta para promover “o desenvolvimento econômico regional e aumentar o entendimento e confiança entre os países da região” (Huang, 2016, p. 318, tradução própria), a BRI parece, em termos gerais, uma forma de a China se posicionar enquanto provedora de bens públicos no sistema internacional.

Dentre as estruturas de financiamento da iniciativa, encontra-se o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). A instituição financeira multilateral lançada em 2013 e posta em funcionamento a partir de 2016 tem como principal objetivo cobrir a grande lacuna de financiamento em infraestrutura na Ásia. Nestes termos, apresenta-se como uma alternativa aos tradicionais Banco Mundial e Asian Development Bank (ADB), entidades ocidentais de financiamento ao desenvolvimento. Levando em consideração a mencionada ascensão da China no sistema internacional, estudar tanto a BRI como o AIIB torna-se necessário para compreender a forma como projeta seu poder regional e internacionalmente. A abordagem a

partir de uma perspectiva de provisão de bens públicos (Kindleberger, 1973) parece, portanto, adequada.

Esse paper busca responder se o AIIB é um bem público ofertado pela China no âmbito da BRI. Para que uma resposta seja possível, destaca-se o seguinte objetivo geral: Verificar se o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) desempenha o papel de bem público no âmbito da Belt and Road Initiative (BRI).

Para a consecução do objetivo proposto, elencam-se três objetivos específicos: (1) revisar a literatura acerca de bens públicos globais dentro da ótica de Kindleberger (1973) e outros autores que versem sobre o tema; (2) discorrer sobre o AIIB e a BRI, demonstrando uma relação de financiamento ao segundo pelo primeiro; (3) aplicar a noção de bem público ao AIIB.

O caminho planejado para efetuar este artigo é multifacetado. Em um primeiro momento, por meio da revisão de literatura de bens públicos globais a partir de Kindleberger (1973), buscar-se-á delimitar conceitos centrais os quais embasaram a análise do objeto de estudo. Neste estágio, para além da definição bens públicos, buscar-se-á selecionar determinantes que possam verificar a existência desses. Em outras palavras, insumos teóricos serão fornecidos para que esse conceito seja operacionalizado no âmbito do AIIB e da BRI. Depois, o conceito será operacionalizado de fato, a partir do estudo desses dois objetos.

Desta forma, o trabalho está disposto em quatro seções. A presente introdução, que realiza considerações iniciais acerca do objeto de estudo e os objetivos a que se tem intenção de atingir, assim como o modo de atingi-los e as possíveis limitações à investigação. A segunda seção é voltada à revisão de literatura sobre bens públicos globais, da qual será abstraída sua definição e critérios que os caracterizam, assim como ferramentas para operacionaliza-los. A terceira parte é composta pela aplicação dos elementos expostos anteriormente ao caso do AIIB e da BRI, de modo a verificar se o primeiro se encaixa na definição de bem público no que toca à BRI. A quarta parte encerra a obra, oferecendo reflexões que serão esperançosamente úteis para o leitor.

Finalmente, é preciso apontar as limitações desta investigação. Destarte, o autor não domina o mandarim. Nestes termos, reconhece a barreira decorrente da língua, contudo é consciente da existência de ampla literatura a respeito do tema e, apesar de não poder abstrair informações de fontes chinesas em língua nativa, possui acesso aos insumos necessários para realizar a investigação. Já em relação aos indicadores econômicos utilizados no estudo, comprehende-se que nem sempre corresponderão de forma fiel à realidade, uma vez que o artigo trata de projetos chineses. Não obstante a busca por parte das autoridades chinesas em desbancar a ideia de um país fechado no qual a liberdade de expressão não tem lugar, a inexistência de organizações independentes de transparência desvinculadas do Partido Comunista Chinês (PCC) no país pode comprometer a imparcialidade dos dados.

Bens públicos globais e a estabilidade internacional

Uma definição inicial de bens públicos pode ser encontrada em Kaul et al. (1999, p. 452, tradução própria), que os definem como “benefícios não exclusivos e não concorrentes que atravessam fronteiras, gerações e populações”. Em outras palavras, são globais à medida que não excluem um grupo em privilégio a outro e não concorrentes ao passo que a adição de outro ator no rol de receptores desses bens não os torna mais escassos. Nesses termos, princípios do direito internacional são bens públicos, uma vez que os integrantes do sistema internacional se beneficiam de um conjunto de normas que diminuem a insegurança e a incerteza existentes em um sistema nominalmente anárquico. Dessa forma, os efeitos da anarquia tal qual descritos por Waltz (1978) são minimizados com a existência desse tipo de bem.

Outros exemplos de bens públicos são a redução da poluição, pesquisa em vacinas e controle do fluxo de capitais. Kanbur et al. (1999) complementam a explicação acima, uma vez que demonstram que esses bens, na esfera internacional, tendem a ter oferta deficiente. Como não há, diferentemente da esfera doméstica, um governo que seja responsável por suprir a demanda para todos os atores no sistema internacional, não é possível

delegar de modo formal o papel de provedor de bens públicos para um ou outro ator. Assim, a redução de poluição tende a ser distribuída de maneira desigual, uma vez que nem todos Estados estão dispostos a reduzir igualmente a emissão de poluentes. A disparidade econômica entre Estado desenvolvidos e em desenvolvimento impedem que os últimos focalizem seus gastos em pesquisa de vacinas. Finalmente, a falta de concerto em matéria de política monetária impede o controle de fluxo de capitais de modo globalizado.

Não obstante a falta de governo mundial, alguns acadêmicos das relações internacionais entendem que, sendo o sistema internacional ocidental² marcado pela ascensão e queda de grandes potências ao longo do tempo (Kindleberger, 1973; Gilpin, 1988), a potência dominante seria responsável por assumir o posto de provedor universal de bens públicos. A este respeito, o hegemon, ou seja, o Estado cujo poder é superior àquele dos demais atores, exercita a hegemonia não apenas pela difusão de ideias e princípios que o favoreçam (Strange, 1975; 2015), mas também por assegurar a estabilidade do sistema internacional. Neste contexto, períodos como o interlúdio entre as duas guerras mundiais seriam mais instáveis do que aqueles nos quais um Estado possuísse papel preponderante internacionalmente, como o período da Pax Britannica³, no século XIX e a ordem internacional de Bretton Woods, liderada pelos Estados Unidos, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Kindleberger (1973; 1986) afirma que a estabilidade do sistema é fruto da existência de um emprestador de última instância no sistema internacional. A crise financeira de 1929 teve efeitos tão nefastos na economia mundial porque não existia um país que assumisse a responsabilidade por administrar a crise, uma vez que as políticas de “empobreça seu vizinho” se

² É preciso absorver essa frase com uma ressalva. Quando nos referimos ao sistema internacional, partimos de uma interpretação occidentocêntrica da realidade. Foi a opção escolhida para a escrita deste ensaio, uma vez que se reconhece a existência de outras lentes através das quais podemos interpretar a realidade. Afinal, a máxima de Robert Cox permanece atual: a teoria é sempre para alguém e para algum propósito (Cox, 1981, p. 128, grifo do autor, tradução própria). Disponível em: Cox, R. W. (1981). Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, 10(2), 126–155.

³ A Pax Britannica, contrariamente ao que indica o nome, não foi um período harmonioso. Como Gough (1990) demonstra, o exercício da hegemonia inglesa foi conseguido não apenas pela diplomacia, mas também pelo uso da força militar e violência nas colônias inglesas na África do Sul, China e Índia. Para mais informações, conferir Gough, B. M. (1990). Pax Britannica: Peace, force and world power. *The Round Table*, 79(314), 167-188.

tornaram práticas comuns e a quebra do banco alemão Creditanstalt teve repercussão econômica severa na Europa (Kindleberger, 1986, p. 8). A falta de um Estado que socorresse bancos nacionais quando estes incorriam em crises de solvência permitia que essas se alastrassem, desse modo contribuindo para a instabilidade político-econômica.

As considerações acima explicitadas remetem uma vez mais à noção de bens públicos globais. Assim como a Inglaterra enquanto hegemon promoveu segurança de navegação dos mares e a diminuição e consequente extinção do tráfico internacional de escravos no século XIX (Gough, 1990), os Estados Unidos desempenharam papel semelhante de provedor internacional desses bens no pós-Guerra. A criação de instituições de financiamento ao desenvolvimento como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – resolvendo, em tese, o problema do financiamento ao desenvolvimento, a utilização de uma moeda de conversão universal e o incentivo ao livre comércio por meio da fundação do General Agreement on Free Trade and Tariffs (GATT), precursor da Organização Mundial do Comércio (OMC), representam bens públicos globais os quais beneficiam todos os Estados do sistema.

A oferta desses bens permite ao hegemon construir o tecido institucional dentro do qual os demais atores realizam suas interações (Strange, 2015). Isso confere ao primeiro a vantagem de fazer com que os últimos se adequem às regras do jogo criadas por ele. Os Estados Unidos exercem poder estrutural sobre os demais, o que lhes permite propagar sua visão de mundo para as economias dos Estados do sistema internacional. Em outras palavras, o soft power⁴ estadunidense aumenta exponencialmente, garantindo superioridade do hegemon não apenas em matéria militar e econômica, mas também ideológica.

Entretanto, o provedor de bens públicos incorre em custos para supri-los. Uma dessas despesas é aquela dos free riders. Argumentam Balaam e Veseth (1996, p.51), a este respeito, que esses seriam os atores – no caso

⁴ Não confundir soft power com poder estrutural. O primeiro, conceituado por Nye (1990), é a capacidade de um Estado influenciar outro por meio da difusão de seus valores, ideias e princípios em outra de maneira não coercitiva. O segundo, por sua vez, é impositivo no sentido que os Estados devem se guiar pelas regras das instituições internacionais criadas pelo hegemon para que sejam inseridos no sistema. Para considerações preliminares acerca do soft power, consultar Nye, J. S. (1990). Soft power. Foreign policy, (80), 153-171.

Estados – que não contribuem para o funcionamento da institucionalidade criada pelo hegemôn, porém dela se beneficiam, uma vez que a natureza dos bens públicos é irrestrita. A China pode ser considerada um free rider da ordem internacional criada pelos Estados Unidos, uma vez que sua ascensão econômica foi permitida por meio do livre-comércio e acesso às instituições multilaterais como a OMC (Ohashi, 2018), mas sem oferecer em troca acesso livre ao seu mercado interno. Essa configuração parece estar lentamente se modificando, contudo, como será demonstrado na próxima seção.

Finalmente, a partir dos insumos apresentados nos últimos parágrafos, pode-se resumir três características definidoras de um bem público global. Em primeiro lugar, é irrestrito, uma vez que não pode ser limitado a apenas um determinado grupo de atores (Kindleberger, 1973; 1986; Balaam e Veseth, 1996; Kaul et al, 1999; Kanbur et al, 1999). Em segundo lugar, é não concorrente, uma vez que a existência de um bem público não afeta a oferta ou demanda de outro bem desta natureza (Kaul et al, 1999). Terceiramente, é internacional à medida que perpassa fronteiras nacionais mesmo sendo ofertado por um ator (Kanbur et al, 1999).

Feitos os breves comentários teóricos, prossegue-se para o objeto de estudo propriamente dito: o AIIB enquanto elemento financiador da BRI e como instrumento chinês de provisão de bens públicos globais.

A Belt and Road Initiative e o Asian Infrastructure Investment Bank

Esta seção é dedicada a reflexões acerca da BRI e do AIIB. Em um primeiro momento, discorrer-se-á sobre a BRI e seus elementos definidores, bem como compreender seu alcance internacional. A partir das considerações realizadas, passar-se-á à discussão do papel do AIIB em seu financiamento, de modo a verificar se esse pode ser considerado um bem público global nos termos discutidos no segundo capítulo.

A BRI: plano demasiado abrangente ou eficaz estratégia de projeção de poder?

O anúncio da BRI pelo presidente Xi Jiping em 2013 foi recebido de maneira mista internacionalmente. Enquanto alguns veículos de mídia, como Financial Times e Bloomberg (Financial Times, 2015; Curran, 2016) e think tanks, como The Diplomat (Shen, 2016), definiam a iniciativa como o Plano Marshall Chinês, outros teóricos afirmavam que o escopo e ambição do projeto eram demasiado grandes para que fosse comparado ao plano estadunidense de reconstrução europeia após a Segunda Guerra (Chen, 2014). Em se tratando disso, defende-se a ideia de Shen e Chan (2018): é demasiado cedo para tracejar comparações, uma vez que a BRI ainda não se desenvolveu em sua plenitude e o Plano Marshall foi posto em prática em um contexto diferente daquele da iniciativa chinesa.

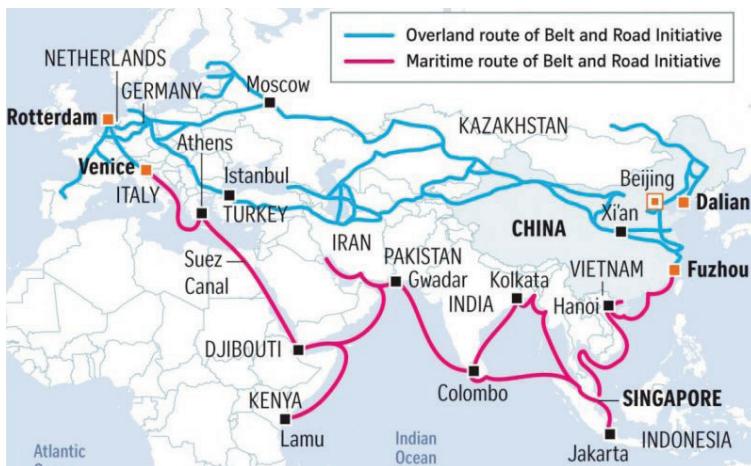
Neste cenário, é necessário compreender no que consiste a BRI. Primeiramente, apesar de ser normalmente tratada como um projeto de desenvolvimento de infraestruturas, possui em realidade mais áreas de abrangência. Huang (2016, p.319) denota que a BRI compreende cinco áreas: o diálogo político, a conectividade de infraestruturas, o livre comércio, apoio financeiro e intercâmbio de pessoas⁵. No entanto, o desenvolvimento e conexão de infraestrutura ganha mais espaço na discussão a respeito do projeto porque a arquitetura econômica internacional, ainda de acordo com Huang (2016), tem um problema estrutural grave, nomeadamente, a falta de interligação de infraestruturas entre os países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Geograficamente, a BRI se dispõe em três grandes faixas terrestres e uma marítima. Partindo da China, vão para todas as direções cardinais: ao norte, há a rota que interliga as economias da Ásia Central, Rússia e Europa; ao sul, a busca por conexão entre os países do Sudeste Asiático e do sul do continente; a oeste, objetiva-se conectar Estados da Ásia Central ao Golfo Pérsico, atingindo o Mar Mediterrâneo (Huang, 2016). A rota marítima corresponde à melhoria de infraestrutura portuária dos portos da

⁵ Cada uma dessas vertentes merece um estudo próprio, mas de modo a não tangenciar o objeto de análise deste trabalho, focar-se-á na dimensão da infraestrutura.

China e da costa oriental da África, em direção ao ocidente, e da criação de infraestrutura no Mar do Sul da China e Oceano Pacífico, ao oriente. Para fins de contextualização, ver abaixo a figura 1.

Figura 1 – Belt and Road Initiative (Mapa)



Fonte: retirado de Asia Green Real Estate (2020)

Em termos materiais, a interligação entre o continente asiático e europeu é realizada por meio da criação de linhas ferroviárias, gasodutos e linhas de fibra ótica (Habova, 2015). Como o papel da infraestrutura teve papel crucial no rápido desenvolvimento chinês (Huang, 2016), a China enquanto difusora da BRI parece entender que a falta de investimento no setor por parte dos países no continente acarreta baixo desempenho econômico e busca preencher esse vácuo. Dentre os mais de 100 projetos no âmbito da BRI, destacam-se o Corredor Econômico entre China e Paquistão, de custo de 45 bilhões de dólares, e o porto de Melaka, na Malásia, no valor de 7,2 bilhões de dólares (Cai, 2018).

Entende-se, portanto, que a BRI é ambiciosa. O capital necessário para realizar os investimentos é estimado em até 8 trilhões de dólares americanos pelo Conselho do Partido Comunista Chinês (CPCC), o que é contestável em termos de factibilidade. Conforme Hillman (2018), o valor obtido pelo CPCC parece ter sido abstraído da estimativa dada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) em 2009, que previa investimentos em 8 trilhões de dólares

entre os anos 2010 e 2020 para preencher o déficit de infraestrutura asiático. No entanto, até 2017, os gastos relacionados a BRI foram de aproximadamente 340 bilhões, ou seja, ainda muito distantes do previsto (Hillman, 2018).

Em que pese a inexatidão inerente à dimensão financeira da BRI, a iniciativa parece representar uma forma de projeção de poder chinês a nível regional e internacional. Em primeiro lugar, a promoção de um projeto de tal escala só poderia ser efetuada por um ator com grande quantidade de capital para investir: conforme dados do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês de 21.415 trilhões de dólares⁶ (Banco Mundial, 2018) cobre com folga os custos do investimento necessário. Segundo-modo, a promoção de desenvolvimento regional na Ásia por meio de uma iniciativa chinesa representa resistência à influência das instituições ocidentais de assistência ao desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Em terceiro lugar, é uma forma da China garantir o sucesso de sua diplomacia periférica (Habova, 2015), uma vez que a BRI é uma maneira de manter relacionamentos saudáveis com os Estados vizinhos. Finalmente, a BRI é uma forma de garantir o fluxo de suprimentos energéticos para China, uma vez que a demanda por energia é crescente e fundamental para seu desenvolvimento (Habova, 2015).

Os pontos levantados acima remetem ao entendimento de que a BRI é mais uma estratégia chinesa de projeção de poder do que um projeto demais grande e sem objetivos aparentes. No entanto, ainda resta abordar a questão de financiamento da iniciativa. Independentemente do valor total da BRI, a China criou mecanismos específicos para financiamento dos projetos de infraestruturas criados em seu âmbito: dessa forma, surgem o Silk Road Fund (SRF) e o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). A existência dessas duas instituições reforça a ideia de projeção de poder chinês, pois são alternativas aos emprestadores ocidentais. O SRF faz parte do orçamento nacional da China e tem valor inicial de 40 bilhões de dólares. O AIIB, por sua vez, é uma instituição multilateral que tem por objetivo financiar a infraestrutura asiática, em linhas gerais, mas foi criado após a revelação da BRI ao mundo, em 2013, passando a funcionar em 2016.

⁶ PIB em dólar corrente em termos de Paridade de Poder de Compra (PPP).

O AIIB: a experimentação chinesa de promoção de bens públicos globais

O AIIB foi anunciado pouco tempo após a BRI, ainda em 2013. Fundada pela China, essa instituição multilateral com foco no financiamento de projetos de infraestrutura na Ásia tem um capital de 100 bilhões de dólares como base. Em comparação ao Banco Asiático para Desenvolvimento (ADB) e ao Banco Mundial, que possuem como capital fundador de 150 bilhões e de mais de 250 bilhões de dólares respectivamente (Callaghan; Hubbard, 2016), o AIIB é menor, sendo conceituado como de tamanho médio. Atualmente, é composto por 102 Estados que não se limitam ao escopo de financiamento do banco, mas que contribuem para com o montante total de capital disponível. De modo a demonstrar a atração internacional que possui a instituição, destaca-se a participação de Portugal, Canadá, Alemanha, Etiópia e Equador – mesmo não contribuindo com grandes quantias (à exceção da Alemanha), participam da organização, cuja atuação se limita à Ásia.

A fundação do AIIB, no entanto, não foi bem recebida em toda a parte. Como notado por Callaghan e Hubbard (2016), os Estados Unidos parecem interpretar a instituição como uma forma de a China assegurar sua influência na Ásia e diminuir a capacidade de atuação do Banco Mundial e o ADB na região. Nesses termos, o país não faz parte do AIIB, o que, em realidade, minou a capacidade de contrapor o posicionamento chinês dentro da instituição. Afinal, somente a China detém o poder de voto nas decisões do banco, uma vez que detém porcentagem de votação na ordem dos 26%. O temor estadunidense parece ter fundamento, contudo, uma vez que uma das interpretações possíveis é aquela de que a China está disposta a contornar instituições internacionais lideradas pelos Estados Unidos gradualmente (Habova, 2015, p. 65). O Japão também não faz parte do AIIB, pois é alinhado a Washington e tem protagonismo no ADB.

Em que pese essa desconfiança, a abordagem multilateral do AIIB em contraponto à bilateralidade da ajuda financeira chinesa ao desenvolvimento pode servir como amortecedor de tensões na região, sobretudo no tocante a países com os quais a China tem indisposições. Neste sentido,

a existência de diferenças quanto à geopolítica do Mar do Sul da China poderia afetar o desempenho da BRI caso o Vietnã e as Filipinas fossem abordados de maneira bilateral apenas. A presença de uma instituição multilateral atenua a imagem da China perante os países com que tem divergências políticas porque consegue separar as questões bilaterais daquelas que envolvem a região como um todo (Callaghan; Hubbard, 2016). Mesmo com o poder de voto, a China não pode agir unilateralmente no AIIB porque o banco é regido por instrumentos de governança que impedem que os recursos sejam captados exclusivamente pelo país com maior quantidade de ativos.

A estrutura do AIIB, por sua vez, é similar àquela de outros bancos multilaterais com foco em financiamento ao desenvolvimento. Assim, como disposto nos artigos constitutivos (AIIB, 2015) e apontado no estudo de Borquez e Naru (2019), o banco tem a estrutura governamental composta, tal qual o ADB e o Banco Mundial, por um conselho de governadores, grupo de diretores e administração. Diferentemente desses, contudo, os diretores não possuem residência no país-sede do banco. Adicionalmente, o escopo de atuação do AIIB é mais focado que as instituições ocidentais mencionadas, uma vez que tem foco no desenvolvimento de infraestruturas, ao passo que as primeiras possuem por objetivo o desenvolvimento econômico e sustentável, o que em termos gerais se traduz na busca por erradicação da pobreza (Borquez; Naru, 2019). Estabelecendo o caráter regional do AIIB, 75% do poder de voto está dividido entre membros regionais.

Apesar das preocupações dos Estados Unidos, estudos sugerem a existência de complementaridade entre as instituições ocidentais e o AIIB. Desde 2017, 15 dos 21 projetos de infraestrutura com financiamento pelo AIIB se dão em conjunto com o Banco Mundial e o ADB (Cai, 2018; Borquez; Naru, 2019). É interessante adicionar que 12 destes empréstimos são concedidos a países⁷ que fazem parte da área geográfica da BRI (Gabusi, 2017). Logo, apesar da existência de preocupação ante a projeção de influência chinesa por meio da atuação do AIIB, a coparticipação de bancos

⁷ Nomeadamente, a Indonésia, Bangladesh, Azerbaijão, Oman, Mianmar e Tajiquistão.

ocidentais sugere que, ao menos até o momento, não há completa dominação chinesa em termos de financiamento. O AIIB parece ser um instrumento complementar à estrutura econômica internacional ocidental, não obstante a liderança chinesa na instituição.

Ainda assim, conforme estudo de Djankov (2016), é preciso ressaltar que o AIIB é apenas um dos financiadores da BRI. Além do SRF, bancos estatais chineses⁸ também contribuem com capital para a exequibilidade da iniciativa. Neste cenário, a presença de uma verdadeira instituição multilateral auxilia no apaziguamento da ideia de que a China age por exclusivo interesse próprio na consecução da BRI, uma vez que sugere a perseguição a um interesse comum de todos Estados envolvidos: o desenvolvimento de infraestrutura. Com esse ponto, pode-se começar a dissertar acerca do papel de provisão de bens públicos pela instituição financeira.

Em primeiro lugar, o AIIB objetiva o fomento de desenvolvimento econômico, riqueza e conexão de infraestruturas na Ásia por meio de investimento no setor de infraestrutura. O financiamento ao desenvolvimento, conforme visto na segunda seção, é um bem público oferecido por instituições multilaterais com esse objetivo. A despeito das diferentes interpretações acerca dos objetivos chineses por de trás do AIIB – projeção de poder regional ou contestação da estrutura econômica internacional – o acesso a empréstimos para a criação de infraestruturas e conexão entre economias concedido pela instituição exerce a função de bem público em virtude do desenvolvimento regional decorrente desses.

Em segundo lugar, o caráter multilateral da instituição garante a diminuição de incertezas decorrentes da existência de disputas políticas entre a China e outros países que fazem parte do âmbito geográfico da BRI. Como demonstrado por Cai (2018), a busca por desenvolvimento é um interesse comum dos Estados da Ásia. A existência de um banco que promova auxílio à busca deste objetivo coloca as divergências entre os Estados que o compõe em segundo plano, ao menos no tocante às tratativas realizadas dentro da instituição. Em outras palavras, o AIIB age como atenuador das

⁸ Segundo Djankov (2016), são esses: Bank of China, Industrial and Commercial Bank of China, China Construction Bank, and Agricultural Bank of China. Ainda, há envolvimento do China Export-Import Bank e do China Development Bank.

tensões políticas, uma vez que as decisões são tomadas em conjunto, e não unilateralmente. A China detém, sim, o poder de voto; no entanto, é de seu interesse a consecução da BRI, portanto, há margem favorável para aceitação de financiamento a projetos dentro do escopo da iniciativa.

Em terceiro lugar, aliada à multilateralidade inherente ao AIIB está a conformidade com as regras do direito internacional. Como já estudado em Borquez e Naru (2019), o banco tem constituição similar àquela de outros bancos multilaterais de desenvolvimento. O tratado constitutivo da instituição foi efetuado de acordo com as normas internacionais correntes, e a língua oficial é o inglês, o que sugere que o AIIB pertence à estrutura econômica internacional atual, e não a uma construção chinesa que a contrapõe. Ainda, tal qual disposto no artigo 55 de mencionado tratado, a solução de controvérsias se dá por arbitragem (AIIB, 2015). Ou seja, há segurança jurídica para o funcionamento da instituição.

O financiamento ao desenvolvimento, a multilateralidade e a segurança jurídica inerentes ao AIIB são bens públicos porque cumprem os requisitos para assim serem caracterizados vistos pelos autores revisados no capítulo dois (Kindleberger, 1973; 1986; Balaam e Veseth, 1996; Kaul et al, 1999; Kanbur et al, 1999). No âmbito da BRI, esses três bens são assegurados a todos os países envolvidos, não afetando a existência de sua oferta em outras instituições que os ofereçam, como o Banco Mundial e o ADB. Ainda, são internacionais, uma vez que não se limitam a um território específico. No entanto, a este respeito, salienta-se a atuação regional do AIIB: os projetos financiados pela instituição se resumem ao continente asiático. Não obstante a BRI ter escopo mais abrangente, na Europa e em África, o AIIB limita-se a providenciar capital a projetos da iniciativa dentro da Ásia. Dessa forma, um dos bens públicos, nomeadamente o financiamento ao desenvolvimento, é regional, e não global como os outros dois.

As reflexões acima permitem entender que o AIIB é elemento financiador da BRI e, dentro deste âmbito, tem capacidade de oferecer bens públicos globais. Não é a única instituição que financia projetos da iniciativa chinesa (Djankov, 2016), mas o caráter multilateral a diferencia dos bancos nacionais chineses envolvidos na BRI. Ainda, é possível dizer, como visto em Borquez e Naru (2019) e pelas considerações de Gabusi (2017), que o

AIIB faz parte da estrutura econômica internacional, e não é dela desconnectado. O tratado constitutivo do banco, elaborado de acordo com princípios de direito internacional (AIIB, 2015), garante aos membros a solução de controvérsias dentro de mecanismos tradicionais, como a arbitragem. Neste cenário, não obstante a desconfiança estadunidense e japonesa ante às intenções chinesas escondidas por de trás da criação do AIIB (Callaghan; Hubbard, 2016), a recepção da instituição na comunidade internacional foi positiva.

Considerações finais – Um estágio inicial de provisão de bens públicos por parte da China

O estudo efetuado neste trabalho permitiu a consecução dos objetivos propostos inicialmente. A revisão de literatura acerca do fenômeno de bens públicos ofereceu a possibilidade de operacionalização do conceito e sua correspondente aplicação ao objeto de estudo, nomeadamente a BRI e o AIIB. Em se tratando do primeiro, verificou-se que as motivações por de trás da iniciativa, para além da intenção de promoção de desenvolvimento da Ásia, são de ordem geopolítica. A interligação de infraestruturas facilita o transporte de mercadorias e garante o suprimento de energia por vias menos predispostas a problemas, uma vez que atualmente o Mar do Sul da China é foco de tensão entre os Estados que por ele são banhados.

Já a respeito do AIIB, entendeu-se que a multilateralidade, segurança jurídica e o financiamento ao desenvolvimento oferecidos pela instituição se encaixam no conceito de bens públicos globais, malgrado ressalva em torno do último, que desempenha função apenas regional devido ao escopo de atuação do banco, que financia projetos exclusivamente no continente asiático. No tocante a essa questão, há um descompasso entre a BRI, que tem atuação intercontinental – na Europa e África – e o AIIB, que age regionalmente. Dessa forma, o financiamento a iniciativa é feito também por meio de bancos nacionais chineses, cujo exercício de função não se limita à Ásia.

A entrada em funcionamento do AIIB em 2016 e sua recepção positiva pela comunidade internacional, apesar de rechaço dos Estados Unidos e do

Japão, parece demonstrar que a China tem capacidade não apenas de participar de instituições ocidentais, mas também de criar instituições que se insiram nos moldes da estrutura econômica internacional vigente. Assim, parece demasiado precoce afirmar que a China atua de modo explicitamente contrastante às instituições atuais. Em realidade, o estudo efetuado sugere que a China atua em duas frentes: dentro das instituições ocidentais, aumentando sua participação, como demonstrado em Ohashi (2018) no caso da OMC, e por meio da criação de instituições alternativas, como o AIIB, mas que seguem o ordenamento ocidental. A principal diferença entre o AIIB e o Banco Mundial ou o ADB é a falta de influência estadunidense na instituição e a capacidade chinesa de vetar projetos, ao menos no tocante ao financiamento da BRI.

Referências

- Asia Green Real Estate. (2020). Belt and Road Initiative: mapa. Disponível em <<https://www.asiagreen.com/en/news-insights/the-belt-and-road-initiative-and-the-rising-importance-of-china-s-western-cities>>, acesso em 06/06/2020.
- Borquez, A.; Naru, F. (2019). El Banco Asiático de Inversión en Infraestructura apuntando el camino del medio: uniéndose a las filas de los Bancos Multilaterales de Desarrollo, pero con características chinas. *Estudios internacionales* (Vol. 7/ No. 3): PUC Minas, Belo Horizonte, p. 103-120.
- Cai, K. G. (2018). The one belt one road and the Asian infrastructure investment bank: Beijing's new strategy of geoeconomics and geopolitics. *Journal of Contemporary China*, 27(114), 831-847.
- Chen D (2014) China's 'Marshall plan' is much more. Disponível em <<http://thediplomat.com/2014/11/chinas-marshall-plan-is-much-more/>>, acesso em 25/05/2020.
- Curran, E. (2016). China's Marshall Plan. Disponível em <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-08-07/china-s-marshall-plan>>, acesso em 25/05/2020 Djankov, S. (2016). The rationale behind China's Belt and Road Initiative. Em Djankov e Miner (Ed.), *China's Belt and Road Initiative – motives, scope and challenges*.
- Kanbur, S. R., Sandler, T., & Morrison, K. M. (1999). *The future of development assistance: common pools and international public goods* (Vol. 25). Washington, DC: Over- seas Development Council.
- Kaul, I., Grungberg, I., & Stern, M. A. (1999). *Global public goods*. United Nations De- velopment Program: Oxford, New York.
- Kindleberger, C. (1986). International public goods without international government. *The American economic review*, 76(1), 1-13.
- Kindleberger, C. (1973). *The World in Depression, 1929-1939*. University of California Press, Berkeley.
- Financial Times. (2015). China's Great Game: Road to a new empire. Disponível em <<https://www.ft.com/content/6e098274587a11e5a28b50226830d644?mhq5j=e2>>, acesso em 25/05/2020.
- Gilpin, R. (1988). The Theory of Hegemonic War. *The Journal of Interdisciplinary History* (Vol. 18/ No. 4): MIT, Massachussets.
- Gough, B. M. (1990). Pax Britannica: Peace, force and world power. *The Round Table*, 79(314), 167-188.
- Habova, A. (2015). Silk Road economic belt: China's Marshall plan, pivot to Eurasia or China's way of foreign policy. *KSI Transactions on Knowledge Society*, 8(1), 64-70.

- Hillman, J. (2018). How Big is China's Belt and Road?. Center for Strategic and International Studies (CSIS). Disponível em <<https://www.csis.org/analysis/how-big-chinas-belt-and-road>>, acesso em 12/06/2020.
- Huang, Y. (2016). Understanding China's Belt & Road initiative: motivation, framework and assessment. *China Economic Review*, 40, 314-321.
- Ohashi, H. (2018). The Belt and Road Initiative (BRI) in the context of China's opening-up policy. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 7(2), 85-103.
- Shen, S., & Chan, W. (2018). A comparative study of the Belt and Road Initiative and the Marshall plan. *Palgrave Communications*, 4(1), 1-11.
- Strange, S. (1975). What is Economic Power, and Who Has it? *International Journal*, 30(2), 207-224.
- Strange, S. (2015). States and markets. Bloomsbury Publishing, London.

The Rise of China in Global Politics: Is a Peaceful Power Transition Possible? | A Emergência da China na Política Global: Será uma Transição de Poder Pacífica Possível?

Francisco Manuel Managil Cabral

Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Mestre em International Relations (Security) pela University of Birmingham, Doutorando em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Email: fnmc.inc@gmail.com

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2020.25/pp.22-38

Abstract:

This article seeks to cover the Dynamics between China and the United States of America through the perspective of Power Transition Theory. This analysis aims to dispute the notion that the nature of Power Transitions has a tendency towards bellicism between the Actors in question. Through the study of the theoretical matrix behind China's internal and external politics, this article establishes how Beijing has accumulated a power that's as deep and prolific as it is dependent on the very international order that its precepts appear to denounce.

Keywords: *Power Transition; Balance of Power; World Order; Pluralism; Solidarism*

Resumo:

O presente trabalho procura debruçar-se sobre a dinâmica entre a China e os Estados Unidos da América através da ótica da Teoria da Transição de Poder. Esta análise contesta a ideia de que a natureza tendencialmente bélica das Transições de Poder entre Potências globais possa resultar numa Guerra entre as mesmas. Através da análise da matriz teórica por detrás da condução da política externa e interna da China, este artigo estabelece como Pequim tem acumulado um poder profundo e prolífico que é tanto ou mais dependente da própria ordem internacional que os seus pressupostos aparentam criticar.

Palavras-chave: *Transição de Poder; Equilíbrio de poder; Ordem mundial; Pluralismo; Solidariedade*

Glossary

USA/US – United States of America

USSR – Union of Soviet Socialist Republics

WTO – World Trade Organization

UN – United Nations

OBOR – One Belt One Road

IR – International Relations

AIIB – Asian Infrastructure Investment Bank

IS – International Society

Introduction

It is highly unlikely that, in a world as interconnected as ours, be it on a purely financial economic dimension, be it on a more generalized civilizational dimension, power transitions would open the flood gates for global unrest and large-scale conflict.

The current international environment is drenched with uncertainty, much of which results from tensions between actors that hold great power in the global landscape. China's empowerment relative to older, already established, Western great-power Actors leaves us with the issue of the balance of power in the international system. It begs the question of whether the inevitable power shifts within the global governance hierarchy will be cause of international concern.

China's rise in status over the past decades and its behaviour in international politics has birthed a great amount of fear and controversy. Indeed, if anything holds true in such a contentious climate it is that, as it stands, China has slowly crept up the stairs towards becoming a great power and – whether it has already achieved that goal or not – its influence still keeps expanding as time elapses.

This essay will attempt to answer whether a future change in the Power Hierarchy of the System will produce a violent outburst. To this purpose, we will briefly look at how China has found its footing in the global order as well as what mechanisms are used for that purpose. The extent to which those mechanisms are revealing of China's pretensions in the global scene will later be analysed, recurring to Balance of Power and Power Transition Theory. The purpose of this exercise is to look into the Washington-Beijing dynamic in order to evaluate if a Peaceful Power Transition could ever be possible.

However, it should be noted that this work, focuses solely on a conception of Peace insofar as it is the absence of War. To this end, the idea of War that is relevant to the essay's notion of a Power Transition is uniquely preoccupied with War as a physical confrontation between the military might of two opposing Actors.

How China Has Risen in Global Politics

It is no secret that China found its footing in global politics through its overwhelming economic presence. This is owed to its unique economic system – dubbed by some as “Market Stalinism” – which allowed for a fundamental change in Maoist politics. This made it possible for China to become far more influential than it had ever been before.

The mutations in China’s dynamics inevitably caught the attention of the US. With the closing of the Cold-War, the US now had a newfound Eastern adversary, and with it came a brand new core external policy Doctrine (Belcher, 2003).

The Peaceful Rise

Since the end of the Cold-War and the collapse of the Soviet Union, China has inherited the stigma of communist paranoia. Despite the post-Cold-War American-exceptionalism, Beijing still managed to find itself as a thorn jammed into the West’s back. It was China’s own unique brand of blended Communism, Stalinist-Leninist precepts and Capitalism that empowered the paranoia surrounding this great Asian Dragon.

The issue of a China’s growth being a threat to the maintenance of International Order is one that China is keenly aware of. This understanding can be traced back to China’s Peaceful Rise Doctrine, ultimately articulated in 2003 by Zheng Bijian. A doctrine which readily became a conceptual cornerstone in the conduction of Chinese politics (Economy, 2018). The roots of this ideology are found in a need to foster China’s relations within its regional context as well as the greater international community at large. Furthermore, this doctrine is dotted with a degree of

self-awareness, as it perceives and answers to a wider Western narrative that foreshadows international turmoil through the shift in the global balance of power – the “China Threat” Thesis.

Through this doctrine China sought to settle border disputes with neighbouring countries; increase economic relations with other countries in the region; and integrate in a series of both regional and western institutions like the WTO, APEC and ASEAN. Beijing also went on to further invest in stabilizing the country’s internal affairs throughout a climate of disproportional growth and wealth distribution between rural and urban areas. The greater aim of this strand of political thought meant to subvert the historical conception of a rising power’s typical conduct in global affairs, seeking to steer China towards a responsible demeanour as it climbs through the global hierarchy (Wu, 2007).

Towards Peaceful Development

In the World of politics words hold power, a shift in nomenclature from “Rise” to “Development”, for instance, can signal awareness of that power. China’s choice to christen this doctrine in accordance to the former rather than the latter sought to achieve two things: (1) to appease international animosities by implying that China was not seeking to subvert the current status quo; and (2), imply Beijing’s awareness of the power dynamics within the system and its complacency with the established order.

This transformation goes further than mere semantics as it alludes to the “China Threat” narrative – a policy cornerstone which is widespread in the West and especially in the USA. The thesis, in essence, characterises something very relevant to the larger question at hand in this essay: the problematic of the power transition due to China’s inevitable rise. Originating in the USA in the early 1990’s, the “China Threat” is a macro-cluster of narratives that encompass the fears surrounding the many possible outcomes and dimensions of China’s growth. Essentially, they concern themselves with the possibility that, in Beijing posing a challenge to US’ hegemony in world affairs, it also poses a threat to regional and global stability.

We can identify three main dimensions to this theory: (1) the military perspective, which argues that China's economic growth will lead to an increased military budget that will pose a threat to East Asia security and US presence in the Pacific; (2) the economic perspective, that postulates that through the inflow of cheap Chinese commodities to other countries the local producers will be progressively disenfranchised; and (3) the cultural-ideological perspective, which stipulates that, through China's staggering economic success, the main pillars of China's cultural and ideological structures will become attractive alternatives to the globalization of standard Western values.

In the context of the "China Threat" of the early 90's, Peaceful Development meant that China's growth was not so much a product of a subversive will towards a Western status quo, but a result of its need to modernize and integrate in a globalized world. Granted, the degree to which China actually perceives itself as a mere accessory member to the overall progression of IS and to which degree the desire to remain as a neutral player in world affairs still holds true is something that cannot easily be ascertained by looking at past policies alone, as the larger global environment has itself changed profoundly (Zhu, 2005).

A Silken Road From Past to Present

China's grand economic undertaking, the Belt and Road Initiative, serves as a useful tool for understanding Beijing's disposition towards and within the international environment. This window is revealing of China's own profound resource dependencies but because it demonstrates the magnetizing power of China's economy.

First introduced in September 2013 by President Xi Jinping, the OBOR project sought to further relationships of interdependence between participating States. This project also served as a means to grossly increase investments to infrastructure – with an estimated US5\$ trillion. The project, now running on full steam, has its doors open for any country that seeks membership and (as of 2015) now reaches up to 65 countries from the most diverse regions of the world (Kuo & Kommenda; 2018).

The Belt and Road is not just an offshoot of the old trade-route either. As the “One Road” component of the initiative’s name alludes to what can be seen as the Maritime component of OBOR, a massive trade corridor that extends from the South China Sea to the Mediterranean. This right through the strait of Malacca, a key strategic venue for Petrol trade world wide – holding up to 20% of the total world Petrol trade volume and amounting up to 90% of the total amount of Oil that is transported through the South China Sea (Chin & He; 2016).

There are several interesting aspects that link this initiative China’s Peaceful Development doctrine. Not only has it given China an excuse to strengthen regional bonds and improve bilateral relationships as has it allowed a myriad of infrastructure investments. These investments have actively promoted China’s internal stability agenda, by giving Beijing an excuse to extend its reach toward more volatile areas. The initiative has further demonstrated Beijing’s capacity to create and support international institutions capable of competing (if not outright rivalling) their Western counterparts – such as the AIIB, which has approved loans of up to US1.7\$ billion in loans towards OBOR signatory countries (Botobekov; 2017) (Villar & Hamilton; 2017).

Even at a first glance, the OBOR initiative appears as materialization of the Peaceful Development doctrine on a transnational level. Much of this project seems focused in funding development through a system of free association, which also points to its roots in pluralist thought. However, it should be made clear that the extent to which those actions are truly benign is something that has become an issue of great contention. A plethora of arguably questionable situations have come to light in the later years of the initiative’s lifecycle, painting Beijing in an ominous light.

Friend or Foe?

In 2017, during a Seminar on National Security, President Xi Jinping argued for the first time that China ought to lead the New World order.

This declaration sat in stark contrast to what had been, up to that point, a discourse strongly associated with the Peaceful Development’s narrative.

This was a doctrine bent on cementing China's role in the International System as a player preoccupied with supporting the International System but not with leading it. OBOR itself was launched with this intent in mind: to become a supplementary tool in the further development of the world order (Maçães; 2018).

This change in narrative, as expressed by President Xi Jinping, also shows Beijing's discontent (or opportunism) in the face of the seemingly regressive trend espoused by Great Power Actors. See President Trump's "America First" discourse or even the UK's own Brexit referendum situation.

In an ironic twist Xi Jinping's speech in February 2017 becomes somewhat reminiscent of "China Threat" Thesis arguments. By arguing in favour of a World Order in which China takes a leading role while upholding an order of pluralism and globalization in a multipolar system. What seems to be propelling this change of argument is the continued retraction of Great Power Actors from the Western Liberal Order, threatening and actively undermining institutions (such as WTO or the UN). These have been pivotal institutions in recognizing and allowing for Beijing and other Rising Powers to settle themselves as legitimate actors within the International Society.

As Beijing's narrative has openly shown itself to be increasingly critical of the current state of global affairs so has China itself become subject to more incisive scrutiny from foreign actors. For instance, the way in which the OBOR initiative has been implemented generated a number of criticisms – mainly due to what has been dubbed China's "Debt Trap diplomacy". The supposed openness and willingness of China to invest capital in the development of infrastructure for its OBOR signatory partners has led to a number of cases of overwhelming debt and hefty leasing contracts that, in cases like Sri Lanka, last as long as 99 years (Phillips; 2017) (Economic Times; 2018).

This predatory attitude is not new in the grand scheme of things, with reported cases of this behaviour going back to 2011 with Tajikistan (Mantesso; 2018). Now it seems as if Beijing as managed to establish a grand strategy to foster this type of economic Power Projection and plans to

strengthen it further down the line. In the October 2017 constitutional revision, it was consecrated that the Chinese Nation is now incited to ‘pursue the Belt and Road Initiative’ – a clear demonstration of China’s awareness of the instrumentality of the project to the expansion of Beijing’s power (Maçães, 2018).

However, it is not obvious that China’s behaviour is necessarily revolutionary, despite its somewhat abusive practices. As criticising and proposing to lead a ‘changing World Order’ does not necessarily imply a break from the original mind-set of the Peaceful Rise and Peaceful Development Narratives. If anything can be said about this behaviour, is that China now seeks to fully adopt the “Rising” aspect of its Doctrine.

Perhaps Beijing has concluded that the time is ripe to prepare to occupy the voluntary power vacuum that has been home-grown in Western World Politics in these last few years. After all, if no one else leads, who will?

Balance of Power & Power Transition

The concepts that articulate the question of a peaceful power transition are that same that articulate the “China Threat” and “Peaceful Rise” dichotomy, these concepts are those of the Power Transition and Balance of Power, both of which are fundamental parts of the understanding of International Relations Theory. Both of these frameworks are useful to understanding how states act in situations where the distribution of power is disrupted and how War and conflict arise in these contexts as well as the purposes they serve (Brown & Ainley; 2005).

Now following are the descriptions of these theoretical constructs and their relevance to the larger argument and how they line up with the “China Threat” Thesis and “Peaceful Rise” Doctrine.

The Balance of Power Theory

Characterizing the mechanism through which the actors within the international system find an equilibrium between one another, this theory

subscribes a purely realist vision of IR. Here, the World is a completely anarchic construct where actors interact devoid of any ruling authority.

States are, ultimately, free from those who seek govern and coerce them into a certain set of behaviours. Here, the pursuit of power parity between the different actors is a States only guarantee of freedom within the system. Only through Balance can stability and order are achieved. As such, when one actor within the international system seeks to amass power, disrupting the larger Balance, a war erupts. To the perspective of the Balance of Power there are two things that can disrupt order: (1) the increase in relative power (through arms racing, for example) and (2) the allegiance of two or more actors.

In much of the same way, the only means to then reconstitute this order is by compensating for this concentration of power in the opposite side of the spectrum of actors by engaging in the same type of behaviour. By this we either mean increasing one State's power until it is up to par with its rivals or aligning two or more other Actors as a counterweight to the current Threat.

If these mechanisms to re-establish order fail then war becomes – quite literally – the balancing force. Here, War seeks to forcefully and fundamentally resolve the underlying conflict that motivated the disturbance, changing the International System accordingly so to allow for a new Balance to emerge (Brown & Ainley; 2005).

Power Transition Theory

Describing a somewhat different vision of the world, Power Transition Theory calls into question traditional realist takes on the International System. Instead positing that the system necessarily assumes a hierarchical structure. As such, the International Order within the system is maintained by a coalition of satisfied powers acting under a single dominant state.

As long as the leader of the status quo maintains a steady hold on power, order and peace is maintained. However, seeing that time moves on and Power is an ever Dynamic force, the systems drifts towards decentralization. As newly empowered States now have tools to overthrow the

Global Order, they may then seek to change the status quo by forcing the previous linchpin of the system to submit.

As power parity within the system becomes an immediate reality between the old leader of the status quo and the newer rising power, two things can happen: (1) The rising power is satisfied by the current status quo and the transition between old and new leadership is likely peaceful; or (2) the rising power is deeply unsatisfied with the current status quo and tries to overthrow it through war.

It should be stressed that War is not a mechanism of change in and of itself. While it can be employed by states preoccupied with the stability of the system at large and the maintenance of Order it is not the only possible form of climax. Rather, it is merely one of the many forms of the transformation of the status quo and is not exclusive to the hierarchical turning points in the international system. War can manifest in a plethora of other situations that do not necessarily imply the change of the status quo (Brown & Ainley; 2005).

Parallel Paradigms

When President Xi Jinping argues for China to take the lead in establishing a new World Order one could easily call back to the “China Threat” Thesis and to the Power Transition Theory and point out how the words spoken by Beijing’s head seem to all too perfectly line up with the perception that China is up to no good, the problem is that it is not that simple.

The reason why both of these different theoretical frameworks are important is because they are reflective of the “China Threat” vs “Peaceful Rise” discourse.

On one hand the “China Threat” narrative explicitly shows how the US – seeing itself as the de facto ideological victor of the Cold War – is reluctant over China’s ascension, since it challenged the newly formed unipolar system born from the climax of the Cold War. This narrative lines up with Power Transition Theory since, in this new, Post-Cold-War status quo, the US is the leading hegemon that establishes and cements western values in the larger international system.

On the other hand, despite the “Peaceful Rise” narrative also apparently being suitable to the Power Transition Theory, by looking at Beijing’s discourse, it is apparent that China is functioning under a different theoretical framework from the US. When arguing for the establishment of a new World Order that is multipolar and democratic, Beijing doesn’t argue for a system that is controlled by a single hegemon. Granted, if the conditions manifest, that can become true, however, the main focus of China’s campaigns around the world and the way in which it has marketed itself over the past decades doesn’t seem to indicate that Beijing is seeking to overthrow the current status quo but instead to get up to par with the west through its “win-win” deals. By acting in a balancing manner Beijing is not necessarily seeking to subvert the status quo.

Now, this is not to say that China is a benign actor in International Relations. Rather, all the available information seems to frame China as a balancing actor within the Post-Cold-War context. For Beijing to occupy this role, it would need to develop itself in order to fill the power vacuum produced by the fall of the USSR. Beijing is not as culturally magnetizing as the US and, given the climate in East Asia, it is not likely that even greater expansions to the Military Budget will be fruitful both in the short term and in the long run. China cannot feasibly do anything bolster its power other than to rely in what has systematically been its greater strength: its economy.

Another point to make is that it is not obvious that China is discontent with the system at large. Beijing explicitly desires a change in World Order, but that desire is not restricted to Beijing, it is echoed by other Rising Powers. In fact, most of the BRICS echo this sentiment towards the construction of a Pluralistic society rather than a Solidarist one. This duality stems from the fact that the various Rising Powers around the world greatly benefit from the status attributed by participating in many of the so called “Western Institutions”. Regardless of how much these actors might want to distance themselves from the West their current state is in great part a product of the importation of Western concepts and institutions, China’s modernization itself is a testament to that. Institutions created by rising powers are not an affront to the system, rather a demonstration of the system’s efficacy (Techau, 2013).

The point of this is to say two things of relevance to the completion of the argument: the first, that China's rise is not necessarily a strategy to undermine Western Power as it is seemingly a way to equalize the playing field; the second, that in rising and achieving great power status and in being willing and able to impact and change the larger state of affairs it is not obvious that Beijing is any more hell-bent in undermining Western Status Quo and the Liberal order than Washington since the US' ascension.

Towards a Peaceful Power Transition

The main problematic of the essay presumes that, in due time, China will inevitably replace the USA as the hegemon leading the status quo. Indeed, if any country would pose a feasible threat to the US' overwhelming presence in Global Politics it would be China. Granted – while there exists a lack of consensus on it having already achieved status as a Great Power – it is undeniable that Beijing has seen a sporadic growth in relevance that seems to have no end in sight.

But will that transition of power be catastrophic? Indeed as of 2018 the ongoing Trade War seems to spell animosity quite clearly between Washington and Beijing. However, it is doubtful that the US' disposition would be cause for worry over the possibility of an all-out war between the two powers. To appropriately answer this conundrum, it is necessary to go back to Power Transition Theory.

Even if China might see itself as an agent of the larger Balance of Power, that very concept is useful in answering the question at hand. China doesn't seek a fundamental change in the system, rather, Beijing understands that its integration into the UN and into the WTO has only allowed for it to modernize and develop further and, as such, has so far only attempted to maintain it. When we speak about China inheriting the Global Order we don't talk about an actor that desires profound, radical change to the essence of the system but, rather, desires to uphold the system as it benefits all the parties involved.

China's development requires peace, because only through it can requires the various Western institutions that have spawned throughout

history. The very matrix through which China functions cannot function separately from Western Paradigms, it represents a chimeric compromise between different ideological constructs. Furthermore, both the US and China share mutual interests – such as the stabilization of the Middle East and anti-terrorism – so it is hard to understand to which point the US' reaction to China's growth is a genuine rivalry or a symptom of vestigial communist containment doctrines (Zhu, 2005).

All in all, the current international system is far to intertwined to allow for any sort of conflict to arise from China's eventual crowning as the figurehead of global politics. Beijing has long thrived through the system. Our current climate has brought us to a situation where the West seems progressively bent on isolating itself and looking away from its institutions. As it stands, it is as if the only feasible alternative to the maintenance of the current status quo institutions lies in relying upon rising powers, such as Beijing, to replace the US as their backbone (Zhu, 2005).

As interest in the IS shifts and mutates between Pluralist and Solidarist Actors, we may very well expect our Western Institutions to come out of the transition unscathed. In this very likely future, the transition will not be mired in violent turmoil and global conflict. Perhaps, instead of Wars on the scales which will have preceded this future "New World Order", we will see a brand new system. One in which pluralism will usurp the West's fading Globalist vision in favour of one favourable to the rising Giant.

Shortcomings and Considerations for Future Work

The current Pandemic has thrown the IS for a spin. To say that Covid-19 caught the world off guard would be quite the understatement – although whether the virus itself was that deserving of our collective surprise is another whole discussion entirely.

Despite the bulk of the work that went into this article having preceded this debacle, it would be a disservice to not at least acknowledge it. Coincidence or not, it is undeniable that some of Beijing's greatest contestants were also those most affected by the spread of the pandemic. The US and India seem to have been particularly affected (Gutiérrez & Clarke,

2020); and while China has not come off unscathed itself, the extent to which its damages are any more reversible than its peers is an intriguing subject matter. Of course, some those considerations also depend on how willing we are to admit that the number of Covid cases disclosed by Beijing is a reliable metric.

Another relevant matter is China's growth in the Tech sector, in particular, its encroachment on Big Data Management. While the theme of China's growth has been partially handled over this essay, the issue to the actual depth and power of said growth is an intriguing subject matter. China has slowly supplanted itself within the media and communications industry (Braw, 2020), an issue which merits its own discussion.

Trump's failure in achieving a second mandate might also introduce (or re-introduce) different policies when dealing with Beijing. While China has already made its move to acknowledge and congratulate President-elect Biden (Kuo, 2020), the exact significance of this change still remains to be seen.

Indeed, the following years will constitute an interesting subject matter for those looking to dissect the mechanics of Power Transitions. Whether it be as a consequence of the current pandemic outbreak; of China's technological growth; changes in the Washington-Beijing dynamic; or a mixture of the above, the upcoming twenty-twenties will surely be interesting.

As previously noted, the bulk of this work preceded 2020s unpredictability. As such, it would not do justice to the importance of these events to include them as padding to an already dense discussion of IR and Political Theory. This chapter serves as both an acknowledgement of the information left out from this essay and a commitment to investigate and consolidate these themes in future endeavours.

Conclusion

China, whom has managed to develop itself through the use of its massive labour force and the modernization of its culture, is now a key figure in the global landscape. Capable of realizing massive projects such as OBOR and seeking to achieve the circumstances that will allow for its own

prosperous growth. The Eastern Dragon clearly seems to be aware of its relative place in the world.

By seeking to avoid direct confrontation with its rivals and trying to empower itself and fostering the narratives of globalization and pluralism, Beijing has sought to maintain the status quo as it is highly beneficial to it – China never was a status quo contestant, but rather, always sought to bring a semblance of balance to the international environment at large.

We cannot ignore the clear cleavages between East and West, some of which symptoms of the void left by the loss of an ‘ideological enemy’ in the USSR, others due to fears of China’s rapid growth as a product of questionable economic and strategic practices. It is evident that there are few actors in global affairs which as willing – and as capable – to inherit a New World Order as China is.

Ultimately, a Peaceful Transition is only one amongst a plethora of likely scenarios. There is always a degree of inherent difficulty and uncertainty when attempting to make a prediction in a realm as convoluted as that of International Relations. This work merely points out that – through the analytical tools employed – a Peaceful Transition seems to be one of those scenarios dotted with enhanced likelihood.

Bibliography

- Belcher, Marc. "China Against the Tides: Restructuring Through Revolution, Radicalism, and Reform", 2003
- Braw, Elisabeth. "How China Is Buying Up the West's High-Tech Sector" – Available at: <https://foreignpolicy.com/2020/12/03/how-china-is-buying-up-the-wests-high-tech-sector/>
- Brown, Chris & Ainley, Kristen. "Understanding International Relations", Palgrave, Third Edition, 2005
- Botobekov, Uran. "Al-Qaeda and Islamic State Take Aim at China" – The Diplomat, 2017 – Available at: <https://thediplomat.com/2017/03/al-qaeda-and-islamic-state-take-aim-at-china>
- Dollar, David. "The AIIB and the 'One Belt, One Road'" Brookings, 2015 – Available at: <https://www.brookings.edu/opinions/the-aiib-and-the-one-belt-one-road/>
- Economy, Elizabeth. "The End of the 'Peaceful Rise'?" Foreign Policy, 2018 – Available at: <https://foreignpolicy.com/2010/11/28/the-end-of-the-peaceful-rise/>
- Guo, Sujian. "China's "Peaceful Rise" in the 21st century" San Francisco State University, Asgathe Publishing Unlimited, 2006
- Gutiérrez, Pablo & Clarke, Seán. "Covid world map: which countries have the most coronavirus cases and deaths?" The Guardian 2020 – Available at: <https://www.theguardian.com/world/2021/jan/02/covid-world-map-which-countries-have-the-most-coronavirus-cases-and-deaths>
- Maçães, Bruno. "O Despertar da Eurásia: Em Busca de uma Nova Ordem Mundial" Círculo Leitores, 2018
- Mantesso, Sean. "Are China's cheap loans to poor nations a development boost or a debt trap?" ABC News, 2018 – Available at: <https://www.abc.net.au/news/2018-11-16/are-china-cheap-loans-to-poor-nations-a-debt-trap/10493286>
- Marex. "Strait of Malacca Key Chokepoint for Oil Trade" The Maritime Executive, 2018 – Available at: <https://bit.ly/2UEPoYR>
- Pan, Esther. "The Promise and Pitfalls of China's 'Peaceful Rise'", Council on Foreign Relations, 2006
- Phillips, Tom. "The \$900bn question: what is the Belt and Road initiative?" The Guardian, 2017 – Available at: <https://bit.ly/2pZwiMq>
- Techau, Jan. "Why the West Need Not Fear the BRICS Development Bank" Carnegie Endowment for International Peace, 2013 – Available at: <https://carnegieeurope.eu/strategiceurope/51524>

The Economic Times “A Scary Glimpse Into How China’s OBOR can Ruin Small Countries”; 2018 – Available at: <https://bit.ly/2vW617B>

Kuo, Lily & Kommenda, Niko. “What is China’s Belt and Road Initiative?” The Guardian, 2018 – Available at: <https://bit.ly/2Am42y2>

Kuo, Lily. “China finally congratulates Joe Biden for winning US election” The Guardian, 2020 – Available at: <https://www.theguardian.com/world/2020/nov/13/china-china-finally-congratulates-joe-biden-for-winning-us-election>

Wu, Chengqiu. “Challenges Facing Chinese Political Development”, Lexington Books, Guo and Guo, 2007

Zhu, Zhiqun. “Power Transition and U.S.-China Relations: Is War Inevitable?” Journal of International and Area Studies, vol. 12, no. 1, 2005, JSTOR – Available online at: www.jstor.org/stable/43107108

Chinese Strategic Culture and Sea Power: Geographic and Historical Sources | Cultura Estratégica Chinesa e Poder Marítimo: Fontes Geográficas e Históricas

Lauro Borges Correia de Araújo

Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Rua Almerindo Lessa, Polo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-663. Email: lauroborges.correia@gmail.com

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2020.25/pp.39-71

Abstract:

This paper sought to understand how geographic and historical sources of Chinese strategic culture shaped China's stance regarding sea power throughout the imperial period and in the People's Republic of China. By applying a deductive qualitative analysis, it was possible to identify that the borders of the Chinese heartland with the northern strategic periphery inhabited by non-Han peoples constituted an element of vulnerability that prompted the various dynasties to prioritize land-based strategic options. In the People's Republic of China, the strategic environment favored the construction and adoption of sea power, however, continental domestic imperatives still influence Chinese strategic culture and security decisions. The study of the Chinese case enabled this paper to contribute to the understanding of how strategic culture molds strategic decisions by interacting with material and ideational variables.

Keywords: *maritime; continental; China, strategic culture.*

Resumo:

Este artigo visou entender de que modo as fontes geográficas e históricas da cultura estratégica chinesa moldaram as posições da China referentes ao poder marítimo ao longo da era imperial e na República Popular da China. Através da aplicação de uma análise qualitativa baseada na dedução, foi possível identificar que as fronteiras do heartland chinês com a periferia estratégica ao norte habitada por povos não-Han constituíram um elemento de vulnerabilidade que levou com que as várias dinastias priorizassem opções estratégicas continentais. Na República Popular da China, o ambiente estratégico favoreceu a construção e adoção do poder marítimo, contudo, imperativos domésticos continentais ainda moldam a cultura estratégica chinesa e as decisões de segurança. O estudo do caso chinês permitiu que este artigo contribuisse para o entendimento sobre a influência da cultura estratégica sobre decisões estratégicas pela sua interação com variáveis materiais e ideacionais.

Palavras-chave: *marítimo; continental; China; cultura estratégica.*

Introduction

The profuse literature specialized in Chinese strategic culture tends to consider that, as a result of its geographic constraints and historical experiences, China is a land power. As Romana (2016) argued, China's experiences with invasions of "barbarians" is a recognizable trait of its strategic culture, which also reflects present-day concerns about domestic stability and external threats. Peng Huaidong (as cited by Scobell, 2002) suggests that China's continental culture emphasizes self-preservation, while on the opposite side, maritime western States value force, boldness and technology.

The increasing importance attributed to sea power by the Chinese leadership since the reforms implemented by Deng Xiaoping and the fall of the Soviet Union have brought attention as to how Chinese strategic culture has been shaped by the strategic imperatives at the core of the People's Republic of China (PRC). Maritime trade and security now constitute consequential aspects of Chinese strategy and foreign policy (Cole, 2016), thus, examining how they frame the country's strategic culture is an important scientific task that can contribute to a broader understanding of the phenomenon.

The research question that guides this study is: how have historical and geographic sources shaped China's strategic culture and its incorporation of sea power in the foreign policy realm?

The aim of this research is to analyze strategic patterns of continuity and discontinuity in Imperial China to understand how the geographic and historical inputs of Chinese strategic culture during this period affected China's strategic options regarding sea power. Then, we proceed to investigate the current shaping factors of the PRC's strategic culture, and how it differs or resembles Imperial China when it comes to the adoption of sea power in the foreign policy realm.

This research seeks to address two gaps in the scholarly literature: the first, pointed by Colin Gray (1999), relates to the challenge of analyzing the interaction of strategic culture with other variables, such as history and geography, which operate as inputs for the strategic behavior of a security

community. The second gap regards the application of this model of analysis to the Chinese case.

Methodology

This article presents a document-based qualitative analysis that adopts a deductive logic, in which an existing theory or analytic model is applied to explain a particular phenomenon that will validate the model or indicate breaches in it (Lamont, 2015). Secondary documentary sources such as peer-reviewed articles, books written by academics and experts, reports from think-tanks and research institutes, and media sources are the leading mass of the research's references. Yet, primary sources (official open-source government documents) also play a significant role in this study.

The procedures of analysis are built upon the ontological assumption of the research aim that there are identifiable regularities and patterns in the world (Héritier, 2008). The findings developed from deduction do not attempt to create generalizations from the observation of a particular phenomenon, instead, they test analytical models and theories to scrutinize their strengthens and weaknesses in the explanation of the research target (Hyde, 2000). Consequently, the identification of strategic patterns during Imperial China is intended to be a step in the assessment of the geographic and historical sources of Chinese strategic culture during those times. Then, we proceed to an examination of the tested analytical models and frameworks and their applicability for the comparison and evaluation of the current driving forces of Chinese strategic culture regarding the construction and adoption of sea power.

Strategy, Strategic Culture and Foreign Policy

In order to obtain a clear grasp of the endogenous elements of the research target, it is important to articulate its three major concepts and delimitate the areas of the analytical tools that underpin this article, which in turn, contributes to the systematization of its theoretical framework.

A wider definition and literature review of strategic culture is left for section 4, however, in order to understand more broadly the meanings underlying the concept, it is worth to delineate some ideas of the definition of strategy and its interconnection with foreign policy as reported by some relevant scholars.

The approaches to the definitions of strategy have been widened throughout the centuries, and currently, the various elements that substantiate the concept differ from the “original” definition associated with Ancient Greece – the art of commanding armies.

However, authors such as Thomas Mahnken (2013) are still loyal to the ancient military perspective on strategy. According to Mahnken, strategy is about how to win wars and is based upon the identification of clear political objectives, the assessment of one's comparative advantages regarding the adversary, the calculation of risks and rewards, and the consideration of alternative strategies. It is possible to note that Mahnken applies the rational actor model in a normative theoretical option to formulate and establish his conceptual architecture of strategy.

From another point of view, Freedman (2008) includes an institutional element to the conceptual configuration of strategy that he proposes. Freedman does attribute a major importance to the use of force but also goes beyond the purely military-operational aspect of strategy. For Freedman, strategy is the art of creating power to maximize success, and it can manage and solve conflicts by the use of force or, on the other hand, by transforming power into authority (which he considers the most effective solution since it institutionalizes the advantages sought by a party so that they become consensus). Freedman's notion of strategy is compatible with Thomas Schelling's (1980) approach. Schelling considers the exploration of potential force the core substance of strategy, rather than the efficient application of physical force. Schelling defines strategy as the restriction of an adversary through the expectations of the consequences of its own actions, hence, for him, the concept of strategy is associated with deterrence.

In a similar manner, Larsen, Kartchner and Johnson (2009) widen the scope of strategy to encompass various non-military elements, and they suggest that “strategic” can refer to multiple dimensions of a State's national

interests, plans, policies, doctrines, activities, perspectives and objectives, through the coordination or synchronization of all instruments of national power, such as military, diplomatic, information, economic and intellectual. Moreover, strategic also refers to anything that can threaten or perpetuate the survival of the nation. Hence, for Larsen, Kartchner and Johnson, strategy is fundamentally how a nation relates means to ends.

The Portuguese Admiral Silva Ribeiro (2017) defines strategy as “the science and art of building, organizing and employing the means of coercion in a certain time and place in order to reach the objectives established by politics, overcome the problems, and explore the eventualities in an environment of antagonism” (p. 22). The inclusion of the environment of antagonism in the Admiral’s definition expresses and specifies a distinguishing element of the concept of strategy: the existence of a rational opponent that possesses will and capabilities to act and react to the adversary’s actions. This element distinguishes strategy from mere planning.

In sum, the Portuguese General Pezarat Correia (2010) systematizes four parameters that characterize strategy: 1 – the ends (established by politics); 2 – the decision-makers and the intervening actors; 3 – the adversary; 4 – the means (economic, military, diplomatic and others).

A broader literature review of the definitions of strategic culture can be found in section 4, however, for the purposes of articulating the three main concepts under scrutiny in this section, we shall consider two descriptions of strategic culture.

Colin Gray (1981) suggests that strategic culture is the means through which strategic ideas and decisions on defense policy are debated and chosen.

Additionally, Larsen, Kartchner and Johnson (2009) propose that strategic culture is a set of shared beliefs, assumptions and modes of behavior, derived from common experiences and accepted narratives that shape collective identity and relationships to other groups, and which help determine the appropriate means and ends for achieving security objectives (p. 9).

According to Christopher Hill (2003), foreign policy is “the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually a State) in international relations” (p. 3).

Derek Beach (2012) describes foreign policy as broad trends of behavior and particular actions taken by a State or other collective actors towards their peers within the international system, and it can be undertaken by employing a variety of instruments, such as discursive, economic, diplomatic and military. Along a similar line, Rosati (1994) defines foreign policy as a set of objectives, strategies and instruments that decision-makers choose in order to respond to the current and future external environment.

Raquel Freire (2015) proposes a description of foreign policy that takes into account the extensive literature review elaborated in her work, which leads her to define it as “the set of objectives, strategies and instruments that authority-endued decision-makers choose and apply towards external entities in regards to their political jurisdiction, as well as the non-intentional results of such actions” (Freire, 2015, p. 21).

Considering the definitions of the three major concepts described above, identifying their point of intersection allows us to articulate the basic structuring elements of this study.

In accordance with the descriptions mentioned, strategy is the dimension that deals with the production, organization and employment of the means and ends established by the national interests to respond to a conflicting external environment; foreign policy is the realm where decision-makers choose the procedures, strategies and instruments to be applied; and strategic culture is the dimension that influences the decisions made in the foreign policy realm.

Strategic Culture: Origins, Definitions, Generational Approaches, and Sources

Since strategic culture is one of the central concepts of this article, it becomes necessary to study its origins, the definitions and approaches proposed by the three main generational branches, as well as examine its sources.

The last task is especially relevant because it implies choosing an approach that considers the interaction between the core concept of this section and the material and non-material variables that make up the inputs of the research target's strategic culture. Likewise, it is important to emphasize that strategic culture is linked to other variables and rarely operates alone (Larsen, Kartchner and Johnson, 2009).

In a report published by the RAND Corporation, Jack Snyder (1977) suggested that American strategic analysts should expand their scope of analysis regarding the Soviet Union and its strategic behavior. Snyder stated that Soviet leaders and strategists were not black-boxed rational players exempt from cultural influences, instead, they were politicians and bureaucrats who had been socialized in an apparently unique strategic culture. Snyder's report is considered one of the main founding works of the strategic culture movement and the first-generation approach (Zaman, 2009).

In his article for International Security, Johnston (1995) wrote that strategic culture emerged to address the insufficiencies of the neorealist paradigm and the assumptions that States are functionally undifferentiated units that seek to optimize their utility (power, capabilities and resources). The scarcity of explanations that explored strategic decision-making under a cultural frame was one of the leading gaps that prompted the development of the strategic cultural approach. The proponents of strategic culture came to argue that this concept gives meaning to objective variables such as technology, geography, polarity and material capabilities.

Johnston divided the strategic culture movement in three generations, marked by different approaches and ideas:

1 – First generation: comprised of authors such as Colin Gray, Jack Snyder (one of the founding fathers of this branch) and David Jones. The works of the first generation considered that objective and ideational variables such as geography, historical experiences, technology, structure of the international system, organizational culture, ideology and others constituted inputs of strategic culture and interacted dynamically with it. They also suggested that those variables and strategic culture itself are not separable from strategic operational behavior;

2 – Second generation: this branch is based on a Gramscian approach and sees strategic culture as a tool of hegemony used by the elites in the decision-making realm to legitimize leaders' authority domestically and project it into the international sphere (Zaman, 2009). They distinguished instrumental declaratory strategy from operational strategy (behavior). Bradley Klein is considered one of the founding authors of this school of thought;

3 – Third generation: the third generation has been oriented towards the testability (in the positivist sense) of the concept of strategic culture (Neumann & Heikka, 2005; Zaman, 2009). It sees strategic culture as the independent variable and behavior as the dependent one, suggesting that the latter does not constitute an input to the first (Johnston, 1995). The scholars of this branch tend to focus on particular cases where structural and materialist theories of International Relations are insufficient to address and explain a certain strategic choice. Johnston and Kier consider themselves part of this school of thought.

When it comes to the definitions of strategic culture, it is pertinent to mention, as a starting point, that there is no universal consensus regarding the definition of this concept (Carriço, 2016). Hence, the implicit and explicit disagreements underlying the definitions of strategic culture will vary in line with the preferences of different generational approaches and individual scholars.

According to the first-generation scholar Jack Snyder (1977), strategic culture can be defined as “the sum total of ideas, conditioned emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of a national strategic community have acquired through instruction or imitation” (p. 8). Similarly, Colin Gray (1981) describes strategic culture as “modes of thought and action with respect to force” (p. 22), deriving from perceptions of the national historical experience, aspiration for self-characterization, geography, political philosophy and way of life.

The definitions proposed by Gray and Snyder share a notable point of convergence: the operational variable (behavior) is considered a

constitutive component of strategic culture together with material and ideational variables.

In contrast, third-generation Jonhston describes strategic culture as a “system of symbols (e.g., argumentation structures, languages, analogies, metaphors) which acts to establish pervasive and long lasting strategic preferences by formulating concepts of the role and efficacy of military force in interstate political affairs, and by clothing these conceptions with such an aura of factuality that the strategic preferences seem uniquely realistic and efficacious” (p. 46).

As mentioned previously, Johnston (1995) criticized the first-generation approach to strategic culture produced by authors such as Snyder and Gray. Unlike the first-generation authors had suggested, behavior is not constitutive of strategic culture, and the first should be treated as a dependent variable and the latter as the independent one. Johnston defended that strategic culture was comprised of two dimensions:

1. Basic assumptions about the role of war in human affairs, the nature of the adversary and the threat it poses, and the efficacy of using force.
2. Operational level of strategic culture comprised by assumptions about which strategic options are the most effective for dealing with the threat environment.

The two dimensions would not always correspond to each other, as Johnston showed in his large study of Chinese strategic culture.

Therefore, for Johnston, there was a difference between documental strategy and operational strategy, and he accused the first generation of “determinism”, arguing that, for them, strategic culture determined behavior.

Colin Gray (1999) responded Johnston’s critique in an article he wrote for International Security by writing that strategic culture is an expression of ideas and behavior. For Gray, actors hold cultural ideas and behave culturally, and social actors are shaped by and actively shape those ideas. Strategic culture cannot be considered an outside force, and according to Gray, the flux between ideas and behavior is continuous. Furthermore, Gray (1999) suggested that: “Strategic culture need not dictate a particular

course of action, indeed domestic and external constraints frequently will prohibit such behaviour." (p. 68). The British author observed that strategic culture will be stamped in behaviors of all kinds and can slowly change through reinterpretation and adaptation.

For the purpose of this article, we can point to Johnston's approach as restrictive, since it reduces strategic culture to declaratory and documental dimensions, and minimizes its interactions with material variables (geography, technology, historical experience and even structural imperatives) that first-generation authors consider as inputs or sources of strategic culture. The research question and aim of the present study implicitly assume that Chinese strategic culture interacted with geographical and historical variables and was shaped by those, which corresponds to the first-generation approach and makes it more suitable for our purposes.

In synthesis, Professor Romana (2016), one of the main Portuguese writers of strategic culture, proposed that strategic culture contributes to the understanding of how the national interests of a State and the formal and informal actions concerning the critical objectives of power are influenced by social, cultural, geographical, historical and geostrategic factors, as well as elements of political culture.

As it is possible to notice by the first-generation's approach and Romana's idea above, strategic culture is molded by the interaction with multiple tangible and non-tangible factors.

According to William Kincade (1990), "A nation's strategy usually reflects its geo-strategic situation, resources, history and military experience and political beliefs" (p. 10). For Kincade, resources and geography; heritage and historical experience; political culture; adaptability; and the remoteness or contingency of threats are inputs that comprise a State's strategic culture.

David Jones (1990) divides the key elements of strategic culture in three set of factors.

1 – Primary factors: the geography of the State, the ethnic culture of its founding people and the latter's history;

2 – Secondary factors: the social-economic and governmental-administrative system. For the edification of these structures, the available

technological base is considerably significant for the development of many spheres, the military included.

3 – Third factors: networks of military-administrative institutions and patterns of political-military relations.

Snyder (1977) and Howlett (2005) also listed some common elements that can be considered sources of strategic culture: balance of power and strategic situation, geography, political structure, elite composition, interaction with technology, generational changes, and key texts that inform the decision-making process.

Sea Power and Strategic Culture: Theoretical Background

This section seeks to give meaning to sea power by describing its theoretical framework and explaining how it intersects with strategic culture. In order to pursue this, it is necessary to overview the great classic debates between sea power and land power, analyze the first concept under a theoretical background and then clarify how it can be articulated with strategic culture.

Although the appreciation for the study of how geography affects the interaction among political units goes back to Ancient Greece, where emblematic debates on the dichotomy between thalassocracy (sea power) and epirocracy (land power) were devised by the literature back then (Correia, 2010), the revolution in geographical thinking provoked by Ratzel in the transition from the 19th century to the 20th century can be considered one of the main breakthroughs that led to the emergence of systematic theories about the link between geographic space and international political power struggles.

Taking that into account, it was in the end of the 19th century when the American Admiral Alfred Mahan wrote one of the most substantial works about sea power, *The Influence of Sea Power Upon History* (Almeida, 2012). The purpose of this work was to examine European and American history from 1660 to 1783 and study the effects of sea power on each historical circumstance, allowing the elevation of History's teachings into

principles that could perdure and be consulted even in the face of technological changes (Mahan, 1889).

According to Mahan, “the history of the seaboard nations has been less determined by the shrewdness and foresight of governments than by conditions of position, extent, configuration, number and character of their people,—by what are called, in a word, natural conditions” (Mahan, 1889, p. 15).

Mahan enumerated six key conditions that shall be characterized as principles of sea power, being them as follows:

I – Geographical position: if a State is situated where it is not forced to defend its land borders, it can concentrate its efforts into building sea power. However, States with continental boundaries have to split resources between the sea and the defense of land borders, losing the advantage that insular seaboard nations have;

II – Physical conformation: the greater the access a territory offers to the seaboard, the greater will be the possibilities of its people to interact with the outside;

III – Extent of territory: takes into consideration the length of the coast and the characters of harbors;

IV – Population: it has to do with not only the total population, but with the number readily available to employed for the creation and maintenance of the infrastructures of sea and naval power;

V – National character: describes the aptitude of a certain population for pursuits associated with the sea, such as commerce;

VI – Character of the government: for Mahan, the continuity provided by autocratic regimes favored sea power.

Mahan's theoretical legacy was carried on by authors such as Raoul Castex, who developed the theory of continental perturbation that analyzes European history as a permanent conflict between maritime powers and disruptive land powers, suggesting the superiority of the first over the latter and the advantages of insularity and of the domination of sea lines of communication (Sequeira, 2014).

Nevertheless, Mahan's ideas were also an object of debate and disagreement inside the emerging panoply of authors during the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. One of the major antithesis to the Admiral's theory was elaborated by the British author Sr. Halford Mackinder (Fernandes, 2003). Mackinder's (1904) proposal was the pursuit a formula that expressed certain aspects of geographical causality in History. By reading History through a geographic angle, Mackinder identified that for a thousand years, multiple horse-riding peoples arose from Asia through the broad interval between the Urals and the Caspian Sea, crossed the open spaces of Southern Russia and arrived in Europe, striking home into Hungary. According to the British author, the European civilization is an outcome of this secular struggle against Asiatic invasion, and the pivot area from where such invasions came from tended to favor the conditions of horse-riding and camel-riding nomads.

One of the principal contributions Mackinder offered to geopolitical analysis was the study of how changes in technology, specifically the revolution in land transportation, would bring an end to the "Columbian age" of sea power dominance and build the seeds for an era focused on the huge Eurasian landmass whose physical configuration made it inaccessible to maritime powers (Owens, 1999).

The inclusion of new analytical categories in Geopolitics such as air power (widely studied by Douhet and De Seversky), cyber power and space might lead us to question the relevance of the traditional geographical dimensions contemplated by classical authors.

However, John Mearsheimer (2001), pioneer of the offensive realism theory, argues that geographic distance continues to be a barrier and cost generator to military invasions.

Dugin (2015), Russian eurasianist, pictures the world as an antagonistic stage between maritime civilizations and the Eurasian continental civilization represented by Russia. Sheldon (2014) and Popa (2014), in their respective articles, suggested that cyber power and its infrastructure must be understood through geographic lens, since sovereign territorial entities are responsible for giving meaning to its use.

Finally, Saul Cohen (2015) argues that the defining two settings of the earth's physical/geographical structure are the maritime and the continental, and they represent the vital factors in the differentiation of the geostrategic spheres and the geopolitical regions.

As we have seen in section 4, geography and history are considered sources of strategic culture. However, to make this nexus more explicit, it is paramount to outline how some scholars have connected these categories.

Inspired by the naturalist school and guided by scientific studies on the origin and the biophysical characteristics of humans, Carl Schmitt (1997 [1954]) argues that human beings are earthly animals. The biophysical and biogeographic conditions under which humans exist shape not only their perceptions about the world, but their balance, movements, physical characteristics and height. Therefore, based upon Schmitt's premises, we can suggest that humans are "bio-physical-geographic" entities.

Groups who settled in different territories adapted their social and organizational arrangements to maximize survival and prosperity under the constraints imposed by the geographic environment. This spurred the development of different habits and attitudes about life (Smith, 2011). Such differences can be acknowledged as a fundamental source of the diversity of approaches to strategy among security communities.

The Portuguese author Valente de Almeida (2012, p. 113) seems to convey a similar notion, suggesting that for at least two million years, humans lived as instinctive animals adapting their ways of life to the climate, fauna, flora, soil, and resources available. Human cultures and techniques throughout history, according to Almeida, derived from the symbiotic relationship between biogeographic conditions and way of life: in fertile valleys, humans tended to be sedentary; in desertic areas, they tended to be aggressive conquerors; and in coastal zones, they tended to be navigators.

In synthesis, as Colin Gray puts it, geographic settings "impose distinctive constraints and provide distinctive opportunities that have profound implications for policy and strategy" (Gray, 1996, p. 248).

Geographic and Historical Sources of Imperial China's Strategic Culture: Strategic Patterns of a Land Power

To analyze the sources of the strategic culture of an entity historically as vast as Imperial China, it is crucial to identify strategic regularities that cut across its various historical periods.

Stratfor (2012) divides the Chinese geography in two fractions: the Chinese heartland and the buffer zones surrounding it. According to Stratfor, the 15-inch isohyet line is the core geophysical splitter of both regions. East of the isohyet line, more than 15 inches of rain fall annually, while westwards the annual rainfall is less.

Robert McColl (1999) proposes a characterization of Chinese geography that can be adapted and synthetized as follows:

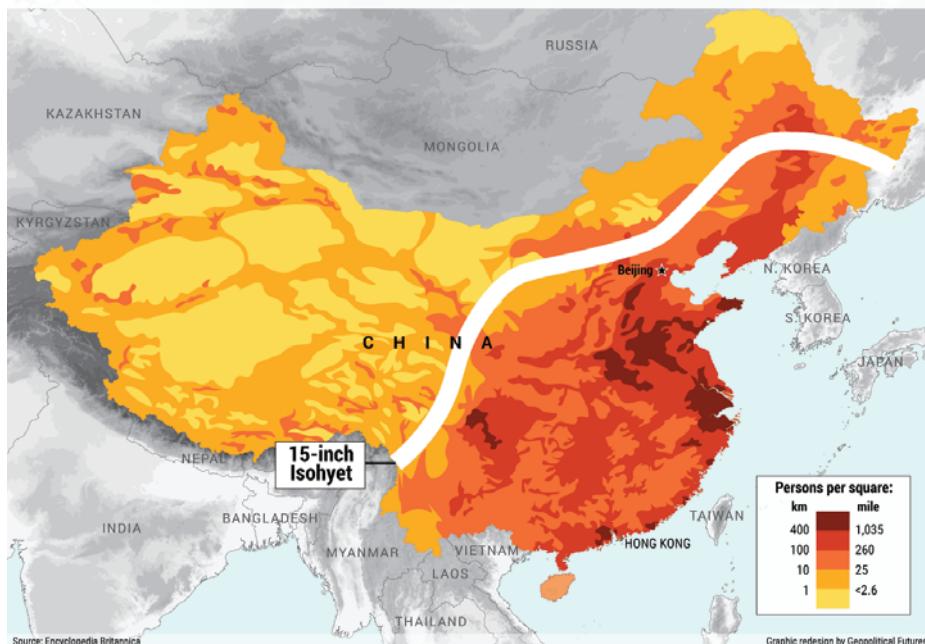
1. South (includes the southeast coast, the Yangzi Valley, the Sichuan basin and the southwest): the geophysical features of this broad area are characterized by the influence of the Pacific Ocean, the presence of the Yangtze and Yellow rivers and the proximity to the South China Sea's waters. In general, this region tends to favor the development of agriculture, fishing and trade due to the relative affluence of rainfall and access to the coast.

2. North (includes the Loess Plateau, Tibet and Xinjiang): comprised by a chain of deserts, mountains, plains and plateaus. Extreme weather variations and relative scarcity of water draining systems minimize the favorability for the development of abundant agriculture and create propensity towards nomadism. The geographic cohesion of some areas of this wide region such as Tibet and Xinjiang with Central Asia and Mongolia helped establish distinct cultural traits – influenced by Persian, Mongols and Islamic people – from that of Han China.

In synthesis, eastwards of the 15-inch isohyet line, there is the Chinese heartland, with greater annual rainfall and more suitability to agriculture and trade, making it a land for farmers and merchants. On the other hand, the rough weather made the west that surrounds the heartland a place for nomads and horsemen (Friedman, 2016; Stratfor, 2012).

Figure 1 – Chinese Geographic Division and Population Density Map (Friedman, 2016)

15-inch Isohyet and China Population Density



According to Swaine & Tellis (2000), a crucial pattern of Imperial China's security behavior for over 1,000 years were the military, diplomatic, cultural and commercial efforts for the defense of the geographic and sociopolitical heartland. The authors observed that historical records indicate that China engaged in 3,790 internal and external wars from 1100 B.C to 1911 (the end of the Qing Dynasty), and most of the military campaigns employed by different empires sought to control or neutralize the strategic periphery surrounding the heartland, that is, the land westward of the 15-inch Isohyet line. Those peripheral areas were occupied by tribes and kingdoms (being some of them Turkic, Tibetan and Mongols) that were largely nomadic and semi-nomadic and had superior warfighting capabilities based on high-mobility and on the skilled use of the bow and sword, which enabled them to concentrate quickly and overwhelm Chinese defenses (Swaine & Tellis, 2000).

So far, it is possible to presume the existence of two strategic patterns throughout Imperial China's history:

1. Most of the threats to the Chinese heartland were land-based;
2. The strategic options chosen tended to be oriented towards controlling or neutralizing the continental periphery where most of the land-based threats came from.

Hence, “the territorial vastness of China and her cohesion with the continent of Eurasia exercise so profound an influence that for long centuries the attention of the Chinese was occupied with internal problems and the defense of their land frontier on the north and northwest, the directions from which danger had historically threatened” (Lo, 1955, p. 495).

The instruments of response to the land-based threats varied between cultural-diplomatic activities, static defense, and active defense.

The “middle kingdom” diplomacy was a strategic option that Chinese decision-makers used often to convince rival tribes and kingdoms to accept Chinese imperial power and participate in a tributary system of relations that recognized China as the supreme political and civilizational entity (Kissinger, 2011). The middle kingdom narrative reflected a geopolitical self-image that makes up an important factor in Chinese strategic culture that results from an antique entity-civilization (Romana, 2018).

The use of static defense also figured in the strategic behavior of Imperial China, being exemplified by a great wall which extended from Central Asia to the Chinese east coast and was an essential means of defense against Mongol and nomad invasions (Scobell, 2014).

The employment of diplomatic and static instruments might point to what Johnston (1995) identified as the Confucian-Mencius branch of Chinese strategic culture, which suggested that war should be waged only as a last resort and peaceful means of conflict resolution should be prioritized.

However, Johnston did not adopt the thesis that Chinese strategic culture was mostly Confucian and showed that one of the largely preferred methods to neutralize and control threats was the deployment of military-operational options. China largely acted through active defense even in expansionist campaigns, seeking to not only protect the threatened

territories but to explore all modes of military action, including preemptive attacks (Zhang, 2002; Scobell, 2014). Usually, according to Swaine & Tellis, military instruments tended to be deployed in times of strength, when China enjoyed superior relative capabilities, while in periods of weakness, there was a propensity to deploy non-military means.

Although the land threats remained a central burden to China's security, an exceptional period, the Sung Dynasty (960-1279), decided to respond by embracing sea power. The conquest of the continental north by invaders blocked China's access to land trade routes and natural resources, prompting a migration of economic and sociopolitical activities to the coast (Kane, 2002). During the Sung Dynasty, maritime trade composed 20% of the State's finances, however, despite the strong technological progress and the vibrant economy, the pressure of outside land threats emanating from the strategic periphery forced the Empire to invest large chunks of its profits on the Army, and in 1064, military spending represented 60% of the total government expenditures, until it reached 70% in 1196 (Kane, 2002; Chan, 2008).

After the Sung Dynasty, China would only return to the seas in the XIX century, forced by external pressures from Western industrial naval powers (Kissinger, 2011). Besides the geopolitical pressures, the Confucian bureaucracy played a decisive role in the abandonment of sea power, which for them, was associated with instability and greed (Finlay, 2008).

Table 1 – Sources of Imperial China Strategic Culture (own creation)

Sources of Imperial China Strategic Culture		
Geographic	Historical	Responses
Cohesion with the strategic periphery	Land invasions from highly capable nomad and semi-nomad tribes and kingdoms	Military-operational options, diplomatic activities and static defenses
Heartland's vulnerable borders	Cultural differences between Han Chinese and non-Han peoples	Prevalence of land forces for border defense and expansion, even during the exceptional maritime period of the Sung Dynasty

Therefore, based on the analysis above, we can identify 4 patterns when it comes to the geographic and historical sources of Chinese strategic culture:

1. Most of the threats came from the continental strategic periphery;
2. the responses varied between military-operational instruments, diplomatic activities, and static defense;
3. due to continental pressures, during most of Imperial China's history, maritime policies focused primarily on coastal defense, not on expansion (Schottenhammer, 2017);
4. during the imperial period, strategic culture was marked by a variation between Confucian moralist branches and realist-operational ones (Scobell, 2002).

Strategic Culture and Sea Power in the People's Republic of China

After the PRC's foundation in 1949 and the establishment of Mao Tse-Tung's leadership, continentality was restored: productive industries were settled away from the coast and from the Soviet Union to minimize exposure to attacks, and the Navy was kept as a force oriented for coastal defense and not power projection (Cohen, 2015; Stratfor, 2012; Kane, 2002). Hence, the maritime aspects associated with the Qing Dynasty, forced by outside naval powers, were dismantled. However, three major events would contribute to bringing China back to the seas:

1. Nixon's diplomacy, which took advantage of the sino-soviet rivalry to promote a bilateral partnership with China considering the common Soviet threat (Kaplan, 2010; Bader, 2012; Lieberthal, 2012);
2. Deng Xiaoping's reforms: after Nixon's diplomacy, in 1978 the government led by Deng Xiaoping began an era of reforms and opening, having as a primary objective the consolidation of China's international integration (Wei, 2015);
3. The fall of the Soviet Union: the dismemberment of China's biggest continental threat allowed Beijing to mobilize greater efforts for sea power building (Cohen, 2015).

Proceeding the events above, China, according to Cohen, underwent a transitional process of geopolitical reconfiguration. China moved away from the Eurasian continental realm and became the center of gravity of the East Asian hybrid realm. Internally, this process was boosted by the relocation of industries to the coastal areas and by the emergence of high-tech hubs in Shenzhen, Hong Kong and Shanghai. The post-Deng Xiaoping economic modernization can be analyzed through the prism of calculative strategy. As Romana (2018) noted, Chinese grand strategy today is grounded on a pragmatic direction that accounts for economic modernization as one of its bedrocks.

Reforms aimed at economic modernization spurred China to be an active global trader. In 2018, China was the world's second biggest exporter, staying behind only of the European Union, and in the same year, foreign trade represented 38% of the Chinese GDP (The World Bank, 2020).

When it comes to the official dimension of strategic thinking, Chinese planners have assigned greater importance to the sea as a strategic asset: "The seas and oceans bear on the enduring peace, lasting stability and sustainable development of China. The traditional mentality that land outweighs sea must be abandoned, and great importance has to be attached to managing the seas and oceans and protecting maritime rights and interests. It is necessary for China to develop a modern maritime military force structure commensurate with its national security and development interests, safeguard its national sovereignty and maritime rights and interests, protect the security of strategic SLOCs and overseas interests, and participate in international maritime cooperation, so as to provide strategic support for building itself into a maritime power" (State Council, 2015).

Another document launched by the State Council, named "China's National Defense in the New Era" defined nine operational defense objectives, some of them being as follows: deter and resist aggressions; oppose and contain pro-independence movements in Taiwan; fight separatist movements in northern China; and safeguard maritime rights and interests. As stated in the document, "China exercises its national sovereignty to build infrastructure and deploy necessary defensive capabilities on the

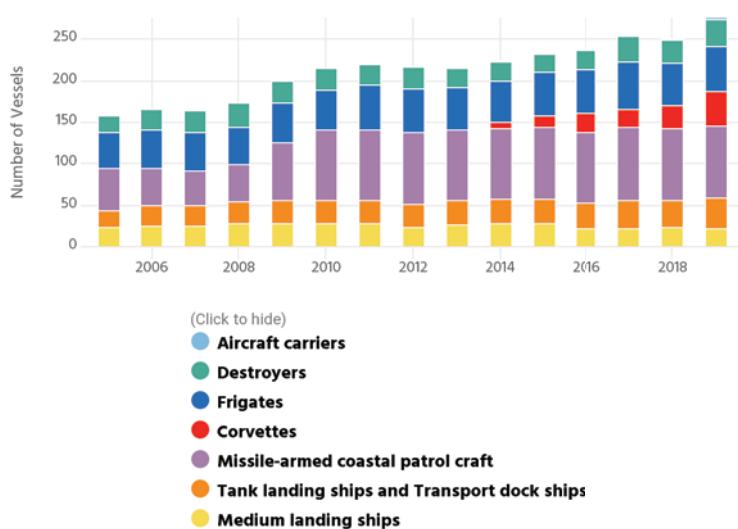
islands and reefs in the South China Sea, and to conduct patrols in the waters of Diaoyu Islands in the East China Sea. China is committed to resolving related disputes through negotiations with those states directly involved on the basis of respecting historical facts and international law" (State Council, p. 7). Therefore, unlike the imperial past, when China did not develop a Mahanian understanding of sea power even during exceptional maritime-oriented periods, Chinese strategic analysts and planners have been cultivating a significant scientific and strategic knowledge of sea power through academic networks and technocratic elites (Graff, 2007; Erickson & Goldstein, 2010).

In parallel, there has been a larger investment in the People's Liberation Army Navy (PLAN). According to the United States Department of Defense (2020), the PLAN is composed of modern multi-role platforms, ranging from anti-ship, anti-air and anti-submarine weapons to sensors, and China commissioned its first domestically engineered aircraft carrier in 2019, expected to enter service by 2023. The Center for Strategic and

Figure 2 – PLAN'S Surface Fleets from 2005 to 2019 (CSIS, 2020)

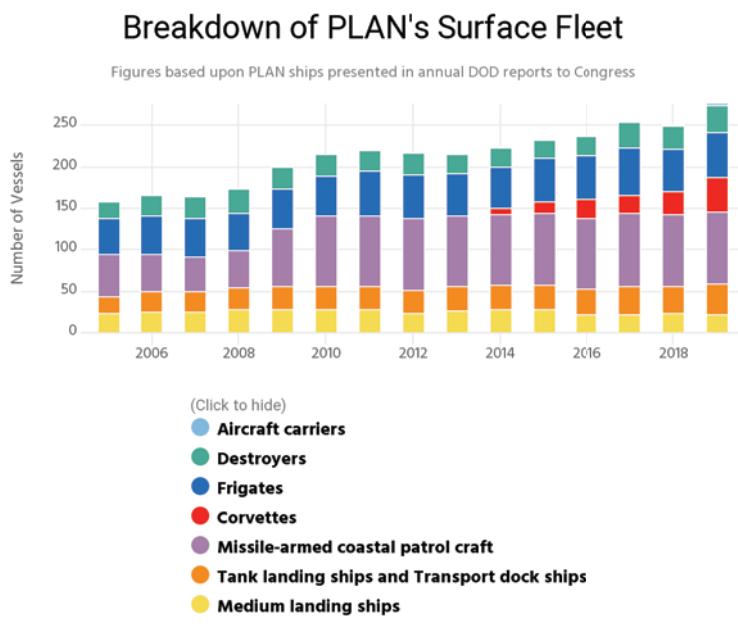
Breakdown of PLAN's Surface Fleet

Figures based upon PLAN ships presented in annual DOD reports to Congress



International Studies [CSIS] (2020) breaks down the active PLAN's surface fleets in 2019: 22 medium landing ships; 37 tank landing ships and transport dock ships; 86 missile-armed coastal patrol craft; 42 corvettes; 54 frigates; 33 destroyers; and 1 aircraft carrier.

Figure 2 – PLAN'S Surface Fleets from 2005 to 2019 (CSIS, 2020)



As it is possible to observe in the graphic created by CSIS, from 2005 to 2019 the PLAN's assets have increased substantially.

Since 1978, the Chinese economic heartland has been relocating to the eastern coast, and geopolitical and strategic realities underlie Chinese efforts to strengthen its naval power. As Martinson argued: "Chinese analysts believe that threats to these centers of wealth have increased as a result of improvements in the capacity of foreign navies to project power ashore" (Martinson, 2018, p. 8). Consequently, the PLAN has sought to expand strategic depth between the Chinese mainland and potential adversaries, while preventing them from disrupting maritime lines of communication and trade routes on which China's economy depends to import essential goods and export items (Orion, 2016).

According to Andrew Scobell (2018), the main conflict and crisis hot-spots for China from 1990 to today are on the sea: The Taiwan strait, the East China Sea, and the South China Sea. Robert D. Kaplan (2010) suggests that China is trying to exercise a Chinese version of the Monroe Doctrine in the disputed waters on the Pacific, while the Belt and Road Initiative, through the Maritime Silk Road and the Silk Road Economic Belt, is driven by strategic interests which range from breaking the perception of encirclement by American forces in the Indo-Pacific, diversifying trade routes and projecting geoeconomic influence (Clarke, 2017; Zhou & Esteban, 2018; Wey, 2019; Huang, 2016).

However, what does this analysis have to say about the significance of the PRC's incorporation of sea power in terms of the Chinese strategic culture?

According to Ashraf (2017), the dynamics at the roots of the maritime element of Chinese foreign policy reflects a strategic culture that is increasingly influenced by economic growth, trade, and maritime security concerns. Zhang reinforces this analysis by stating that 'Due to fundamental changes in international and domestic circumstances, the contemporary version of Chinese strategic culture, though retaining certain elements of its traditional counterpart, is a significant deviation from it, and featured mainly on "defensive realism" that stresses more on the material strength than cultural and ideational preferences' (Zhang, 2002, p. 73). Professor Romana (2016) defends that Chinese interpretation of international relations today expresses trends and aspects that can be associated with offensive realism (not defensive as Zhang proposed), reflecting the modernization of its military power and the enlargement of strategic depth relatively its adversaries through naval projection.

Therefore, we can argue that sea power has been incorporated as a primary element of Chinese strategic culture, which is driven by practical economic and security interests. However, domestic geographic imperatives and technological gaps still affect China's strategic culture.

Constraints on Chinese Sea Power: How They Impact Chinese Strategic Culture

As Andrew Lambert (2018) suggested, strengthening the navy is a crucial element of a maritime power, however, strategic imperatives and cultural realities might dictate the policies and directions of one's forces: "Adding navies and colonies to an existing great power, as was the case with Imperial Germany between 1890 and 1914, did not change the underlying strategic and cultural realities that compelled it to sustain a massive army and policies dominated by the European continent" (Lambert, 2018, pp. 5-6).

Also, as Till (2009) argued, national unity, land borders stability, and forced hostilities are strategic imperatives of sea power, and the instability associated with China's vulnerable borders and the strategic periphery, as noted in this article, constituted a barrier to full mobilization towards sea power.

Today, the PRC considers sea power as important as land power, nonetheless, domestic, geographic and technological imperatives still restrict Chinese efforts to build a navy with global power projection capabilities.

A Wall Street article estimates that domestic security expenditure exceeds 20% of the Chinese defense budget (Chin, 2018). Michael Beckley (2018) calculates that domestic security operations consume at least 35% of China's military expenditure, and that the distribution of active duty forces tends to be allocated mostly for land border defense purposes. This can be explained by the persisting instability in the north where non-Han ethnic Chinese tend to oppose and defy the Communist Party's rule. In Hong-Kong, massive protests also swing the attention to domestic security concerns. Although none of these challenges represent existential threats like in the imperial era, they still have noticeable subversive potential. "In Tibet and Xinjiang, which account for almost one-third of China's land-mass, non-Han ethnic groups wage low-level insurgencies against the central government. In Hong Kong, residents maintain a separate political system and periodically stage large protests against Beijing's attempts to dilute their political autonomy" (Beckley, 2018, p. 55). Bearing that in

mind, the same strategic periphery that threatened imperial China continues to pose security challenges for the PRC.

When it comes to relative capabilities, China has various technical and technological gaps compared to the United States when it comes to power projection on the seas. As Beckley noted, American naval assets tend to be better equipped and operable for submarine warfare: “China’s nine nuclear-powered submarines (four strategic, five tactical) carry less than half the munitions of current U.S. submarines and are louder than U.S. submarines from the 1960s.

Consequently, the U.S. Navy, which operates a sound surveillance system in the waters of East Asia, can track China’s nuclear-powered submarines at long ranges” (Beckley, 2018, p. 70).

Furthermore, a report published by the RAND Corporation presented a military scorecard that examined and compared US and Chinese capabilities from 1996 to 2017 in nine operational areas. In four of these areas that are air and sea related, China’s global projection capabilities are estimated to be weaker relatively the US.

Table 2 – US-China Military Scorecard in Four Operational Areas.

Operational Areas	Taiwan Scenario	Farther from Mainland China (Spratly Islands Scenario)
US vs. Chinese air superiority	Approximate parity	US advantage
US airspace penetration	Approximate parity	US advantage
Chinese anti-surface warfare	Chinese advantage	Approximate parity
US anti-surface warfare	US advantage	Major US advantage

Based on: (Heginbothan et al, 2015).

Table 2 demonstrates that Chinese anti-surface warfare advantages tend to be lower as forces move away from mainland China, while US naval and air capabilities increase. This indicates that Chinese capabilities to project its forces beyond its regional geographic circumscription is still limited.

Moreover, India's centrality and the natural discontinuity in the Indian Ocean present serious obstacles for the PLAN's control of the sea lines of communication in the Indo-Pacific region: "China has corresponding disadvantages, including the need to deploy its naval forces to the Indian Ocean through narrow and dangerous chokepoints and then cope with very uncertain logistical support when it arrives" (Brewster, 2017 pp. 11-12). Although the naval base in Djibouti is expected to address some (geo) strategic constraints for the PLAN in the Indian Ocean, the Chinese installation there is located in proximity to American, Japanese and French bases in the same country.

Consequently, we can presume that domestic security problems arising from the strategic periphery are a persistently challenging factor for Chinese efforts to turn to the sea and build a navy with global projection capabilities. In this sense, we can apply the first principle of sea power by Mahan to analyze China's strategic situation: having to defend its domestic stability from subversive movements in the continental regions, China needs to divide resources between the PLAN, the army, and domestic security forces for counterterrorism and countersubversion operations. The technological gap relative the United States is accentuated by this domestic imperative.

Conclusion

In this study, we adopted and applied the first-generation approach to examine the historical and geographic sources of Chinese strategic culture and how they shaped China's strategic options during the vast imperial era. It was found that vulnerable borders, cohesion with the strategic periphery and external invasions were the geographic and historical imperatives that operated as inputs on China's strategic culture. Through analysis of

patterns, we found that Imperial China was mostly a land power, although it did turn to the seas during the Sung Dynasty to confront the continental blockade established by invaders in the north. Nevertheless, the Sung Dynasty is considered an exception to Imperial China's continental regularity.

On the other hand, the strategic realities underlying the PRC favored the construction and adoption of sea power, and currently, Chinese strategic culture is driven by maritime interests, such as maritime trade security, preventing Taiwan independence and the necessity of strategic depth. However, domestic security concerns emanating from the same strategic periphery where the threats to Imperial China came from and the potential of instability in Hong Kong still constrain China's strategic culture from fully incorporating sea power in the operational realm, limiting China's ability to deal with the relative gaps in naval capabilities regarding its main rivals. Thus, as Andrew Scobell (2002) had noted, the primacy of unification (maintaining territorial integrity by preventing subversion in Hong Kong, northern China and Taiwan), phobia to domestic chaos and elevated threat perception (which drives Chinese efforts to enhance its naval power, but also to invest in counterterrorism and countersubversion operations) can be considered influential principles of Chinese strategic culture. Additionally, as we have seen in this study, Mahan's first principle of sea power is a pertinent tool to describe and analyze China's enduring necessity of splitting resources between sea power and land power, which goes back to imperial times.

In sum, this paper contributed to the testing of the applicability of the analytical model proposed by first-generation authors of strategic culture such as Colin Gray, Jack Snyder, Kincade and David Jones through the examination of the geographic and historical sources of Chinese strategic culture and the influence they had on the incorporation of sea power during the imperial era and in the PRC. We found that the geographic and historical inputs in each period constrained the expression of different variants of Chinese strategic culture as China's decision-makers opted for diverse strategic choices depending on the threat environment and the ideas of the specific leaders in power. Similarly, it was found that the

geography of some land threats is continuous even if their dimension changed throughout history, making Mahan's first principle a constant challenge to Chinese sea power and its full assimilation beyond official declarations in China's strategic culture. Therefore, geography and historical forces have imposed constraints on how China takes advantage of its maritime dimension to advance its national interests in foreign policy while having to manage instability in the strategic periphery. This article evidenced the way in which these variables interacted with Chinese strategic culture.

The COVID-19 pandemic, whose initial epicenter was Wuhan, might accentuate existing challenges to Chinese maritime interests. As Reuters has shown, defense spending growth in 2020 hit the lowest level since the last three decades (Tian, 2021). Also, the backlash from western countries might increase economic uncertainties and influence maritime and security interests. Moreover, as Steil and Della Rocca (2020) observed, the massive debt of developing countries participating in the Belt and Road Initiative with China can increase risks of default and threaten the sustainability of the projects, affecting not only the maritime dimension but the continental one. However, there is still not enough data to allow us to state whether these are long-term trends or exceptional adversities that will not last.

Reference List:

- Almeida, P. (2012). *Do Poder do Pequeno Estado*. (2º Edition). Lisbon, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Ashraf, J. (2017). String of Pearls and China's Emerging Strategic Culture. *Strategic Studies*, 37(4), 166-181.
- Bader, J. (2012). China and the United States: Nixon's Legacy After 40 Years. Brookings. Available in: <https://www.brookings.edu/blog/up-front/2012/02/23/china-and-the-united-states-nixons-legacy-after-40-years/>
- Beach, D. (2012). *Analyzing Foreign Policy*. New York, United States: Palgrave Macmillan.
- Beckley, M. (2018). *Unrivaled – Why America Will Remain the World's Sole Superpower*. Ithaca, USA: Cornell University Press.
- Brewster, D. (2017). Silk Roads and Strings of Pearls: The Strategic Geography of China's New Pathways in the Indian Ocean. *Geopolitics*, 22(2), 269-291.
- Carriço, A. (2016). A Cultura Estratégica da China: Evolução na Continuidade. *Proelium* 10(10), 57-88.
- Chan, K. (2008). Foreign Trade, Commercial Policies and the Political Economy of the Song and Ming Dynasties of China. *Australian Economic History Review*, 48(1), 68-90.
- Chin, J. (2018). China Spends More on Domestic Security as Xi's Powers Grow [Wall Street Journal]. Available in: <https://www.wsj.com/articles/china-spends-more-on-domestic-security-as-xis-powers-grow-1520358522>
- China Power Team. (2020). How is China Modernizing its Navy?. Center for Strategic and International Studies. Available in: <https://chinapower.csis.org/china-naval-modernization/>
- Clarke, M. (2017). The Belt and Road Initiative: China's New Grand Strategy?. *Asia Policy*, 24, 71-79.
- Cohen, S. (2015). *Geopolitics: The Geography of International Relations*. (3º Edition). Maryland, United States: Rowman & Littlefield.
- Cole, B. (2016). *China's Quest for Great Power: Ships, Oil and Foreign Policy*. Annapolis, United States: Naval Institute Press.
- Correia, P. (2010). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I: Conceitos, Teorias e Doutrinas*. (1º Edition). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Dugin, A. (2015). *Last War of the World-Island: The Geopolitics of Contemporary Russia*. London, United Kingdom: Arktos.
- Erickson, A., Goldstein, L. (2010). Studying History to Guide China's Rise as a Maritime Great Power. *Harvard Asia Quarterly* (3-4), 31-38.

- Fernandes, J. (2003). A Geopolítica Clássica Revisitada. *Nação e Defesa*, 105(2), 221- 244.
- Finlay, R. (2008). The Voyages of Zheng He: Ideology, State Power, and Maritime Trade in Ming China. *The Journal of the Historical Society*, 8(3), 327-347.
- Freedman, L. (2008). Strategic Studies and the Problem of Power. In Mahnken, T., Maiolo, J., *Strategic Studies: A Reader* (pp. 22-33). Abingdon, United Kingdom: Routledge.
- Freire, R. (2015). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. (2º Edition). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Friedman, G. (2016). China's Strategy. Geopolitical Futures. Available in: <https://geopoliticalfutures.com/chinas-strategy/>
- Graff, D. (2007). Zheng He: China and the Oceans in the Early Ming Dynasty, 1405-1433 (review). *The Journal of Military History*, 71(1), 213-214.
- Gray, C. (1981). National Style in Strategy: The American Example. *International Security*, 6(2), 21-47.
- Gray, C. (1996). The Continued Primacy of Geography. *Orbis*, 40(2), 247-259.
- Gray, C. (1999). Strategic Culture as Context: The First Generation of Theory Strikes Back. *Review of International Studies*, 25, 49-69.
- Heginbothan et al. (2015). *The US-China Military Scorecard: forces, geography, and the evolving balance of power, 1996-2017* (ISBN 978-0-8330-8219-0). Santa Monica, USA: RAND Corporation.
- Héritier, A. (2008). Causal Explanation. In Porta, D., & Keating, M. (Ed.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective* (pp. 61-79). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Hill, C. (2003). *The Changing Politics of Foreign Policy*. New York, United States: Palgrave Macmillan.
- Howlett, D. (2005). Strategic Culture: Reviewing Recent Literature. *Strategic Insights*, 4(10), 1-15.
- Huang, Y. (2016). Understanding China's Belt and Road Initiative: Motivation, Framework and Assessment. *China Economic Review*, 40, 314-321.
- Hyde, K. (2000). Recognising Deductive Processes in Qualitative Research. *Qualitative Market Research: An International Journal*, 3(2), 82-89.
- Johnson, J., Kartchner, K., e Larsen, J. (2009). *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction*. New York, United States: Palgrave Macmillan.
- Johnston, I. (1995). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey, United States: Princeton University Press.
- Johnston, I. (1995). Thinking About Strategic Culture. *International Security*, 19(4), 32- 64.

- Jones, D. (1990). Soviet Strategic Culture. In Jacobsen, C., *Strategic Power: USA/USSR* (pp. 35-49). New York, United States: Palgrave Macmillan.
- Kane, T. (2002). *Chinese Grand Strategy and Maritime Power*. Abingdon, United Kingdom: Routledge.
- Kaplan, R. (2010). The Geography of Chinese Power: How Far Can Beijing Reach on Land and at Sea?. *Foreign Affairs*, 89(3), 22-41.
- Kincade, W. (1990). American National Style and Strategic Culture. In Jacobsen, C., *Strategic Power: USA/USSR* (pp. 10-34). New York, United States: Palgrave Macmillan.
- Kissinger, H. (2011). *Sobre a China*. Rio de Janeiro, Brazil: Editora Objetiva.
- Lambert, A. (2018). *Seapower States – Maritime Culture, Continental Empires and the Conflict That Made the Modern World*. New Haven, USA: Yale University Press.
- Lamont, C. (2015). *Research Methods in International Relations*. London, UK: Sage.
- Lieberthal, K. (2012). Lessons of the 40 Years Since Nixon Went to China. CNN. Available in: <https://edition.cnn.com/2012/02/21/opinion/lieberthal-china-us-40-years/index.html>
- Lo, J. (1955). The Emergence of China as a Sea Power During the Late Sung and Early Yuan Periods. *The Far Eastern Quarterly*, 14(4), 489-503.
- Mackinder, H. (1904). The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, 23(4), 421-437.
- Mahan, A. (1889). *The Influence of Sea Power Upon History. 1660-1783* [PDF]. Available In: <http://ekladata.com/vouloir.eklablog.com/perso/DOCUS/Mahan-The-Influence-Of-Sea-Power-Upon-History.pdf>
- Mahnken, T. (2013). Strategic Theory. In Baylis, J., Wirtz, J., Gray, C., (4º Ed.), *Strategy in the Contemporary World* (pp. 61-75). Oxford, United Kingdom: Oxford University Press.
- McColl, R. (1999). Understanding the Geography of China: An Assemblage of Pieces. *Education About Asia*, 4(2), 4-11.
- Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York, United States: W.W. Norton & Company.
- Neumann, I., Heikka, H. (2005). Grand Strategy, Strategic Culture, Practice: The Social Roots of Nordic Defence. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*, 40(1), 5-23.
- Office of the Secretary of Defense. (2020). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China* (RefID: 9-A3DFCD4). Arlington, United States: Department of Defense.

- Orion, A. (2016). The Dragon's Tail at the Horn of Africa: A Chinese Military Logistics Facility in Djibouti. The Institute for National Security Studies. Available in: <https://www.inss.org.il/publication/the-dragons-tail-at-the-horn-of-africa-a-chinese-military-logistics-facility-in-djibouti/>
- Owens, T. (1999). In Defense of Classical Geopolitics. *Naval War College Review*, 52(4), 59-76.
- Popa, I. (2014, October). Cyber Geopolitics and Sovereignty: An Introductory Overview. Paper Presented at 5th National Scientific Conference: National and International Security, Slovakia.
- Ribeiro, S. (2017). *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Romana, H. (2016). Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 22(1), 13-32.
- Romana, H. (2018). In Piteira, C. Et al., *Antologia Sobre a Ásia Contemporânea: Perspetivas de Investigação no Instituto do Oriente* (pp. 43-51). Lisbon, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Rosati, J. (1994). Cycles in Foreign Policy Restructuring: The Politics of Continuity and Change in US Foreign Policy. In: Rosati, J., Hagan, J., Sampson, M., *Foreign Policy Restructuring: How Governments Respond to Global Change* (pp. 221261). South Carolina, United States: University of South Carolina Press.
- Schelling, T. (1980). *The Strategy of Conflict*. Massachusetts, United States: Harvard University Press.
- Schmitt, C. (1997 [1954]). *Land and Sea*. Washington DC, USA: Plutarch Press.
- Schottenhammer, A. (2017). China's Rise and Retreat as a Maritime Power. In Antony, R., Schottenhammer, A., *Beyond the Silk Roads: New Discourses on China's Role in East Asian Maritime History* (pp. 189-212). Wiesbaden, Germany: Harrassowitz.
- Scobell, A. (2002). *China and Strategic Culture* (ISBN 1-58487-090-7). Pennsylvania, United States: Strategic Studies Institute, U.S Army War College.
- Scobell, A. (2014). China's Real Strategic Culture: A Great Wall of the Imagination. *Contemporary Security Policy*, 35(2), 211-226.
- Scobell, A. (2018). The South China Sea and U.S.-China Rivalry. *Political Science Quarterly*, 133(2), 199-224.
- Sequeira, J. (2014). As Teorias Geopolíticas e Portugal. *Revista Militar*, 2547, 287-317.
- Sheldon, J. (2014). Geopolitics and Cyber Power: Why Geography Still Matters. *American Foreign Policy Interests: The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, 36(5), 286-293.
- Smith, S. (2011). The Geographic Origins of Strategic Culture. *Khazar Journal of Humanities and Social Sciences*, 14(4), 41-54.

- Snyder, J. (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Nuclear Options*. Santa Monica, USA: Rand Corporation.
- Steil, B., Della Rocca, B. (2020). Chinese Debt Could Cause Emerging Markets to Implode. Foreign Affairs. Available in: https://www.foreignaffairs.com/articles/east-asia/2020-04-27/chinese-debt-could-cause-emerging-marketsimplode?amp__twitter_impression=true
- Stratfor. (2012). The Geopolitics of China: A Great Power Enclosed. Available in: <https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-china-great-power-enclosed>
- Swaine, M., Tellis, A. (2000). *Interpreting China's Grand Strategy – Past, Present and Future* (ISBN 0-8330-2815-4). Santa Monica, USA: RAND Corporation.
- The State Council Information Office of the People's Republic of China (2019). *China's National Defense in the New Era* (ISBN 978-7-119-11925-0). Pequim, China: The State Council of the People's Republic of China.
- The State Council. (2015). China's Military Strategy (Full Text). Available in: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm
- The World Bank. (2020). World Bank Open Data. Available in: <https://data.worldbank.org/>
- Tian, Y. (2021). China Defence Spending Gets Mild Boost Amid Economic Caution. Reuters. Available in: <https://www.reuters.com/article/us-china-parliament-defence-idUSKBN2AX07Z>
- Wei, Z. (2015). A General Review of the History of China's Sea-power Theory Development. *Naval War College Review*, 68(4), 80-93.
- Wey, A. (2019). A Mackinder-Mahan Geopolitical View of China's Belt and Road Initiative. *RUSI Newsbrief*, 39(6), 1-3.
- Zaman, R. (2009). Strategic Culture: A "Cultural" Understanding of War. *Comparative Strategy*, 28(1), 68-88.
- Zhang, T. (2002). Chinese Strategic Culture: Traditional and Present Features. *Comparative Strategy*, 21(2), 73-90.
- Zhou, W., Esteban, M. (2018). Beyond Balancing: China's Approach Towards the Belt and Road Initiative. *Journal of Contemporary China*, 1-15.

The Fragility of Identity and the Imagination of Otherness in Bai Hua's novel *The Remote Country of Women* | A Fragilidade da Identidade e da Imaginação da diversidade no romance *O País Remoto das Mulheres* de Bai Hua

Tânia Ganito

Institute of Social and Political Sciences, University of Lisbon. Email: tganito@iscsp.ulisboa.pt

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2020.25/pp.72-91

Abstract:

Drawing on The Remote Kingdom of Women (1988), the novel written by Chinese author Bai Hua (1930-2019), this essay examines how post-Mao China articulated the notions of memory and identity, as well as of belonging and othering, as an attempt to overcome the state of fragility caused by the trauma of the Cultural Revolution and the post-revolutionary growing influence of Western culture. It proposes to explore the way some of the literary works produced during this period were to promote an encounter between a fragmented yet hegemonic culture and the cultures of the internal ethnic Other, and how this encounter between majority and minority subjects was to highlight precisely the condition of fragility that underlies the very concept of identity.

Keywords: *China; Literature; Bai Hua; Identity; Majority; Minorities.*

Resumo:

A partir de “The Remote Kingdom of Women” (1988), romance do autor Chinês Bai Hua (1930-2019), este ensaio debruça-se sobre o modo como a China Pós-Maoista articulou noções de memória e de identidade, bem como de pertença e de produção da diferença, no sentido de ultrapassar o estado de fragilidade decorrente do trauma da Revolução Cultural e da crescente influência da cultura Ocidental no momento pós-revolucionário. Propõe-se explorar como alguma da literatura produzida neste período procurou promover o encontro entre uma cultura hegemónica fragmentada e as culturas do Outro étnico interno, e de como esse encontro entre maioria e minorias acentuou a condição de fragilidade subjacente à própria noção de identidade.

Palavras-chave: *China; Literatura; Bai Hua; Identidade; Maioria; Minorias.*

Introduction

The effects of many years of abrupt socio-cultural changes, as well as China's awakening to the deep influences of globalization and cultural commodification have been promoting, in the last few decades, a complex dialogue between tradition and modernity, helping to create what can be defined as a contemporaneity with 'Chinese characteristics'. As is the case with other national contexts, in China this process has also been repeatedly betaking the past to redefine its current contours. Anthony Giddens argued that tradition – as a cultural landmark of times past – is nothing but a "creation of modernity" (Giddens 2000: 47), a creation that, consciously or unconsciously, is recalled, transformed, invented and reinvented, ritualized and institutionalized in order to be used as a mechanism of legitimization of power (*ibid.*: 48) in a specific spatiotemporal milieu. However, tradition may as well be understood as a mechanism used for filling the void shaped by the countless identity fragilities and memory gaps that endue the existence of postmodern subjects and communities. However, in such a globalized era as the one we are experiencing, tradition can be perceived as much more than just an invention. It is not just a set of imagined or manipulated symbolic practices through which one seeks to establish "continuity with a suitable historic past" (Hobsbawm, 1992: 1). Rather, tradition is a collective effort crucial for individuals, communities, and nations alike to situate themselves in the present and to project themselves into future times. This explains how it is that certain cultural institutions and certain groups embodying expressions of a traditional culture that were once forced to forgetting or induced silence, are currently undergoing a process of strategic recognition and reactivation.

Thus, we may argue that, since traditions and cultural practices, and the subjects or groups associated with them have come to be perceived as the very guardians of collective memory, their presence in a world increasingly influenced by global flows and the redefinition of local identities is somehow mandatory. Traditions indeed provide a fictionalized aura of authenticity that not only is a fundamental aspect of the contemporary consumer culture, but has also become an important element concerning the

reconfiguration of cultural spaces (Appadurai, 1996) and the reimagining of the notions of identity and alterity.

In China, following the disturbing period of the Cultural Revolution (1966-1976), the discussions over the acknowledgement of a situation of identity fragility and cultural trauma that left indelible marks upon the collective consciousness (Alexander: 2004: 1), along with the state of frustration that emerged from the post-Mao economic reforms (Liu 2009: 120), were essential aspects in the process of rethinking the role of tradition as a key element of a major strategy to reunite the nation with itself. This intellectual debate which had an extremely vivid expression during the 1980's was of a great importance in deepening and widening people's understanding of tradition in a era of reform and modernization (*ibid.*: 120) and in "situating the conflicting Chinese discourse of modern consciousness" (Wang 1996: 38). So it has come to be commonly referred to as the "Great Cultural Discussion" (*wenhua da taolun*) or "Cultural Fever" (*wenhua re*).

In *High Culture Fever* (1996), Jing Wang refers to the Cultural Discussion as a moment/period immersed in criticism towards the construction of Chinese modernity that was performed by a self-conscious intellectual elite. Claiming that "the Cultural Discussion came into being a forum for open debates of what modernity meant to a post-revolutionary society in transition" (*ibid.*: 39), the author emphasizes the important role of the Searching for Roots (*xungen yishi*) movement, one of the emerging schools that developed an intense reflection "on the collision of the ideological horizon of modernity with that of tradition" (*ibid.*: 39). Reacting to the post-revolutionary state of self and collective alienation, the *xungen* movement took, at the same time, the revolution-produced system of self-criticism to a new level (*ibid.*: 182). Instead of regarding it as a political sanction or an act of public humiliation and ritualized confession, it appropriated the Chinese traditional philosophical approach of self-cultivation and transformed it into in a creative and productive process of collective critique.

According to Nimrod Baranovitch, the *xungen* movement was,

“[C]losely tied to an identity crisis that overtook China’s intellectuals in the early 1980s. It was an attempt to reestablish a renewed sense of identity and to mediate the conflict that many Chinese intellectuals faced in the post-revolutionary era, being deprived of history and tradition after the Cultural revolution, cynical about communism and the whole revolutionary ethos, and suddenly flooded with Western culture (Baranovitch 2003: 21).

Although this cultural movement gained expression in many different aesthetic forms such as music (Baranovitch 2003), cinema (Clark 2005) and painting (Gladney 2004) it first emerged in literature. Following the influences of magical realism uttered in Gao Xinjian’s pamphlet ‘A Preliminary Inquiry into the Techniques of Modern Fiction’, as well as the call for the affirmation of literary subjectivity and for the redefinition of consciousness rooted in “traditional but non-standard tradition” (Linder: 2009: 516-7) expressed in Han Shaogong’s 1984 seminal article ‘The Roots of Literature’, the Root-searching literary works were driven by an instrumentally nostalgic need of collective reconnection with the past and a strong desire to galvanize the national cultural legacy in order to rebuild a new sense of cultural identity. As a result, and by articulating feelings of loss and belonging, xungen literature engaged in a process of self-rediscovery and of cultural sublimation that aimed to compensate the state of fragility fostered by an ideological imposition of coerced forgetting or “repressive erasure” (Connerton 2011). Xungen writers – most of them sent-down youths during the Cultural Revolution – therefore focused their attention on the margins of the nation. In China’s most remote regions they were able to find not only “the aesthetic situation, the atmosphere, the cultural sedimentation, the celebration of the power of nature, the unrefined, wild and basic beauty” (Huang Ziping in Zhang, 1997: 138) but also what they considered to be the traces of a collective memory that had long ago been effaced from the urban landscape. The efforts expressed by the xungen writers regarding the creation of an alternative post-revolutionary identity from national sources allow the outlining of two important questions that I propose to critically examine along this article through a close reading of Bai Hua’s novel *The Remote Country of Women*.

Fragile Memories, Fragile Identities

The first question deals with the fragility of identity and its connection to the fragility of memory. As Marita Sturken has argued with regard to the intensely intertwined relation between memory and identity, memory can be defined as a process that attributes meaning to each moment of the present, deeply affecting the recognition of the personal as well as the collective self. Therefore, memory becomes the “means by which we remember who we are” providing “the very core of identity” (Sturken 1997: 1).

The fact that individuals and groups experience a cultural trauma provoked by particularly violent and invasive events that undermine “one or several essential ingredients of a culture or the culture as a whole” (Smelser 2004: 38) has a deep impact on the reconfiguration of their personal and collective identities. The fragmenting effects of cultural trauma and its disruptive impact on the way communities and nations search for a re-definition of ‘Who am I?’ hereby raises the issue of fragility concerning the formation of identities.

In his book *Memory, History, Forgetting* (2004) Paul Ricoeur presents his considerations on the causes of the fragility of identity, stating that this problem actually derives from a fragility of memory (Ricoeur 2004: 80). The author refers that there are three main aspects that trigger this process. The primary cause is “its difficult relation with time” (*ibid.*: 81). According to Ricoeur, that is precisely what “justifies the recourse to memory as the temporal component of identity, in conjunction with the evaluation of the present and the projection of the future” (*ibid.*: 81). The second cause relates to the confrontation with the ‘other’. The fact that fragility is a condition of identity leads to an impossibility to actually tolerate and deal with the Other. The other, Ricoeur claims, “comes to be perceived as a danger for one’s own identity, our identity as well as my identity” (*ibid.*: 81). The third cause of the fragility of identity relates to the “heritage of founding violence”, to overwhelming acts responsible for the emergence of “real and symbolic wounds” stored in the archives of collective memory (*ibid.*: 82).

This first question merges with the second aspect related to the role of internal alterity and its floating representations in China. The fact that this

is a multiethnic nation with 55 officially recognized ethnic minorities, makes the topic of internal alterity or internal otherness as one of the central topics of the recent western academic works on contemporary China (Harrell 1995, Kaup 2000, Litzinger 2000, Schein 2000, Baranovitch 2001, Blum 2001, Harrell 2001, Mueggler 2001, Blum and Jensen 2002, Du 2002, Mackerras 2003, Mathieu 2003, Gladney 2004, Walsh 2005).

In spite of the struggles coming both from the elites and ordinary people to preserve and protect China's material and immaterial cultural heritage (Ho 2006), the Cultural Revolution was indeed a brutal act of massive destruction. It produced dramatic effects on the lives of ethnic minority communities, leading ethnic diversity through an effective yet caustic process of silencing. This was mainly activated by the 'Destroy the Four Olds' campaign (*posijiu*). Such campaign, carried out in the 1960s by the Red Guards, was designed to destroy the material and immaterial traces of cultural identity therefore leading to the erasure of the embodiment of old thoughts, old cultures, old customs and old habits (Yang, 2011: 172) – and by the subsequent efforts of assimilation of the non-Han into the dominant Han culture and the Han-dominated socialist order (Baranovitch 2003: 1). Nevertheless, from the end of the 1970s and as a result of the radical changes in political and economic trends, the representations of the ethnic Other faced major transformations, as China quested for "a locus of resilient Chinese identity" (Schein 2000: 23), thereby invoking a half true half fabricated past and relying on internal difference in order to create new representations of the nation.

By reframing national identity through the internal Other, a new discourse would emerge strongly inspired by a floating representational scheme that locates the minority subject between backwardness and civilization. Inspired by Edward Said's concept of "orientalism" (1979) such an exoticist discourse was labeled as "oriental orientalism" (Gladney 1994) or "internal orientalism" (Schein 1997, 2000). Including both feelings of strangeness and erotic fascination towards the ethnic Other, this new frame of representation drawn from the intersection of ethnicity, class and gender, not only influenced post-revolutionary state policies towards the ethnic

minorities but also inspired the “poetics of cultural reinvention” that characterizes Chinese aesthetics and literature of the 1980s (Lee 2004:164).

On the basis of the aforementioned contributions and drawing on the analysis of Bai Hua’s novel *The Remote Kingdom of Women*, I will now examine how post-Mao China articulated the notions of memory and identity and of belonging and othering, in an attempt to overcome the state of fragility caused by the trauma of the Cultural Revolution and the post-revolutionary growing influence of Western culture. I also propose to explore the way some of the literary works produced during this period were to promote an encounter between a fragmented yet hegemonic culture and the cultures of the internal ethnic Other, and how this encounter between majority and minority subjects was to highlight precisely the condition of fragility that underlies the very concept of identity.

Imagination and Affect: between the Middle Kingdom and the peripheral Queendom

The first known classic text that mentions the existence of a kingdom ruled by women situated in a peripheral region of western China was the Shan Hai Jing, the Classic of Mountains and Seas (third century b.c. to second century a.d.), a compilation of legends, myths, and tales that present rich geographical and cultural accounts of ancient China. The Book of the Latter Han, also known as Hou Han Shu – the official history of the Eastern Han Dynasty (25-220 a.d.) – refers as well to a kingdom located in an island of the Eastern Sea. This was described as a place where there were no men and where women would become pregnant just by looking at a powerful and magical water spring. In addition, and according to Christine Mathieu (2003), historical records from the Tang dynasty (618-907 a.d.) also describe a kingdom of women situated in eastern Tibet, known as Dong Nü Guo. Although these descriptions ceased to appear in historical documents from the ninth century on (Mathieu 2003: 408), they eventually reappeared centuries later in renowned classic literary works such as Wu Cheng’en’s Journey to the West (*Xiyouji*) – the Ming classic published in 1592 – and Li Ruzhen’s provocative novel Flowers in the

Mirror (Jinghua yuan), written at the beginning of the nineteenth century. In the 1980s, the Chinese writer Bai Hua (1930) – a pseudonym for Chen Youhua – would resume the literary fascination for this topic.

A target of the ideological campaign against bourgeois liberalism in 1981, Bai Hua was severely criticized for what the government considered to be a negative attitude towards patriotism expressed in his 1979 film script Kulian (Unrequited Love) (Wu 1995: 118, Barme, 1999: 11; Goldman, 2002: 508-509; Clark, 2005: 93). The following works of the veteran army writer nevertheless continued to show a critical position concerning China's political, social, and cultural realities, namely the destruction of the collective memory and the process of identity fragmentation and alienation. Originally published in 1988 – at the peak of the xungen yishi movement (Blum 2007: 46) his first long novel Yuanfang youuge Nü'er Guo, translated into English in 1994 as *The Remote Kingdom of Women*, evokes precisely such concerns.

Bai Hua's xungen novel is structured along two antithetical narratives (Twitchell, 1995: 167) presented in alternate chapters, two life stories that run parallel within the same national context and yet represent remarkably distinct worlds that overlap at a given moment. Liang Rui, both the narrator and the male protagonist representing the patriarchal Han dominant culture, was living "an idealistic youth" (Bai 1994: 12) as a freshman at the College of Fine Arts when the Cultural Revolution burst forth, having "an entire nation gone insane" (ibid.:12). At the end of this period, and after having spent most of those "ten years of chaos" in a labor camp for intellectuals and then in prison, Liang Rui was taken by a state of disillusionment and emotional void that led him to embark for exile in a remote region of western China. There, he ultimately meets and falls in love with the female protagonist, the young and beautiful Sunamei. A member of the matrilineal Mosuo, a small ethnic community – part of the Naxi minority – living on the Yunnan-Sichuan border in Southwest China, Sunamei is the incarnation of the utopian Other, sharply contrasting with the dystopic yet fragile Self embodied in the character of Liang Rui (Wu 1995).

A specter of the "Big Ditch" (Gellner 1979) starts to be built right from the first chapters of the novel. The creation of this movement of

discontinuity or separation between the modern Self and the pre-modern Other is constructed upon an objectified imagery of internal otherness. The narrative however is clearly based on the premise that all “systems of otherness are structures of identity and difference that have more to do with the establishment of self-identity than with the empirical reality of the other” (Rapport and Overing 2000: 12). Following this logic, Liang Rui is portrayed as suffering under the heavy weight of a system that punishes him for deemed counter-revolutionary conducts and confines him to a long and painful period of rehabilitation and imprisonment. Sunamei, on the other hand, is described as free and happy, leading a carefree and peaceful life under the protection of her extended family. At the age of thirteen, she undergoes the celebration of the “skirt-dressing” puberty rite after which she gradually prepares to meet her first lover.

Liang Rui primarily feels he is the product of a modern and civilized world. But as the narrative develops, his tone works to subvert that first description, and he starts depicting the reality that surrounds him as a place rather undermined by dishonesty, agitation and lack of individual freedom. Comparing it to a miserable, tedious and abhorrent exile, Liang Rui admits living in a panoptic society, an Orwellian world where he is even denied the right to own his body, it being rather the possession of the “great leader, Chairman Mao” (Bai 1994: 36). On the contrary, the world Sunamei was born and raised in is entirely different, it is ‘another’ world.

In order to explore the dialectical structure of identity reconfiguration and the production of otherness, Bai Hua keeps providing new antithetical elements along the narrative. Besides disclosing the fragilities concerning an extremely politicized modern cultural system, these elements also enunciate the principles that guided the formation of an orientalist discourse towards the internal Other:

Here I witness a matrilineal society that should have existed only in antiquity. Yet it exists today. No outside pressure has the power to change it. The Mosuo people live and love solemnly according to their own primitive way of existence. (...) Mosuo women are their own masters on earth. Only they have the right to love or not to love, to want or not to want, to accept or to refuse. They are independent of men. In their world there are

no spouses in bondage, no lonely old men, no homeless orphans – and, of course, no modernization (*ibid.*:362).

The internal orientalist discourse is therefore condensed in a set of binary oppositions between Self and Other presented along the novel and that rely mainly on the intersection of ethnicity, gender and class. Han men are depicted as soldiers, intellectuals, painters, party cadres or counter-revolutionaries incarcerated in labor camps. Their characters are built on the basis of specific features such as discipline, subtlety, intelligence, and they are frequently assaulted by particular emotions including terror, rage, loss and guilt. Mainly because freedom is absent, they live with the constant feeling of being “in jail” (*ibid.*: 114). Mosuo men, on the contrary, are represented as caravaneers, corn crop keepers, skilful dancers and singers, as well as gentle and passionate lovers. Exuding a “hot taste of wine, and the thin, sour smell of sweat” (*ibid.*: 84) they are the embodiment of perseverance, courage, honesty and of an unsublimated condition of primitive virility, since they often appear “wolfiging down large amounts of weat and wine (...) wiping off the sweat from time to time” and “exposing a bronzed hairy chest” (*ibid.*: 339).

A similar process of differentiation is used to distinguish Han and Mosuo women. Dedicated to the revolutionary cause, Han women possess ‘docile’ and institutionalized bodies (Foucault 1979) that reveal “a hard calmness condensed by years of hatred” (Bai: 1994: 33). Although apparently self-controlled, they appear as lost, stressed and vulnerable beings. Therefore, Han women are described in sharp contrast with their Mosuo counterparts. Energetic, self-confident, sensual, graceful and exhibiting a beautiful, fertile body capable of conceiving “nine daughters and nine sons” (*ibid.*: 56), Mosuo women are metaphorized as a “full moon in a starry sky” (*ibid.*: 82) or as “full-blooming, pollen-laden” flowers (*ibid.*: 82). They spend much of their time working in farm fields and taking care of the children. However, they also enjoy themselves with relatives, friends and lovers, dancing in circles around a bonfire, singing and drinking wine and tea.

The fact that the Mosuo women clearly embody the mother and the lover figures, emphasizes the importance of sexuality in the configuration of national identities. In *Minority Rules* Louisa Schein explores this subject

inspired by Chatterjee's argument that situates "the nation in the body or idea of the woman" (Schein 2000: 108). According to Schein, the maternal figure is, as such, "especially pivotal, for women are seen as reproducers of the nation's people both biologically through childbearing and socially through their inculcation of national traditions and values in the young" (ibid.: 108). However, and in spite of being often depicted as exotic and erotic, the internal Other – both women and men – are also frequently portrayed as "sexual misfits in a highly normative national sexual system" (ibid.: 108).

Using a rather satirical approach, Bai Hua uses the trope of sexuality in order to intensify the differences among both the 'civilized' majority and the 'primitive' minorities. In this sense, he describes the unfruitful efforts made by the teams sent by the central committee to "save the primitives" (Bai 1994: 30). Through "a wave of shouting, a gust of criticizing, a surge of vilifying" (ibid.: 4) the brigades sought to "purify the family and marital life" among the Mosuo. By forcing them to reject the ethnic custom of practicing free and open relationships – a modality of sexual life known as the "visit" (Cai 2001) – in favor of monogamy, they would successfully drag them "out of the stone age into the modern life" (Bai 1994: 8) and let them "march shoulder to shoulder with the whole nation" (ibid: 28). These emphatic expressions reveal the significant role of sexuality of the internal Other as a powerful discursive formation in contemporary China. Mainly due to the "anxieties about the health of the nation" (Eley and Suny 1996: 26) as well as to demographic and cultural concerns, China's nationalist projects, as it usually occurs in multiethnic states, have been taking inspiration from biopolitical forms of power, "whether through rhetorics of family values, or by policy offensives around reproductive health, the regulation of sexuality, or the direct control of women's bodies (ibid.: 26).

In addition, *The Remote Kingdom of Women* also brings to light the relation between identity, alterity and affect. In the novel, the Red Guard brigades that were sent to the remote region by the government, holding a powerful "civilizing mission" (Harrell 1995), describe the Mosuo as primitive, underdeveloped and dirty, the carriers of barbarian customs still living as the ancestors of humanity probably did (Bai 1994: 33). Indeed, they are

even compared to “cavemen” (*ibid.*: 7), since they possess little, if any knowledge of Chinese language, they don't have a writing system of their own, and they speak a language that causes repulsion (*ibid.*: 338). Due to the identity shock that emerges from the cultural encounter and the perception of selfness and otherness, Liang Rui's initial fascination for Sunamei's village gradually starts to vanish and transforms into aversion:

During the day I could see more clearly that every Mosuo courtyard was too dirty for me to set foot in. Everywhere there was manure, and the worn-out clothing of the children and the elderly seemed to have never been washed. Although beautiful girls wore beautiful clothes, their necks were dirty. Supposing I had met Sunamei here but not in town: could I have brought myself to kiss her? (*ibid.*: 350).

The perception and construction of alterity appears, then, to be deeply connected with the way the self senses and is affected by the Other. Rew and Campbell analysis on the topic of affect and identity bring us closer to an understanding of this process of recognition of difference and similarity, since they argue that the subjective and experimental dimensions of identity are, in fact, “exercises in the mobilization of emotion though a selective drawing upon affective elements, for example a contextually defined sense of exclusion, fear and anxiety vis-à-vis significant Others” (Rew and Campbell 1999: 13). In fact, because the Mosuo represent the ultimate difference, an insurmountable and impenetrable boundary emerges between the two ethnic subjects and expresses itself through the evocation of dubious feelings, such as attraction, anxiety and repulsion.

Nevertheless, the creation of this boundary failed to protect the apparently stiff structures of the identity of the Self. Paradoxically, it eventually lead the Self to feel and explore the emotions that inadvertently sprang from that encounter. The disturbing affective involvement is initially characterized by romantic notions of self-liberation and self-surrender which evoke both the aspiration to incorporate in Chinese modern society some of the native principles inspired by Taoist and Buddhist philosophies, as well as the will to recreate a lost time and reconnect with the primordial Self, as shown by the following passage:

The next morning the Red Guards commanded the Mosuo, grown-ups as well as children, to persecute their commune cadre. The children balked, as did the grown-ups. They pretended not to understand the instructions. Even the few who knew a little Chinese became incapable of understanding a single word. Instead, the children simply stripped off their clothes and, plunging into Lake Xienami, paddled fiercely. Following the children, the Red guards also jumped naked into the lake. (Bai 1994: 2-3).

But, at the same time, it was also by experiencing the Other, and experiencing through the Other, that the fragilities of the Self such as the sense of identity void and emotional strangeness came to be unveiled and questioned. These excerpts illustrate how this emotional experience made the Self – represented by Liang Rui – gain awareness of what it was missing, namely the absence of individual and collective freedom, the solitude, the abandonment:

[Sunamei's] mind was barren of any political conceptions. Her kind of thinking was utterly impossible to find in China at that time: She seemed to have been living in another world, where she had found “the freedom of an insect in a cocoon – a freedom millions of other Chinese, along with myself were unable to enjoy. I adored her. Once I had been a revolutionary hero who believed, “If we do not run the affairs of the world, who else can run them?” Today I not only admired her insect’s freedom but was anxious to gain it myself (Bai 1994: 20).

[The Mosuo community's] beloved had been taken by heaven; I myself had discarded my Sunamei. But I did not cry, not a single teardrop. They could complain to the heavens, to the earth, to their gods and ghosts, turning complaints into sorrow, sorrow into grief. To whom could I complain? (ibid.: 367).

Why stay any longer? I walked past them, past their courtyard, and past their village. I walked away from their world, there was no place for me among them, their courtyard or their village. I walked away as an outsider, a miserable exile. Now I experienced the true agony of exile. I was returning to the boring, hateful world I had once known and loved so well (ibid.: 368-9).

Although each society constructs and expresses emotions according to its own cultural frameworks, in some cases, political institutions clearly lead the process of public and private management of emotions. The novel therefore suggests that, on the one hand, Maoism's legitimacy relied on the effective mobilization of society through specific and meticulous strategies meant to awaken and mold the intensity of public collective emotions, such as patriotism, glorification, adoration and loyalty to Mao, as well as induced hatred and violence towards the government's "enemies" (Lu 2004). But, simultaneously, it also explores the fact that the unleashing of those powerful and intense expressions was followed by a process of silencing personal emotions and thoughts. Indeed, the fact that cultural expressions of intimacy and subjectivity were deeply restrained, almost evolving into a taboo during the Cultural Revolution, bring us to Stacey Oliker's argument that in "societies with a more collective culture ethos, attention to the self is dangerous and considered unworthy. It subverts the authority of tradition and the discipline of identifying with social rules" (Oliker 1998: 20).

The cultural encounter made the Self realize the trauma caused by the violent repression of emotions as well as the silencing of the memory of those same personal affects. In effect, it is through the Other that the most fragile of all the identity fragilities is acknowledged: the state of emotional void of the Self. To personify the utmost expression of this bitter and fragile condition of "uncanny strangeness" – an inner condition that leads to an understanding of the self-as-other – Bai Hua uses Liang Rui's words to narrate a moment of emotional disclosure, the moment when Gu Shuxian – a Han female character who was a member of the provincial women's federation – is taken by a sense of inner turmoil just because she allowed herself to feel:

Her sojourn along the beach of Lake Xienami had destroyed Gu Shuxian's hard calmness condensed by years of hatred. She felt a tender sorrow rising from the bottom of her heart. She was disturbed by an emotion she had not experienced for many years. She was unable to figure out her past and present (Bai, 1994: 33).

Distance, the Self and the Other

At the very end of *The Remote Kingdom of Women*, we find a note from the publisher stating that Bai Hua “made two visits to the Mosuo community along Lake Lugu in 1985 and 1986” (Bai 1994:373). Those field-work visits were actually inspired by previous readings on the Mosuo culture, namely the works from Chinese anthropologists produced at the beginning of the 1980s. Back then, Chinese anthropology was still limited to a quite narrow theoretical framework, referred to by Charles McKhann as the “two and a half theories of society and culture” (1995: 39): “Stalin’s theory of national identity, Morgan’s theory of social evolution, and Engel’s reworking of Morgan in *The Origin of the Family, Private Property, and the State* (ibid.:39). Deeply rooted in the evolutionist model, some of these studies would then define the Mosuo as “living fossils of ancient marriage formations and family structures” (Yan in McKhann 1995: 39), a community that was still in the first stages of social formation, a truly “primitive matriarchy” (Walsh 2005: 456). As it happened with other ethnic minority groups, the Mosuo were therefore to become the subjects of contemporary revival of primitivism. Hence, *The Remote Kingdom of Women* relies on modern anthropological representations, hereby assuming the existence of an exotic Other as well as “maintaining an indefensible, asymmetrical ‘distinction’ between ‘Us’ and ‘Them’” (Eriksen and Nielsen 2001: 139).

The work of representation of identity and alterity in *The Remote Kingdom of Women* can thus be analyzed on the basis of Joahannes Fabian’s critique to the temporal discourse of Western anthropology formed exactly under the evolutionist paradigm (Fabian, 2002: 16). As Fabian contends in *Time and the Other* (2002), evolutionism led anthropology to construct relations with its Other, stressing the affirmation of difference through the use of specific devices such as distance (ibid: 16). Thus, through the use of temporal distance “not only past cultures, but all living societies were irrevocably placed on a temporal slope, a stream of Time” (ibid: 17) leading to the creation of specific temporal terms used to address the other, such as primitive and savage, but also current euphemisms as, for instance, tribal or traditional (ibid: 17). Nevertheless, temporal distance went beyond that

stream of Time and entered the sphere of Space, leading to a process of temporal spatialization, according to which the Other was to be located in peripheral and remote geographies. Following these notions, Bai Hua's novel constructs an ethnic Other by recourse to an essentialized and crystallized notion of alterity and using a spatial and temporal system that inevitably binds him to the past and confines him to places far distant from the center.

However, as I tried to argue along the essay, distance – and, consequently, difference – was also used as a device to unfold one of the main dilemmas of the generation that grew up during the Cultural Revolution and experienced the impact of post-revolutionary structural transformations, the one related with the fragility of identity. By creating a spatiotemporal line that relates the Self with the Other, the novel reveals the complexities surrounding the causes of fragility enunciated by Ricoeur, namely the fragmentation of cultural memory and the difficult relation of the nation to a burdened past, the inability to deal with the (outer and inner) other, as well as the experience of trauma and the “absence of affect” (Bennett 2005: 5) that resulted from it. Focusing on the “deeply felt” (Cai 2004: 45) and through the use of a rather reflective language that brings together the Self and the Other in a particular point of the line, *The Remote Kingdom of Women* engages to rethink the role identity and alterity play in the re-fashioning of subjectivity in contemporary China.

References

- Alexander, Jeffrey (2004), "Toward a Theory of Cultural Trauma", in *Cultural Trauma and Collective Identity*, ed. Jeffrey Alexander et al. (Berkeley: University of California Press) 1-30.
- Appadurai, Arjun (1996) *Modernity At Large: Cultural Dimensions of Globalization*. (Minneapolis: University of Minnesota Press).
- Bai, Hua (1994 [1988]) *The Remote Country of Women*. (Honolulu: University of Hawai'i Press).
- Baranovitch, Nimrod (2003) *China's New Voices – Popular Music, Ethnicity, Gender, and Politics 1978-1997*. (California: University of California Press).
- Barmé, Geremie (1999) *In the Red: On Contemporary Chinese Culture*. (New York: Columbia University Press).
- Bennett, Jill (2005) *Empathic Visions: Affect, Trauma and Contemporary Art*. (Standford: Standford University Press).
- Blum, Susan (2001) *Portraits of Primitives*. (Oxford: Rowman & L'Helefield Publishers).
- (2007) *Lies that Bind: Chinese Truths, Other Truths*. (Rowman & Littlefield: Maryland).
- Blum, Susan and Jensen, Lionel (eds.) (2002) *China off center: mapping the margins of the middle kingdom*. (Honolulu: University of Hawai'i Press).
- Cai, Hua (2001) *A society without fathers or husbands: the Na of China*. (New York: Zone Books).
- Cai, Rong (2004) *The Subject in Crisis in Contemporary Chinese Literature*. Hawaii: University of Hawai'i Press.
- Clark, Paul (2005) *Reinventing China – A Generation and Its Films*. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong.
- Connerton, Paul (2011) 'Seven Types of Forgetting', *The Spirit of Mourning: History, Memory and the Body*. (Cambridge: Cambridge University Press). 33-50.
- Du, Shanshan (2002) *Chopsticks only work in pairs: gender unity and gender equality among the Lahu of Southwest China*. (New York: Columbia University Press).
- Eley and Suny (1996) 'Introduction: From the Moment of Social History to the Work of Cultural Representation', in *Becoming National: A Reader*, eds. Geoff Eley and Ronald Suny. (Oxford: Oxford University Press). 3-37.
- Eriksen, Thomas and Nielsen, Finn (2001) *A History of Anthropology*. (London: Pluto Press).
- Fabian, Johannes (2002 [1983]) *Time and the Other*. (New York: Columbia University Press).

- Foucault, Michel (1979) *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. (New York: Vintage Books).
- Gellner, Ernst (1979) *Spectacles and Predicaments: Essays in Social Theory*. (Cambridge: Cambridge University Press).
- Giddens, Anthony (2005[1999]) *O Mundo na Era da Globalização*. (Lisboa: Editorial Presença).
- Gladney, Dru (1994) 'Representing Nationality in China: Refiguring Majority/Minority Identities', *The Journal of Asian Studies*, 53 (1). 92-123.
- (2004) *Dislocating China – Reflections on Muslims, Minorities, and Other Subaltern Subjects*. (Chicago: University of Chicago Press).
- Goldman, Merle (2002) 'The Intellectuals and Party Leaders: Phase Two', in *An Intellectual History of Modern China*, eds. Merle Goldman and Lee Ou-Fan Lee. (Cambridge: Cambridge University Press).
- Harrell, Stevan (ed.) (1995) *Cultural Encounters on China's Ethnic Frontiers*. (Seattle: University of Washington Press).
- (2001) *Ways of Being Ethnic in Southwest China*. (Seattle: University of Washington Press).
- Ho, Daphon (2006) 'To Protect and Preserve: Resisting the Destroy the Four Old Campaign, 1966-1967', in *The Chinese Cultural Revolution as History*, eds. Joseph Esherick et al. (Stanford: Stanford University Press). 64-95.
- Hobsbawm, Eric (1992 [1983]) 'Introduction: Inventing Traditions', in *The Invention of Tradition*, eds. Eric Hobsbawm and Terence Ranger. (Cambridge: Cambridge University Press). 1-14.
- Kaup, Katherine (2000) *Creating the Zhuang: Ethnic Politics in China*. (Boulder: Lynne Rienner Publishers).
- Lee, Ou-fan Lee (2004) 'Reflections on change and continuity in modern Chinese fiction', in *Chinese Aesthetics and Literature: a reader*, ed. Corine Dale. (Albany: State University of New York Press). 153-172.
- Linder, Birgit (2009 [2005]) 'Root-seaking School', in *Encyclopedia of Contemporary Chinese Culture*, ed. Edward Davis. (London: Routledge). 516-517.
- Litzinger, Ralph (2000) *Other Chinas: The Yao and the politics of national belonging*. (Durham: Duke University Press).
- Liu, Chang (2009 [2005]) 'Cultural Discussion', in *Encyclopedia of Contemporary Chinese Culture*, ed. Edward Davis. (London: Routledge). 119-120.
- Lu, Xing (2004) *Rhetoric of the Chinese Cultural Revolution: The Impact on Chinese Thought, Culture, and Communication*. (Columbia: University of South Carolina Press).

- Mackerras, Colin (2003) *China's Ethnic Minorities and Globalization*. (London: Routledge).
- Mathieu, Christine (2003) *A History and Anthropological Study of the Ancient Kingdoms of the Sino-Tibetan Borderland – Naxi and Mosuo*. (Lewiston: The Edwin Mellen Press).
- McKhann, Charles (1995) 'The Naxi and the Nationalities Questions'. in *Cultural Encounters on China's Ethnic Frontiers*, ed. Stevan Harrell. (Seattle: University of Washington Press). 39-62.
- Mueggler, Eric (2001) *The Age of Wild Ghosts – memory, violence and place in Southwest China*. (Berkeley, University of California Press).
- Oliker, Stacey (1998) 'The modernization of friendship: individualism, intimacy and gender in the nineteenth century', in *Placing Friendship in Context*, eds. Rebecca Adams and Graham Allan. (Cambridge: Cambridge University Press). 18-42.
- Rapport, Nigel and Overing, Joanna (2000) 'Alterity', *Social and Cultural Anthropology: The Key Concepts*. (London: Routledge). 9-18.
- Rew and Campbell (1999) 'The Political Economy of Identity and Affect', in *Identity and Affect: Experiences of Identity in a Globalising World*, eds. John Campbell and Alan Rew. (London: Pluto Press). 1-36.
- Ricoeur, Paul (2004) *Memory, History, Forgetting*, trans. Kathleen Blamey and David Pellauer. (Chicago: University of Chicago Press).
- Said, Edward (1979) *Orientalism*. (New York: Vintage Books).
- Schein, Louisa (1997) 'Gender and Internal Orientalism in China', *Modern China*, 23 (1). 69-98.
- (2000) *Minority Rules – The Miao and the Feminine in China's Cultural Politics*. (London, Duke University Press).
- Smelser, Neil (2004) 'Psychological Trauma and Cultural Trauma', Jeffrey Alexander et al, *Cultural Trauma and Collective Identity*. (Berkeley: University of California Press). 31-59.
- Sturken, Marita (1997) *Tangled Memories: The Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the Politics of Remembering*. (Berkeley: University of California Press).
- Twitchell, Jeffrey (1995), 'Book Reviews', *Chinese Literature: Essays, Articles*, Vol. 17. 167-169
- Walsh, Eileen (2005), 'From Nu Guo to Nu'er Guo: Negotiating Desire in the Land of the Mosuo', *Modern China*, 31 (4) . 448-486.
- Wang, Jing (1996) *High Culture Fever: Politics, Aesthetics, and Ideology in Deng's China*, (Berkeley, University of California Press).

- Wu, Qingyun (1995) Female Rule in Chinese and English Literary Utopias. (Syracuse: Syracuse University Press).
- Yang, Su (2011) Collective Killings in Rural China during the Cultural Revolution. (Cambridge: Cambridge University Press).
- Zhang, Xudong (2007) Chinese Modernism in the Era of Reforms: Cultural Fever, Avant-Garde Fiction, and the New Chinese Cinema. (Durham, Duke University Press).

ENSAIO | ESSAY

O Papel da História na Reestruturação do Triângulo Relacional Portugal – China – África Lusófona | The Role of History in the Restructuring of the Relational Triangle Portugal – China – Lusophone Africa

Ana Cristina Alves

Professora Auxiliar, Nanyang Technological University, Singapura – School of Social Sciences/ Public Policy and Global Affairs Programme

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2020.25/pp.92-108

Introdução

Apesar da longevidade do relacionamento de Portugal com a China ser equiparável ao de África (mais de cinco séculos), e pese embora as inúmeras similaridades no trato, do ponto de vista da política externa estes dois percursos permaneceram em grande medida isolados um do outro. No caso da China e da África lusófona, cujos laços são bastante mais recentes, o mesmo padrão de compartimentação de políticas externas é observável entre si e em relação a Portugal. O estabelecimento do Fórum Macau em 2003 marca o primeiro ponto de convergência deste triângulo relacional. Todavia, a sua dinâmica operacional remanesce essencialmente bilateral quase duas décadas volvidas.

A ausência de uma perspectiva histórica de longo prazo por parte dos decisores políticos justifica em parte esta situação. Análises longitudinais são fundamentais para destilar a essência dos sucessivos ciclos históricos, cuja apreensão é essencial para definir políticas de consequência no longo prazo que permitam corrigir erros e injustiças dos ciclos antecedentes de molde a edificar relações mais construtivas e equilibradas, pautadas pela distribuição equiparada de benefícios e custos entre todas as partes envolvidas.

A história entre Portugal e a África de expressão portuguesa é bem conhecida dos respetivos públicos, em particular o período colonial cujo

legado ambivalente, marcado por cicatrizes e traumas profundos ao lado de solidariedades culturais, linguísticas e afetivas, resiste teimosamente ao volver das décadas. A história das relações China-África é, todavia, menos conhecida, justificando deste modo a pertinência desta contribuição.

O rastro histórico da China em África apresenta inúmeros paralelos com o presente não apenas em relação às modalidades de engajamento privilegiadas por Pequim mas também relativos às motivações que sustentam este compromisso com o continente. O desconhecimento destes padrões históricos constitui uma limitação em parte significativa das análises contemporâneas sobre as relações China-África. O traçar e a interpretação destes padrões históricos são fundamentais para entender, nomeadamente, a narrativa oficial Chinesa e a lógica que alavanca este relacionamento cuja consolidação testemunhamos no momento presente, e que constitui uma das principais facetas da ascensão da China no palco mundial.

O objetivo desta seção resume-se a traçar os contornos dos vários ciclos históricos no relacionamento China-África até ao início do século 21, de molde a identificar as continuidades históricas que estruturaram o modelo de cooperação que hoje sustenta o seu relacionamento com o continente e a diferença de parceiros de cooperação tradicional, como Portugal. Compreender a lógica de ação da China é fundamental para um engajamento trilateral mais frutífero e consequente por parte dos decisores políticos em Portugal e na África Lusófona.

O legado de Mao Zedong nas relações China-África⁹

Os contactos da China com África anteriores ao estabelecimento República Popular da China (RPC) em 1949, foram sobretudo indiretos, esporádicos e inconsequentes. Embora haja registo de trocas comerciais (seda, chá, porcelana) com a civilização Egípcia que datam do início da rota da seda (Dinastia Han), este comércio foi intermediado por comerciantes árabes. Os primeiros contatos diretos sucederam com as expedições marítimas do Almirante Zheng He (dinastia Ming) no início do século xv, as

⁹ Parte desta seção é adaptada de Chris Alden and Ana Alves, "History and Identity in the Construction of China's Africa Policy", *Review of African Political Economy*, 35/115 (2008): 43-58.

quais chegaram à costa oriental Africana onde entretram relações diplomáticas e comerciais com reinos locais. Este foi todavia um breve interlúdio (menos de três décadas) dado que estas expedições foram descontinuadas pelo imperador seguinte. Para além de esporádicas vagas migratórias de mão-de-obra chinesa para o sul de África promovidas pelas potências coloniais entre o século XVIII e início do século XX, pouco mais há a registar em termos de contatos. Neste contexto, quando África reapareceu no radar da RPC nos anos 50, Pequim tinha não só um registo limpo e sem traços colonialistas no continente, como partilhava um passado como vítima do imperialismo europeu.

A fundação da RPC coincidiu com o início da Guerra Fria e o prelúdio dos movimentos de libertação que, pondo fim a séculos de jugo colonial, transformaram a face do globo nas décadas seguintes. Os países africanos recém-independentes rapidamente surgiram no radar do regime comunista Chinês como uma potencial solução para o seu problema de legitimidade internacional. O peso crescente dos novos membros africanos na Assembleia-Geral da ONU oferecia a Pequim a possibilidade de inverter as probabilidades a seu favor, uma vez que a maioria das potências ocidentais apoiavam então Taipé como ocupante legítimo do lugar permanente da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Os primeiros contactos de Pequim com África neste período ocorreram no âmbito da conferência de Bandung de 1955, onde Zhou Enlai interagiu com vários líderes africanos, incluindo Gamal Abdel Nasser, do Egito, que se tornou no ano seguinte o primeiro país africano a estabelecer laços diplomáticos com a RPC. As relações da China com África neste período estavam, no entanto, subordinadas à aliança com a União Soviética e, por conseguinte, limitou-se a contactos diplomáticos amigáveis baseados na solidariedade anticolonial e divulgação do modelo autosuficiente de desenvolvimento da China, conduzidos principalmente através da Organização de Solidariedade Popular Afro-Asiática (AAPSO) criada em 1957. Na sequência destes contatos mais quatro países africanos estabeleceram laços oficiais com a China (Marrocos, Argélia, Sudão e Guiné) antes do final da década.

A rutura ideológica com a União Soviética (US) em finais dos anos 50 resultou todavia numa posição muito mais assertiva da China em África na década seguinte. A política externa da China no continente prosseguia agora dois objetivos: obter um reconhecimento diplomático internacional mais alargado a fim de substituir Taiwan nas Nações Unidas como o governo legítimo da China; e competir com Moscovo pela liderança da revolução socialista mundial e do Terceiro Mundo (Yu, 1966, p.464). Foi com estes dois objetivos em mente que a China começou a implementar sistematicamente incentivos económicos nas suas relações com África. Estes assumiram principalmente a forma de acordos de ajuda e assistência técnica e de prestação de assistência financeira (Yu, 1965, p.324-331). Os empréstimos chineses (principalmente para financiar projetos chave-na-mão em várias áreas), foram fornecidos sem condições anexas, sem juros ou juros baixos, contemplando longos prazos de reembolso, e alguns garantidos por exportações africanas para a China (Yu, 1965, p.325), forjando assim as características que constituem ainda hoje as bases do modelo de ajuda financeira Chinesa no continente.

Uma análise mais atenta da cooperação da China com África neste período revela de fato inúmeros paralelos com o presente nomeadamente em termos de práticas operacionais, prioridades e setores. Por exemplo, a Guiné, sob o comando de Sékou Touré, foi o primeiro país africano a beneficiar da assistência financeira da China sob a forma de um empréstimo sem juros de 100 milhões de RMB (cerca de 25 milhões de dólares) em 1960 (Brautigam, 2009, p.32). O empréstimo financiou a construção de uma série de fábricas (prensagem de óleo de amendoim e palma; tabaco e fósforos; processamento de bambú), projetos agrícolas (plantações de arroz e chá e sistemas de irrigação) e edifícios públicos de prestígio (Cinema Liberdade e o Palácio do Povo e Centro de Conferências em Conakry) (Brautigam, 2009, p.32). A célebre digressão pioneira de Zhou Enlai a dez países africanos (Dezembro 1963 a Janeiro 1964), apresenta várias semelhanças com as agora frequentes visitas dos altos funcionários do governo Chinês ao continente. Nesta missão Pequim prometeu um total de 120 milhões de dólares em ajuda a cinco países (Congo-Brazzaville, Gana, Quénia, Mali e Tanzânia) (Brautigam, 2009, p.32-33), assumido a maioria a

forma de acordos económicos e técnicos. Segundo Yu, só em 1964 a China foi responsável por mais de metade dos empréstimos concedidos ao continente. Em 1966, os compromissos totais de ajuda chinesa estimavam-se em 428 milhões de dólares distribuídos por nove países (Yu, 1988, p.853). A assistência financeira da China na década de 1960s assumiu uma visibilidade semelhante à que goza atualmente no continente, constituindo também neste período um dos traços definidores do seu engajamento em África. Este esforço é particularmente impressionante se considerarmos que os recursos da China na época eram bastante mais escassos que os da União Sovética ou dos Estados Unidos da América (EUA) (Yu, 1965, p.325). No final de 1965, 17 dos 38 estados africanos existentes haviam estabelecido laços com Pequim (em comparação com 14 com Taipé).

Todavia, nesta batalha pelo reconhecimento diplomático e liderança do bloco comunista, a política externa da China em África incluiu também uma variedade de instrumentos subversivos que são menos conhecidos do público em geral. Estes incluem nomeadamente assistência financeira e técnica a movimentos de libertação, mas também a movimentos rebeldes e secessionistas (treino de guerrilha e transferência de armas) (El-Khawas, 1973, p.25-26), numa clara tentativa de destronar regimes suportados por Moscovo (ou Washington) e conquistar a fidelidade de líderes africanos em ascensão. Em 1965 Pequim mantinha ligações com pelo menos 12 movimentos de libertação (Yu, 1988, p.853).

Foi nesta fase que os percursos de Portugal e a China se cruzaram em África pela primeira vez, ocupando trincheiras opostas. Um dos movimentos apoiados por Pequim, foi a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), tendo o seu líder, Jonas Savimbi, estudado na China em meados da década de 1960 onde se tornou um fervoroso adepto da guerrilha Maoísta. Pequim tentou também cooptar os outros dois movimentos independentistas em Angola (MPLA e FNL) ainda durante o período colonial, todavia sem grande sucesso. Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) recebeu também apoio da China na década de 1960. Esta parte da história onde os destinos da China, África e Portugal convergiram de forma conflitual permanece, no entanto, pouco estudada nos circuitos académicos lusófonos e chineses. Esta fase

subversiva, em clara contravenção com o princípio basilar de não interferência da política externa chinesa foi, todavia, um período breve e atípico nas relações com África, sem paralelo no presente.

O início da Revolução Cultural, em 1966, ditou, no entanto, a contração da assistência da China a África nos anos seguintes, resultando na concentração de esforços em poucos aliados (Congo-Brazzaville, Guiné, Mali, Tanzânia e Zâmbia) (Yu, 1988, p.853-854). Apesar desta retração financeira e dos muitos debacles diplomáticos produzidos pelas atividades subversivas da RPC no continente (El-Khawas, 1973, p.25-26), Pequim logrou manter alguma influência em África e enraizar amizades duradouras com vários Estados africanos. Este é o caso da Tanzânia e da Zâmbia. Em 1967 a RPC assinou um empréstimo de 400 milhões de dólares para construir um caminho de ferro de 1.870km ligando os abundantes depósitos de cobre da Zâmbia ao porto de Dar Es Salam, na Tanzânia – a famosa ferrovia Tazara (Yu, 1980, p.117-144). O conhecimento deste episódio histórico é fundamental para entender o compromisso da China com a construção de infraestruturas Africanas no presente. O empréstimo foi concedido sem juros e com um período de reembolso de 30 anos, contemplando 5 anos de graça. A decisão de construir o caminho de ferro surgiu de um pedido direto do presidente zambiano Kenneth Kaunda secundado pelo seu homólogo tanzaniano, Julius Nyerere. Apesar das limitações financeiras e políticas da época, Mao abraçou este mega-projeto com grande entusiasmo pela oportunidade única que representava para elevar o perfil da China no continente face aos seus rivais. No período pós-independência, o financiamento da ferrovia tinha sido rejeitado como inviável pelo Banco Mundial e por várias potências ocidentais (Brautigam, 2009, p.40). Além disso, este empreendimento tornou-se o maior projeto de assistência económica concedido a um Estado africano por um país comunista. A construção começou em 1970 e foi concluída em 1975, dois anos antes do previsto. Todos os equipamentos e materiais foram enviados da China, juntamente com milhares de técnicos chineses, padrão este que ainda hoje caracteriza os projetos de infraestruturas financiados pela China em África no presente.

Este modelo de empréstimo (sem condições anexas e oferecendo condições de pagamento mais fáceis para o mutuário), tal como hoje, exerceu grande apelo no continente, especialmente face à relutância dos doadores ocidentais em financiar projetos infraestruturais de larga escala. Vários países africanos correram para Pequim em busca de apoio, incluindo aliados tradicionais da União Soviética na África Oriental. Em 1971, a Etiópia recebeu um empréstimo sem juros de 84 milhões de dólares para desenvolvimento agrícola a ser reembolsado com as exportações; e o Sudão um empréstimo de 40 milhões de dólares para construir uma fábrica de tecelagem e têxtil e duas estradas (El-Khawas, 1973, p.27).

A ferrovia Tazara foi, no entanto, a única mega infraestrutura financiada pela China neste período. Não obstante o patente fracasso económico,¹⁰ esta ferrovia continua a ser um marco de referência na história das relações com o continente, frequentemente citado como o epítome da solidariedade China-África em discursos públicos proferidos por líderes chineses e africanos. Este fato atesta o enorme sucesso deste empreendimento do ponto de vista político, tendo no longo prazo ofuscado por completo o seu fracasso económico.

A assistência financeira da China ao continente também compensou outros objectivos políticos mais imediatos. Embora a aproximação com os EUA em torno deste período tenha, sem dúvida, estabelecido um contexto internacional mais favorável, foram os delegados africanos na Assembleia Geral das NU que desempenharam um papel fundamental na restauração da RPC como legítimo ocupante do lugar permanente no CSNU e consequente expulsão de Taiwan em 25 de outubro de 1971. Nesse dia, a Resolução 2758 da ONU foi aprovada com 76 votos (3 acima da maioria de 2/3 necessária), tendo sete Estados africanos alterado o seu voto a favor da China no último minuto: Ruanda, Serra Leoa e Togo passaram de “não” para “sim”, e Botsuana, Camarões, Senegal e Tunísia mudaram de abstenção para “sim” (El-Khawas, 1973, p.26- 27). De acordo com os registos de

¹⁰ Devido à má gestão e manutenção por parte das autoridades locais a ferrovia nunca serviu o propósito para o qual foi construída (transportar o cobre zambiano para o oceano Índico). A isto acresce o fato do empréstimo nunca ter sido reembolsado na totalidade, além de que a China teve que canalizar recursos adicionais ao longo das quatro décadas de existência da ferrovia para evitar o seu colapso total e perder a face.

D. Brautigam (2011, p. 210), com a única exceção da Tunísia, todos estes países receberam assistência chinesa nesse mesmo ano ou nos dois anos seguintes.

A partir deste momento, os fluxos de assistência económica e técnica chinesas para África intensificaram-se significativamente. De acordo com os registos da CIA citados por Yu, os compromissos de ajuda da China entre 1970 e 1977 totalizaram 1,9 mil milhões de dólares distribuídos por 29 países (Yu, 1988, p.855). Em resultado o número de países que estabeleceram ou restabeleceram laços diplomáticos com a China aumentou consideravelmente neste período. No final de 1975, 37 dos 48 países africanos haviam estabelecido laços diplomáticos com Pequim, enquanto apenas oito reconheciaem Taiwan. À exceção de Angola (1983)¹¹, todos os outros PA-LOPs estabeleceram relações diplomáticas com a China logo após a independência, indicando uma maior proximidade desta lado do triangulo China-Africa Lusófona-Portugal nesta fase.

No final do reinado de Mao, a política externa da China alcançara dois objetivos políticos primordiais que haviam sido traçados na fundação da RPC: ganhar um reconhecimento internacional mais amplo e substituir Taiwan nas NU. A ajuda da China e a assistência financeira aos países africanos desempenharam, sem dúvida, um papel fundamental. No entanto, menos bem-sucedida foi a tentativa da China de organizar uma frente africana contra a União Soviética, suplantar a sua influência no continente e tornar-se o líder incontestado do Terceiro Mundo – explicado pelos recursos financeiros e logísticos muito mais vastos de Moscovo.

O legado de Mao Zedong perdura ainda hoje nas relações China-África, nomeadamente em duas dimensões. Em primeiro lugar, o capital político acumulado neste período junto das elites Africanas subsistiu intacto até ao presente, tendo facilitado em grande medida a penetração económica da China no continente na viragem do século. Este capital político, deriva não só da assistência económica providenciada a África, em especial a ferrovia de Tazara, mas também das credenciais anti-colonialistas forjadas pelo apoio a vários movimentos de libertação. Apesar dos severos

¹¹ Em grande parte este atraso deveu-se à desconfiança do MPLA em relação a Pequim devido ao apoio concedido à UNITA ainda durante o período colonial.

custos políticos gerados no imediato por algumas actividades subversivas, o breve período de intervencionismo maoísta resultou a longo prazo numa mais valia, sendo esta solidariedade ainda hoje enaltecida pelas elites africanas. Em segundo lugar, foi também sob a égide de Mao que a matriz de cooperação chinesa foi forjada, em particular os contornos da assistência financeira. Além disso, a experiência da ferrovia de Tazara justifica em grande medida a apetência de Pequim por projectos infraestruturais de larga escala, os quais constituem hoje uma das características fundamentais do engajamento chinês no continente.

O Legado de Deng Xiao Ping e Jiang Zemin

O início das reformas económicas de Deng Xiaoping em 1978, levou a uma profunda recalibragem da política externa chinesa. O primado da competição ideológica com a União Soviética em África foi rapidamente substituído pela atração de capital e tecnologia dos países desenvolvidos, vistos então como cruciais para a modernização interna da China. No entanto, Pequim não renunciou as suas credenciais nem a ambição de liderar o Terceiro Mundo. Em plena normalização das relações com os EUA e a União Soviética, em 1982 Pequim anúnciou os contornos de uma nova política externa independente. Seguiu-se a digressão de Zhao Ziyang a 11 países Africanos, onde expôs a nova política da China para o continente. A bagagem ideológica do passado foi desmantelada e substituída por uma abordagem mais pragmática e alinhada com a retórica de cooperação Sul-Sul. Isto traduziu-se no redirecccionamento para projetos que requerem investimentos menores e retornos mais rápidos, com ênfase na criação de autonomia e benefício mútuo. Consequentemente, as relações China-África entraram num período marcado por projetos de pequena escala, reavaliação dos projetos de cooperação existentes, afastamento de projetos de ajuda unidireccionais em favor de acordos mutuamente benéficos que envolvam, nomeadamente, a criação de *joint ventures*, acordos comerciais compensatórios e favorecimento do investimento como instrumento de cooperação (Yu, 1988, p. 855-858; Brautigam, 2009, p. 52-66).

Na prática, todavia, esta mudança resultou na gradual perda de vigor dos laços com África e menor visibilidade da China no continente na década de 80, em particular na África Lusófona. Entre Portugal e os países africanos lusófonos verificou-se também um certo distanciamento neste período, justificado em grande medida pelo ainda recente corte do cordão colonial e por convulsões internas. Em Portugal a consolidação da democracia e os laços com a União Europeia assumiram prioridade nas relações externas. Nos PALOPs o relacionamento com os EUA e a União Soviética foram privilegiados no contexto das guerras civis no período pós-independência e ainda no quadro da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, Lisboa e Pequim iniciaram negociações para a devolução de Macau na sequência do estabelecimento de laços diplomáticos em 1979.

O massacre de Tiananmen em 1989 pôs, no entanto, fim a este período dormente no relacionamento de Pequim com África. No rescaldo de Tiananmen, a China enfrentou dois grandes desafios na sua política externa. Por um lado, foi alvo de forte condenação por parte dos países ocidentais que levaram à imposição de várias sanções económicas e militares, estando prestes a tornar-se o novo pária internacional no contexto do colapso da União Soviética em 1991. Por outro lado, Taipé aproveitou a oportunidade para lançar uma ofensiva diplomática, conhecida como “diplomacia de livro de cheques”, que rapidamente ganhou terreno na batalha pelo reconhecimento diplomático, tendo vários países Africanos cortado relações com Pequim na década de 1990, incluindo a Guiné-Bissau (1990) e São Tomé e Príncipe (1997).

Em resposta, a China lançou de imediato uma ofensiva diplomática direcionada para os países em desenvolvimento. O ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Qian Qichen, visitou seis países africanos apenas um mês após o incidente de Tiananmen. Este facto assinala a súbita ascensão de África na política externa chinesa neste novo quadro. A partir daí, Qian visitou o continente todos os anos em janeiro (em 1995 tinha visitado 36 países africanos), uma tradição que foi seguida pelos seus sucessores até ao presente (Brautigam, 2009, p. 68).

Sob a direção do Presidente Jiang Zemin, a assistência aos Estados africanos foi prontamente reforçada, nomeadamente para os Estados que

estiveram ao lado da China após o incidente de Tiananmen. Em 1990, a ajuda China-África, alegadamente, totalizou 375 milhões de dólares distribuídos por 46 estados, muito acima dos 60 milhões de dólares repartidos por 13 estados em 1988 (Taylor, 2004, p.87). Nos anos que se seguiram, enquadrados pela transformação em curso de uma economia planeada para um mercado socialista, Pequim reestruturou as fontes de financiamento da ajuda chinesa. De entre as várias iniciativas a mais significativa, foi o alargamento dos empréstimos concessionais pelo Banco de Exportação e Importação da China (China EXIM Bank) a partir de 1995¹², o qual tinha sido estabelecido no ano anterior, juntamente com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), para promover as importações e exportações chinesas. Estes Bancos tornar-se-iam, no novo século, os veículos mais proeminentes do financiamento do desenvolvimento chinês em África.

O aumento dos fluxos de ajuda chinesa na década de 1990 foi calorosamente saudado pelos líderes africanos, uma vez que chegaram numa altura marcada pelo súbito colapso da União Soviética e retirada dos EUA, seguida pelo desencanto da Europa com o continente. Além disso, a causa de Pequim ressoava com muitas das desavenças que persistiam entre as elites africanas e o mundo desenvolvido, particularmente em matéria de democracia e direitos humanos. O rápido ressurgimento da assistência económica da China em África no rescaldo da crise de Tiananmen permitiu a Pequim não só evitar o isolamento imposto pelo Ocidente, como também chumbar uma série de resoluções da ONU contra a China ao longo da década de 1990 relativas às suas práticas de direitos humanos e na sequência da crise dos mísseis de Taiwan em 1996. Quanto à disputa diplomática com Taipé, a vitória chinesa levou tempo, uma vez que as lealdades africanas seguiram o maior licitador. Enquanto Taipé reconquistou vários países africanos¹³ nesta fase, no final da década Pequim havia recapturado

¹² White paper on China's foreign aid issued by China's Information Office of the State Council on April 21, 2011, (Xinhua/China's Information Office of the State Council), available at: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c_13839683_5.htm (accessed 19 June 2015).

¹³ Burkina Faso, CAR, Chad, The Gambia, Guinea Bissau, Liberia, Lesotho, Niger, Senegal, São Tomé & Príncipe.

metade¹⁴ e convertido um grande peso no continente: a África do Sul, tudo graças a generosos pacotes de cooperação.

O Presidente Jiang Zemin visitou o continente pela primeira vez em 1996 com paragem em cinco países (Quénia, Etiópia, Mali, Namíbia e Zimbabué). Num discurso proferido na sede da Organização da União Africana em Adis Abeba, Jiang anunciou a institucionalização de uma plataforma para o diálogo e cooperação entre a China e o continente, iniciativa esta que foi oficialmente estabelecida em 2000 em Pequim, sob a designação Fórum para a Cooperação China-Africa (FOCAC), o qual se tornou o centro dinamizador das relações com o continente na atualidade.

Embora a década de 1980 aparente ser um período pouco relevante do ponto de vista histórico nas relações China África, foi um laboratório importante para a incubação de novas políticas e instrumentos nascidos da fusão de ajuda e investimento (Brautigam, 2009, p. 52-66), que eventualmente emergiram como a pedra angular do modelo Chinês de cooperação para o desenvolvimento na viragem do século. Embora talvez menos patente que o legado de Mao, o contributo de Deng Xiaoping foi igualmente importante na medida em que imprimiu um cariz eminentemente pragmático à cooperação chinesa, privilegiando benefícios mútuos de caráter económico, vistos desde então como fundamentais para prosseguir os objetivos de modernização doméstica da China. Outro legado importante de Deng Xiaoping foi a substituição da retórica marxista-maoísta pela narrativa da cooperação Sul-Sul, indicando o abandono da competição ideológica com Moscovo sem abdicar, todavia, da liderança do Terceiro Mundo, que se mantém como um dos vetores centrais da política externa chinesa atual. O legado de Jiang Zemin assume um cariz mais prático, tendo definido os contornos institucionais que viriam a moldar as relações com o continente no novo século, nomeadamente, o papel central dos bancos estatais na canalização de assistência ao desenvolvimento para o continente, bem como da FOCAC na definição das orientações estratégicas do relacionamento.

¹⁴ Guiné-Bissau, Lesotho, Liberia, Niger, Senegal.

Esta reaproximação entre a China e África na década de 1990, coincidiu também com uma crescente harmonia nas três faces do triângulo relacional. Ao longo desta década, Lisboa e os PALOPs convergiram mais ativamente em pontos de interesse comum, nomeadamente a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996. As relações Portugal-China atingiram também uma nova fase com a conclusão dos acordos que conduziram à devolução de Macau à soberania Chinesa em 1999. A confiança mútua nascida destas negociações e o legado histórico do território, justificam em grande medida a criação do Fórum Macau em 2003 como ponto de confluência privilegiado deste triângulo entre Portugal, a África lusófona e a China.

A relação China-África no século XXI

O estabelecimento formal do Fórum Macau inaugurou uma nova fase neste triângulo relacional, agora claramente impulsionada por interesses económicos. Este desenvolvimento tem que ser, todavia, entendido no quadro mais amplo da política externa chinesa na viragem do século. Em grande parte, o motor desta mudança foi a própria China, em particular a implementação da “política de saída” e a sua entrada na Organização Mundial de Comércio em 2001. A política externa chinesa a partir deste momento passou a ser movida por objetivos táticos imediatos de cariz essencialmente económico: abrir portas às empresas e serviços chineses no estrangeiro; encontrar novos mercados para as suas exportações, e por último, mas não menos importante, facilitar o acesso a matérias primas (minérios e combustíveis fósseis), necessários para sustentar o seu crescimento económico. O intensificar das relações com o continente no presente século sucedeu neste quadro, e o seu ritmo acelerado deve-se em larga medida à menor regulação dos mercados africanos que facilitou a penetração dos interesses chineses, combinado com o mútuo desencanto entre africanos e doadores tradicionais após décadas de ajuda ao desenvolvimento malogradas. No domínio político, a batalha de reconhecimento com Taiwan continuou a ser o objetivo mais imediato, juntamente com o apoio africano nos fóruns multilaterais. O objetivo estrutural subjacente manteve-se, em

grande parte, inalterado: fomentar a imagem da China como líder do mundo em desenvolvimento e o principal advogado da cooperação sul-sul.

Na viragem do século, as reservas cambiais da China totalizavam 166 mil milhões de dólares, acima dos 30 mil milhões de dólares uma década antes. Em 2016 este valor ascendia a 3,3 trilhões de dólares.¹⁵ Estes recursos financeiros, sem paralelo na atualidade, permitiram à China implementar incentivos económicos ao serviço da sua agenda de política externa numa escala sem precedentes. Estes instrumentos baseiam-se naturalmente nas experiências passadas da China. Entre estes destacam-se as generosas linhas de crédito para financiar a construção de infraestruturas em África. Menos de duas décadas volvidas a China mudou a face do continente. É hoje o principal parceiro comercial do continente, absorvendo a maioria das suas exportações e fornecendo parte significativa das importações. É também um dos maiores investidores em África, exibindo um portfólio bastante diversificado, com posições de destaque na indústria extractiva, sector de infraestrutura, telecomunicações, media, retalho e banca. A isto acresce o papel central que agora desempenha na canalização de assistência financeira ao desenvolvimento. Neste processo, os parceiros tradicionais do continente, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, os EUA e países europeus, incluindo Portugal, foram secundarizados, resultando numa margem de negociação mais ampla para os líderes africanos e perda de tração do chamado consenso de Washington.

Esta reorientação de África para o Oriente, produziu inúmeros ganhos a curto prazo para o continente. Dentre estes destaca-se a revitalização das suas economias em função da procura Chinesa, que suscitando também o interesse de outros investidores originou elevadas taxas de crescimento económico em vários países Africanos, incluindo Angola, e, em segundo lugar, a dotação de infraestruturas básicas e estruturantes (transporte, energia e telecomunicações) cuja construção não teria sido possível sem a ajuda chinesa dado a falta de recursos próprios ou a recusa de financiamento para estes projetos por parte dos parceiros tradicionais, em função de uma percepção de risco mais sensível que a chinesa. Todavia, o colapso do preço de

¹⁵ SAFE, FOREX Reserves, <http://www.safe.gov.cn/wps/portal/english/Data/Forex> (accessed 20 April 2016).

matérias primas desde 2014 e mais recentemente o impacto da pandemia nas economias Africanas, pôs a descoberto algumas debilidades da parceria com a China, nomeadamente a sustentabilidade da dívida com Pequim e o equilíbrio da balança comercial que desde 2014 tem beneficiado mais a China que o continente. A isto acresce dificuldades de autosuficiência comercial de alguns dos projetos infraestruturais financiados pela China e entretanto concluídos, nomeadamente, a Ferrovia Standard Gauge no Quénia (2018) e a ferrovia elétrica ligando a Etiópia ao porto de Djibuti (2017), acentuando o ónus financeiro dos respetivos governos. Esta realidade questiona a distribuição dos ganhos e custos desta parceria no longo prazo e invoca padrões de desigualdade observados em ciclos anteriores sob a égide europeia.

Considerações finais

No passado recente, o cruzamento de interesses entre Portugal, China e PALOPs sucedeu de forma breve no período da Guerra Fria, no contexto das lutas pela independência nos domínios coloniais portugueses, com Lisboa e Pequim acantonados em campos opostos prosseguindo interesses políticos manifestamente divergentes, constituindo a parte africana, por sua vez, um mero peão no xadrez geopolítico. Este período deixou um legado controverso e em larga medida negativo da perspetiva da relação triangular. Esta fase histórica carece, todavia, de um estudo mais aprofundado por parte da comunidade académica lusófona e chinesa, o qual permitirá entender de forma mais abrangente e aprofundada a relevância desse legado nas relações contemporâneas, em particular da perspetiva do Fórum Macau.

A convergência de interesses deste triângulo relacional no presente é evidenciada pela rápida expansão da presença chinesa e o recrudescer da presença portuguesa nos PALOPs na viragem do século, em particular em Angola e Moçambique. Esta convergência de interesses, apesar de largamente cordial, acarreta, todavia, alguns elementos de tensão. No caso de Lisboa e Pequim, esta é mais evidente na dimensão económica, em particular a competição nos sectores da construção e comércio, mas também política em virtude da crescente influência da China na área lusófona.

Por outro lado, existem algumas convergências interessantes entre as três partes, nomeadamente a retórica oficial da prosperidade partilhada que acompanha a crescente interação económica entre as três partes bem como evidentes complementaridades económicas e sociais, as quais, todavia, tardam em dar frutos na prática.

O alinhamento de narrativas e de complementaridades no momento presente, por serem inéditas, constituem uma oportunidade única para escrever um novo capítulo na história das relações sino-lusófonas, pautado por um relacionamento trilateral verdadeiramente equilibrado e inclusivo. O Fórum Macau ocupa uma posição privilegiada para a coordenação de esforços estratégicos e harmonização de políticas das três partes neste sentido. Todavia, a sua estrutura organizacional altamente hierárquica e enfoque na dinamização dos fluxos comerciais e de investimento no presente impede que desempenhe esta função, dado que este objetivo tem sido prosseguido de forma largamente *ad hoc* e descoordenada, sem metas desenvolvimentistas ou critérios equitativos claramente definidos. A história ensina-nos que mudanças estruturais nos termos das relações raramente acontecem de forma orgânica, sucedem por via de ruturas sistémicas (ex. Independências e descolonização) ou resultam de intencionalidade política (ex. Gorbaciov e o fim à Guerra Fria). A perspetiva de longo prazo e a compreensão do encadeamento dos ciclos históricos, em particular dos erros que urge colmatar, são essenciais na formação desta intencionalidade nos círculos de decisão política.

A redação deste novo capítulo, que poderá assumir um papel pioneiro no âmbito do modelo de cooperação trilateral depende todavia do alinhamento de perspetivas e intenções de longo prazo dos líderes políticos em Portugal, na China e na África Lusófona e do compromisso de evitar as hierarquias e exploração do passado, para que a história daqui em diante seja finalmente *triple win*.

Reference List:

- Yu, George T. (1965). 'Sino-African Relations: a Survey', *Asian Survey*, 5/7: 324-331.
- Yu, George T. (1966). 'China's failure in Africa', *Asian Survey*, 6/8: 464.
- Yu, George T. (1980). 'The Tanzania-Zambia Railway: A Case Study in Chinese Economic Aid to Africa,' in Warren Weinstein and Thomas H. Henriken, eds., *Soviet and Chinese Aid to African Nations*, New York: Praeger, pp. 117-144.
- Yu, George T. (1988). 'Africa in China's Foreign Policy', *Asian Survey*, 28/8: 853-858.
- Brautigam, Deborah (2009). *The Dragon's Gift: the Real Story of China in Africa*, Oxford: Oxford University Press.
- Brautigam, Deborah (2011). 'Chinese development aid in Africa', in *Rising China: Global Challenges and Opportunities*, eds Jane Golley and Ligang Song, ANU, p. 210, online version: <http://press.anu.edu.au?p=113721>
- El-Khawas, Mohamed A. (1973). 'China's Changing Policies in Africa', Issue: *A Journal of Opinion*, 3/1, pp. 25-27.
- Taylor, Ian (2004). 'The all-weather friend? Sino-African interaction in the 21st century' in Ian Taylor & Paul William (eds), *Africa in International politics: External involvement on the continent*, London: Routledge, p. 87.

ESPECIAL | SPECIAL

Identidade macaense: que futuro? | Macanese identity: what future?

Carlos Piteira, Celina Veiga de Oliveira, Marisa Gaspar, Vítor Serra de Almeida, Mário Matos dos Santos, Manuel Rodrigues, Joaquim Pereira e Maria João Valente (Moderação)

DOI:10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2020.25/pp.109-126

Carlos Piteira

Investigador do Instituto do Oriente

ISCSP/Universidade de Lisboa

A propósito da Mesa Redonda/Debate realizado no dia 6 de Dezembro de 2019 nas instalações do Museu/Fundação do Oriente numa parceria entre a Fundação Oriente e o Instituto do Oriente do ISCSP/Universidade de Lisboa tivemos ocasião de ouvir e registar um conjunto de contributos de vários intervenientes que se propuseram a expressar, em tom de reflexão, a problemática da Identidade macaense no actual contexto da Região Administrativa e Especial de Macau (vulgo RAEM).

A relevância das décadas para assinalar as efemérides são sempre interessantes e também motivo para celebrações, comemorações e outras tantas formas de nos ir avivando a memória dos registos do passado. O ano de 2019 marca precisamente os 20 anos da transição do território de Macau para a constituição da RAEM (Região Administrativa e Especial de Macau), motivo de exaltação, por certo, para a República Popular da China (RPC), não retirando também a possibilidade para que portugueses e macaenses continuem a celebrar Macau como espaço de pertença.

A proposta para a realização de um debate em torno da Identidade macaense como traço singular da sociedade actual da RAEM, pareceu-nos interessante como tema a considerar nesta efeméride, ou não fosse a mesma uma das marcas distintivas da sua História, assim tentámos, na medida do possível através de um painel de convidados, equacionar as perspectivas do seu futuro.

A República Popular da China vai impondo mudanças e dinâmicas que se cristalizaram nestes 20 anos de existência da Região Administrativa Especial de Macau, a comunidade macaense, por sua vez, continua activa e presente e vai marcando a dimensão dos seus traços identitário pelas iniciativas e posicionamento que vai assumindo.

As formulações que foram expressas neste debate irão por certo contribuir para registar pontos de vista que são em alguma medida também os que a “comunidade” vai sentindo, permitindo-nos extrair dessa singela reflexão uma estruturação das expectativas que foram identificadas, cabe agora em nosso entender, torná-las públicas para serem apropriadas por quem dela quiser dar continuidade.

Partindo de uma citação extraída no documentário síntese que foi projectado antecipadamente, da autoria da Produtora LivreMeio que também colaborou nesta iniciativa, colocámos a seguinte dúvida existencial:

“... o futuro dos macaenses é um jogo de dados, incerto por natureza mas dependendo sempre de quem os lança: neste caso dos macaenses...”

Ao longo da sessão tentámos captar três (3) dimensões possíveis para enquadrar o tema: Uma ligada à vertente académica onde se posiciona a História e a Antropologia, outra focada nas instituições representativa dos macaenses (Casa de Macau e Fundação Casa de Macau) e por fim realçando os traços identitários mais marcantes: A gastronomia e o patuá.

Procurámos formular questões de ordem genérica para cada segmento por forma a poderem extrapolar e divagar sobre o tema da identidade dos macaenses.

1 – A vertente académica:

No ano da transição (1999) chegou-se a equacionar a hipótese do desaparecimento da etnicidade/identidade macaense. Chegados a 2019 (20 anos depois) a “chama” dos macaenses continua ainda a propagar-se. Como enquadram do ponto de vista histórico e antropológico esta dinâmica de resistência e de «resiliência» tendo em conta o novo contexto de Macau como Região Administrativa e Especial (vulgo RAEM)?

2 – As Instituições

A existência de entidades (Casa de Macau, Fundação, associações, etc.) representativas da comunidade macaense aqui em Portugal e em Macau justificam-se em que medida e com que propósitos? Caso se venham a extinguir no tempo isso equivale a dizer que deixa de existir a comunidade?

3 – Os traços identitários:

Dos traços identitários relevantes para a comunidade, sobressai a Gastronomia e o Patuá. Como perpetuar essas dimensões no novo contexto que se vai desenhandando na RAEM e nas diásporas? Existem condições objectivas para a sua difusão e manutenção?

Partindo dessa constelação várias foram as opiniões e sugestões expressas pelos convidados que culminaram com as sínteses que agora apresentamos um pouco em tom de sinopse. Dada a importância do tema para quem acompanha e vive a dinâmica da identidade macaense na contemporaneidade achámos que faria todo o sentido divulgar para o público em geral os conteúdos expressos nesse debate, razão pela qual optámos pela apresentação deste artigo condensado nos tópicos aflorados pelos intervenientes e que denominámos de: Identidade macaense: que futuro?

Nas páginas que se seguem iremos divulgar o registo das sínteses das opiniões formuladas por cada interveniente no intuito de formular uma divulgação mais ampliada e de certo modo estruturada das expectativas que foram sendo colocadas ao longo do debate, não se tratando obviamente de uma descrição pormenorizada e global dos conteúdos expressos, mas apenas e só, de um conjunto de ideias formuladas por cada interveniente, sendo os textos da autoria de cada um dos intervenientes.

A componente académica trouxe-nos uma visão alicerçada pelos estudos de cariz científico que têm suportado o tema, deixando-nos pistas e reflexões que cabem dentro dessa matriz e que vai da História às demais ciências sociais com enfoque na Antropologia que têm privilegiado o tema das identidades.

Os testemunhos institucionais afloraram a importância da congregação e agregação identitária em torno da capacidade representativa que a comunidade macaense tem privilegiado, realçando o papel que lhes cabe e ampliando essa visão para o papel das diásporas que se vão afirmando nos vários locais do mundo onde a presença dos macaenses se faz notar.

Por fim, o tema da preservação dos traços identitários trouxe para o debate as “jóias da coroa” que marcaram a génesis e a história dos macaenses como grupo distintivo dos demais, sendo ainda hoje elementos da sua afirmação, falamos da gastronomia e do patuá (o doce papiaçam). Este tema permitiu reavivar esse legado como construção da identidade singular, colocando a importância da sua manutenção enquanto traços distintivos e diferenciadores do “ser macaense”, mesmo moribunda ou com pouco alcance visível, continuam a ser a sua “alma” identitária, evocando a necessidade de os preservar, adaptar e renovar numa lógica de os relançar no futuro que começa hoje.

Lista dos participantes no debate e temas abordados:

Celina Veiga de Oliveira

Historiadora e investigadora sobre assuntos de Macau

«Conhecer o passado e projectar o futuro»

Marisa Gaspar

Antropóloga e investigadora sobre assuntos de Macau

«A identidade como recurso criativo dos macaenses»

Victor Serra de Almeida

Representante da Casa de Macau em Portugal

«Breves notas sobre as Casas de Macau»

Mário dos Santos

Representante da Fundação Casa de Macau

«A importância associativa no futuro dos macaenses»

Manuel Rodrigues

Macaense e estudioso da gastronomia macaense

«Gastronomia: traço marcante da Identidade macaense»

Joaquim Ng (Unge) Pereira

Macaense e estudiosos do crioulo macaense (patuá)

«O Patuá como traço da identidade macaense»

Carlos Piteira (Organização): Investigador do Instituto do Oriente
Maria João Valente (Moderação): LivreMeio

Celina Veiga de Oliveira
Historiadora

Este é um tema bem complexo, com vários ângulos de análise e que tem sofrido alterações impostas pela própria História. Aconselho a leitura do livro *Filhos da Terra – Identidades nos Confins da Expansão Portuguesa*, de António Manuel Hespanha, a todos os que queiram aprofundar os meandros da secular presença portuguesa em Macau.

Comecemos com um relance da História. Macau aparece como um estabelecimento de privados na costa da China, tirando partido da sua situação marginal em relação aos dois impérios, o chinês e o português. Cidade ribeirinha, gerida por uma aristocracia comercial crioulizada, era um lugar político externo à administração do império português. A vida das grandes famílias macaenses, os “filhos da terra”, com nomes portugueses que dissimulam essa crioulização e uma complexa teia de ligações fora do território, gozava de um elevado grau de autonomia, consubstanciada na existência do Senado (ver *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente*, de Almerindo Lessa).

No século XIX, a fundação da colónia britânica de Hong Kong originou a deslocação de muitos portugueses de Macau, que ali procuraram oportunidades de trabalho e, consequentemente, melhores condições de vida. Em presença de um competidor identitário forte, como era o inglês, sentiram necessidade de se olhar ao espelho. Quem somos nós? O que contamos para esta comunidade provinda da maior potência colonial, senhora dos mares, que subordinou o grande Império Chinês? E talvez por isso, certos elementos da estrutura social, económica e intelectual da comunidade portuguesa da colónia pretendiam afirmar a sua cultura, a sua posição de portugueses no Extremo Oriente, numa palavra, a sua portugalidade. O pretexto foi a comemoração, no elitista Club Lusitano, do tricentenário da

morte de Luís de Camões, a 10 de Junho de 1880. A evocação do épico português, símbolo da pátria longínqua e expoente máximo da cultura, era a confirmação da valia intelectual da comunidade portuguesa. A presença do governador inglês, Sir John Pope Hennessy, de altas individualidades coloniais, de estrangeiros radicados e de uma corveta brasileira, que tinha aportado em Hong Kong para seguir em missão diplomática para Pequim, marcou o evento, que teve repercussão assinalável.

Um rico português de Macau, o comendador Lourenço Marques, ofereceu ao Club Lusitano um busto do poeta. Coube a seu filho Lourenço Pereira Marques, médico, personalidade prestigiada em Hong Kong e sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, presidir à cerimónia da entrega, fazendo votos para que o busto de Camões contribuísse para fomentar a união entre os portugueses do Oriente.

A implantação da República Popular da China em 1949 avivou a questão identitária. Macau sentiu necessidade de reafirmar a sua identidade numa dupla direcção: China e Portugal.

Em 1950, a jornalista e escritora Deolinda da Conceição publicou no jornal Notícias de Macau um artigo intitulado “Macau e os macaenses”.

A autora tece sobre Macau e sua história estas considerações: pedacito de Portugal perdido na imensidão da China; terra querida onde o Oriente e o Ocidente se deram as mãos; uma das mais progressivas cidades de todo o império português, revelando aos forasteiros a civilização que assimilou durante os seus quatro séculos de existência; grande testemunho da política da gente portuguesa que, em intercâmbio social, cultural e comercial, mereceu aos chineses confiança, amizade e admiração; pátria querida dos filhos de Portugal que aqui nasceram.

Deolinda da Conceição afirma que os macaenses são, sem dúvida, portugueses de lei, que continuam a tradição dos primeiros dos nossos maiores que aqui vieram trazer o facho da civilização ocidental. Mas há ainda, neste século de luzes, quem ignore a personalidade do macaense e o coloque na categoria dos indígenas das nossas outras províncias ultramarinas. Urge esclarecer este equívoco. O macaense só diverge dos seus irmãos da metrópole em algumas características que resultam da distância da mãe-pátria; tem, é certo, nas suas veias, sangue de outras gentes, sangue que o valorizou,

reunindo em si as qualidades do bom português da metrópole com as características dos habitantes desta Ásia vastíssima. Por isso, conclui que os macaenses são filhos, que desejam, para sempre e unicamente, ser considerados filhos, mas filhos legítimos de Portugal.

O texto de Deolinda da Conceição revela orgulho no uso da palavra macaense, ausente nas comemorações do trintenário da morte de Camões, e uma defesa vigorosa da filiação do macaense na comunidade portuguesa, em plena paridade com os nascidos em Portugal.

Para o último quartel do século xx, quero referir uma personalidade que contribuiu, com a sua inteligência, formação profissional, conhecimento e amor à terra que o viu nascer, para a inserção de Macau num novo contexto político: Carlos Augusto Corrêa Paes D'Assumpção. Assinala-se este ano o 90.o aniversário do nascimento desta figura ímpar de Macau, que, felizmente, a toponímia de Macau consagrou.

Em conclusão:

Afinal, o que é ser macaense? O que caracteriza a identidade macaense? Este conceito, dinâmico, tem, em minha opinião, de ser alargado.

São macaenses os nascidos em Macau, portugueses, chineses, e de outras origens; os que vivem e trabalham em Macau e que consideram aquele espaço como sua terra; os que para lá foram durante a administração portuguesa e os que ainda lá permanecem; os que todos os dias dedicam o melhor de si mesmos para a continuação de um território onde são realidades diárias a paz, a educação, a capacidade empreendedora, o dinamismo económico, a cultura, o gosto pela história e a criação artística (os irmãos Carlos e Victor Marreiros foram há poucos dias consagrados como valores identitários); os macaenses da diáspora, espalhados pelos cinco continentes; as minhas filhas que foram para lá com 4 e 2 anos, e que afirmam aos seus amigos estrangeiros que Macau é my mother town; todas as crianças que, como elas, lá cresceram e viveram anos felizes; e, por fim, aquelas pessoas que, como eu, nunca mais foram de um só lugar, que se sentem unidas àquela terra por laços de afecto que não se esvaem, que perduram, que nos acompanham todos os dias, e que me fazem, por isso, estar hoje aqui.

Marisa C. Gaspar

Antropóloga

SOCIUS/CSG – ISEG, Universidade de Lisboa

A identidade macaense: que futuro? foi o exercício de reflexão, proposto fazer-se em formato de mesa redonda, inserido no programa de atividades da Fundação Oriente para assinalar os 20 anos da transferência de soberania do território de Macau e estabelecimento da Região Administrativa Especial da República Popular da China, a RAEM.

A minha participação no evento coincidiu, temporalmente, com a re-visitação do meu maior trabalho sobre a comunidade euroasiática macaense – os filhos da terra – e as suas redes de atores e interações sociais em torno da “trama” da construção de identidades, inseridas em processos políticos e económicos complexos, simultaneamente locais e globais, no espaço sociocultural de Macau. A questão, em muito similar às interrogações e problemáticas levantadas pela minha investigação, voltou a ser-me colocada, agora, no espectro temporal de 20 anos de história da RAEM.

Num contexto em acelerada transformação física e social provocada pelo crescimento vertiginoso da economia do jogo que ano após ano se supera e atrai, também em crescendo, novas populações de trabalhadores emigrantes e milhões de turistas na sua maioria proveniente da China continental que tentam a sorte nos casinos, acotovelam-se na área histórica demarcada como património da humanidade e saciam o apetite e a curiosidade com a variada oferta culinária que a cidade UNESCO da gastronomia tem para lhes oferecer; como estão os macaenses e como encaram o seu futuro neste novo Macau?

É na atual conjuntura da abertura de Macau à China e ao mundo que entre os macaenses se instala um sentimento de relativa crise de identidade, para uns, pela necessidade de preparação das novas gerações para viverem numa sociedade mais competitiva e exigente, para outros, pelo inevitável desaparecimento da tradicional forma de ser e de estar da comunidade macaense.

O facto de não ser consensual o modo como cada macaense se sente enquanto membro daquela “comunidade imaginada”, especialmente em

situações de mudança social, explica por que razão a sua identidade é escondida com uma certa liberdade pessoal e vai sofrendo alterações ao longo do tempo. São os próprios macaenses que criam a sua identidade (pessoal e coletiva) – e a sua necessária ambivalência identitária – segundo aqueles que são os interesses privados e as interpretações públicas que lhe estão subjacentes num determinado período histórico.

Os macaenses defendem agora uma estratégia de sobrevivência sobre tudo cultural enquanto seres globais, multiétnicos e multiculturais; encontrando-se a sua vantagem competitiva na manutenção da diferença identitária macaense, hoje associada ao reconhecimento e salvaguarda de um património cultural imaterial único no mundo.

A culinária e a língua crioulas resultantes de uma miscigenação a partir de raízes indo-portuguesas, desenvolvidas num espaço cosmopolita e de coabitação que sempre definiu Macau, são as manifestações do património secular dos macaenses e ganharam, entre eles, o estatuto de eixos estruturantes da sua identidade. É a mistura típica do macaense que aparece valorizada como uma marca própria e distintiva da comunidade, independentemente da composição étnica ou das origens familiares das pessoas que a integram.

É como símbolo de uma visão particular da história de Macau – a de um lugar de encontro do Oriente com o Ocidente (ou da China com Portugal), acrescentando-lhe o compromisso político assumido com o princípio “um país, dois sistemas” no qual assenta a constituição da RAEM – onde a própria história da origem e da evolução da comunidade macaense se confunde com ela, que os macaenses se estão novamente a reposicionar no projeto identitário em construção para Macau.

A defesa de uma identidade e um de património cultural exclusivamente macaenses, revela a busca dos macaenses por uma nova lógica de regalias através de práticas legitimadoras da comunidade na contribuição histórica, ideológica e simbólica que Macau representa para a China. A metáfora do bambu enquanto planta que se caracteriza pela sua enorme resistência, durabilidade e versatilidade, continua a estar indissociavelmente ligada à permanente resiliência e reinvenção dos macaenses.

Serão os macaenses do futuro iguais aos do presente? São os do presente como foram os do passado? A resposta é unânime: não! Se há um aspeto que a etnografia da comunidade macaense põe em evidência é o da sua constante adaptação ao meio envolvente.

Com os seus antepassados, os macaenses aprenderam a ser criativos e úteis para a sociedade de Macau. No presente, apostar-se na visibilidade e promoção turística de uma cultura crioula macaense. E no futuro, quais serão os recursos criativos e as aspirações das gerações vindouras no que diz respeito à reprodução social e cultural da comunidade macaense? É esperar para ver.

Vítor Serra de Almeida

Presidente da Mesa de Assembleia da Casa de Macau em Portugal

Desde muito cedo que se verificou que o pequeno burgo criado pelos portugueses na península de Macau e desenvolvido com o consentimento das autoridades chinesas, não tinha condições para, dum ponto de vista económico, proporcionar meios de sobrevivência aos seus habitantes, por variadíssimas razões a começar pela exiguidade do seu território.

Daí que, natural fosse que muitos dos elementos da comunidade luso-descendente aí residente, tivessem de recorrer a emigração, o que no caso em apreço passam a ser chamada de “diáspora macaense”.

Esse fenómeno acentuou-se mais no Sec. XIX, especialmente depois da ocupação britânica de Hong Kong, colónia que se tornou um importantíssimo porto comercial, com as paralelas actividades associadas que levaram a que esse território fosse um foco de atração de várias gentes entre as quais, obviamente, os macaenses que, além de estarem perto em relação aos outros, tinham a grande vantagem de dominarem a língua portuguesa mas também a inglesa e principalmente a chinesa o que a tornava muito apreciada pelos empreendedores da florescente colónia.

Assim, não foi estranho que, como resultado desse êxodo, cerca de 20 anos depois da criação da colónia, fosse inaugurado, em Dezembro de 1866, o Club Lusitano, associação que é, dessa forma, a primeira Casa de Macau.

A “diáspora” continuou e, ao longo desse século e, também, no seguinte deparamos com a existência de pequenas comunidades de macaenses em várias cidades chinesas (Xangai, Cantão) assim como na Malaia e Singapura é até no Japão e Filipinas, embora desses movimentos não tivesse, que se saiba, resultado quaisquer instituições que se intitulassesem de “Casas”.

Foi já nos meados do Sec. XX, no pós II Grande Guerra que devido ao êxodo da totalidade da comunidade luso descendente de Xangai e de grande parte da residente em Hong Kong, acrescida de contingentes de macaenses idos de Macau a partir dos anos 50 que se constituíram comunidades de algum volume nos Estados Unidos (Califórnia), no Canadá (Toronto e Vancouver) e na Austrália.

Igualmente de registar, em determinada época muito restrita, uma emigração para o Brasil não esquecendo, claro, a já usual e duradoura deslocação para Portugal, esta última composta, sobretudo, por estudantes que iam completar os seus estudos universitários em Portugal e dos quais, grande parte ficava no País.

Todos esses luso-descendentes vivendo em terras estranhas, procuraram, naturalmente, o convívio com os seus e, daí, consequentemente, o surgimento de várias “Casas de Macau”, com esse ou outro nome, dos quais o número actual é de 3 nos Estados (Califórnia), 2 em Toronto, 2 em Vancouver, 1 na Austrália, 2 no Brasil (Rio de Janeiro e S. Paulo) e, muito recentemente, 1 na Grã-Bretanha e uma em Portugal (Lisboa) além da já mencionada em Hong Kong.

No que diz respeito à Casa de Portugal há notícias de diligências efectuadas para a criação duma Casa ainda antes do final dos anos 30 do século passado que não tiveram resultado e, embora vários esforços tenham sido feitos em anos posteriores, apenas em 1966 e muito devido ao esforço e dedicação de um macaense, muitas vezes injustamente esquecido, o Dr. Armando Oliveira Hagatong, foi possível obter a autorização das autoridades competentes para a sua criação, mantendo-se, desde aquela data, a sua localização, com o seu já famoso letreiro, a fazer parte da imagem da Praça do Príncipe Real em Lisboa.

Os objectivos das várias Casas são muito semelhantes e baseiam-se, em termos gerais, na “divulgação e preservação” da cultura macaense, na organização de convívios, onde a riquíssima gastronomia macaense impera e na organização de conferências e palestras assim como na realização de actividades relacionas com Macau ou Oriente em Geral.

Com mais ou menos participação dos seus associados, as Casas vão tentando atingir os seus fins, mas à medida que as primeiras gerações, pela ordem natural das coisas, se vão afastando, surge o problema principal de todas elas: o “rejuvenescimento” das suas massas associativas.

Tendo em atenção, o estado geral de todas as sociedades onde as várias Casas estão localizadas, nas quais o espírito associativo está em regressão, torna-se muito difícil encarar com optimismo o futuro destas instituições pelo que, ou as Casas arranjam soluções imaginativas de captação dos mais jovens ou, lentamente, irão desparecer ou transformarem-se em algo que, de “macaense” já pouco ou nada terão.

Esperamos, sinceramente, que estes vaticínios não se venham a concretizar

**Mário Matos dos Santos
Presidente da Fundação Casa de Macau**

No passado dia 6 de dezembro, foi organizada pela Fundação Oriente uma Mesa Redonda que levou a debate a Identidade Macaense e o seu futuro.

Os oradores convidados procuraram elucidar, esclarecer e debater abertamente, em primeiro lugar, o conceito de identidade macaense e, a posteriori, para onde esta se dirige, ou, por outras palavras, o seu destino.

Nesta honrosa iniciativa, fui incumbido da tarefa de comunicar e ilustrar sobre o papel das instituições e entidades afetas a Macau, erguidas por força da existência da sua vasta Diáspora e, mais importante ainda, para a defesa, manutenção e continuidade da sua identidade no tempo.

Sobre a primeira parte da minha comunicação, ficou enaltecido o papel que as entidades que trabalham com e para Macau representam, ainda hoje, no seio da sociedade civil, no contexto português em particular. Quer pelo

envolvimento que imprimem entre o público em geral e a cultura macaense, através de profissionais que emprestam o seu contributo, nas mais variadas áreas, ao ideário macaense, por via da História, da Ciência, da Educação, das Artes e tantos outros saberes, quer pelo dinamismo que conferem à identidade macaense mantendo-a viva e próxima da sociedade, as entidades afetas a Macau continuam a representar um papel fundamental e imperioso nos dias de hoje.

Com efeito, e considerando as rápidas e complexas alterações a que o mundo está exposto quase diariamente, também estas instituições, que se concentram, funcionam e movem em prol de domínios de lenta transformação, como a cultura, por exemplo, devem respeitar e acompanhar, na medida do possível, as mudanças a que estão expostas, bem como refletir, metodicamente sobre a sua ação e papel no mundo atual.

Esta reflexão, imperativa à luz do que descrevo, leva-nos a um segundo pensamento e debate que se ocupa de saber para onde se dirigem estas instituições ou, mais particularmente, a própria identidade macaense.

Que futuro será então este? Sobre que perspetivas e pilares assentará a manutenção e a evolução da identidade macaense?

A este respeito, permiti-me estabelecer quatro dimensões que, quanto a mim, configurarão o futuro desta identidade. São elas, a tradição, a gastronomia, a dimensão da Diáspora e a expressividade cultural. Serão estes os fatores que permitirão manter e perpetuar a identidade macaense. Os únicos veículos que poderão capacitar esta continuidade, para além dos meios e mecanismos atualmente existentes, são, a meu ver, os apoios históricos, o seu estudo e investigação em academias nas latitudes mais diversas, a permanência e o cultivo das tradições familiares e a tolerância funcional nas novas dinâmicas e palcos de comunicação.

Para isto, haverá que congregar a ação das diversas estruturas e instituições atualmente existentes de matriz macaense e outros veículos de emulação e produção de conhecimento, i. e. academias, centros de investigação, universidades, think tanks e outros. O sucesso deste desígnio está igualmente dependente da maleabilidade e capacidade de adaptação às diversas conjunturas, visando sempre manter o fio identificador da denominada

“macaensidade”, tal como o bambu, que se verga com a tempestade, mas que se reergue de seguida.

Manuel Rodrigues

Especialista nos estudos sobre Gastronomia macaense

Todos vimos o pequeno filme que acabou de passar as entrevistas de Macaenses de vários estratos sociais. É peremptório que os macaenses se revêm na gastronomia a sua razão de pertença.

As minhas investigações na área da História da Gastronomia Macaense indicam claramente que a identidade macaense está implícita na gastronomia, na língua e na religião católica e é nela que se encontra a chave da continuidade do ser “Macaense” e das comunidades Macaenses.

As receitas da cozinha macaense contêm nomes exóticos tais como: achar de fula papaeira macho, alua, apa-bico, bagi, baliçã, porco balichá tamarindo, bafassá, pan-pan di mamá ou mammum, bolo minino, bredo raba-raba, celicário, chácha, tacho, chicu di porco, chilicote, congee, diabo, dodol, hâng-gân-péng, lacassá, ladu, chili-miçó, minchi, óndi-óndi, peixe têmpra e saran-surabe entre muitos outros.

Pergunta-se então que língua é essa, como é que estas receitas chegaram a Macau e qual o seu papel na construção identitária dos macaenses?

Após a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque em 1511 e a implementação da política de miscigenação, o Malaio Bazar, a língua comercial utilizada no Oriente em contacto com o Português popular quinhentista evoluiu para o Ásio Português com vocábulos adoptados do Tâmil, Árabe, Japonês e Chinês. Com o passar dos tempos o Ásio Português transformou-se no Papiá ou Patoá, a língua de Macau.

Analizando a etimologia dos nomes das receitas e cruzando-as com factos históricos e locais geográficos dos acontecimentos permite-nos voltar ao passado e explorar a origem e a singularidade destas receitas para melhor compreender a razão dos Macaenses se sentirem Macaenses.

Por exemplo, há quem considera as fatias da China como a receita que está na origem do bolo macaense do século XVI conhecido como sará-surave.

Outros autores sugerem sará-surabe como sendo um pão-de-ló feito com dezasseis ovos e cozido em banho-maria.

Uma análise mais aprofundada desta receita, permite-nos verificar que o termo sará-surabe deriva de sarang serabai que significa ninho de andorinha do mar em Malaio bazar. O preço exorbitante dos ninhos de andorinhas do mar que podia chegar ao dobro do seu peso em prata, levou os Filhos da terra a utilizar gemas de ovo, que quando batidas longamente adquirem uma cor esbranquiçada e de consistência cremosa. Quando cozidas a vapor parecem ninhos de andorinha do mar.

É de salientar que o nome fatias-da-China por si só já evoca Macau nome dado à Cidade de Nome de Deus na China nos documentos portugueses da época e só aparece mencionada pela primeira vez na “Arte de cozinha” do João da Mata publicado em 1888 uns bons trezentos anos depois do aparecimento do sará-surabe.

Outro exemplo é o arroz doce que tem a sua origem na sopa fria de arroz do Japão que as mães macaenses oriundas de Nagasáqui adaptam com junção da canela moída por volta de 1560-1580. Esta receita entra na cozinha portuguesa inicialmente em 1680 com o nome de Arroz do Japão e mais tarde como arroz doce, o doce mais típico da cozinha portuguesa.

Um terceiro exemplo é o prato denominado galinha à portuguesa que de português nada tem pois é um prato de frango confeccionado com coco e curcuma também conhecido como açafrão das Índia.

Esta receita conhecida pelo nome chinês de “galinha dos portugueses” em honra dos Filhos da terra nas vitórias alcançadas na guerra contra os Holandeses. É um prato muito popular entre os chineses de Macau e Hong Kong que quase se tornou numa receita dos cantonenses na diáspora.

Há muitos outros exemplos de outras culturas mais fortes apoderarem-se das receitas macaenses como sendo delas.

O receituário da cozinha macaense é de uma riqueza extraordinária e como estudos, considero-o um “arquivo vivo da história dos macaenses” e um pilar fundamental da sua identidade singular.

Para terminar podemos concluir que os pratos da cozinha Macaense estão ancorados nos acontecimentos históricos, linguísticos e religiosos que teceram a malha social da integração étnica.

A culinária e a sua preparação são facetas importantes na construção identitária dos Macaenses.

Circunstâncias sociais, políticas e económicas determinam as percepções que os Macaenses têm da história. É através da culinária Macaense que podemos compreender o “ser macaense”.

O grande risco para esta identidade singular e das comunidades macaenses na diáspora poderá residir na falta de divulgação deste património levando-o ao esquecimento e consequentemente no apoderamento destas receitas por culturas mais fortes sejam elas portuguesas, chinesas ou outras.

A culinária, a língua e a religião são blocos construtivos da identidade e as tradições moldam essa identidade. Devemos salvaguardar e promovê-las para fortalecer o orgulho próprio e o nosso sentimento de pertença.

Joaquim Pereira

Especialista nos estudos sobre «Patuá macaísta»

“O Homem age como se fosse o modelador e o dono da língua, mas na verdade é a língua que continua a ser dona do homem”.

- Martin Heidegger (1889-1976)

O que é o patuá? Será apenas um dialecto? Algo que é falado numa comunidade? Circunscrito a um grupo, uma etnia ou uma casta?

O patuá é mais que isso. Sabe-se que o patuá é um dialecto macaense com origens no pidgin – um processo de comunicação misto entre crioulos euro-asiáticos cujas origens provêm de Malaca, Timor, Cabo Verde e Europa (Portugal e Holanda).

Na Revista de Macau de Março de 2007, foi escrito um artigo que revela algo mais sobre isto: “As semelhanças surpreendentes entre os pidgins a nível mundial e a língua crioula podem explicar-se assumindo uma origem monogenética. Alguns linguistas acreditam que muitos dos crioulos existentes no mundo são baseados numa “proto-língua” – um pidgin português do Sec. XV... variante do provençal do sul de França tornada pidgin” (o termo pidgin, crê-se que venha de uma alteração chinesa à palavra business).

O patuá de Macau tem assim a sua géneze numa matriz portuguesa com influências do papiamento luso-afro-holandês. Nesse contexto, percebe-se que o patuá macaense derive do francês patois (ou seja, o falar rude). Mas o patuá é igualmente conhecido entre os linguistas como: o “macaísta chapado”; o “crioulo de Macau”; o “macaense”; o “papia cristam di Macau” ou o “dóci papiaçam”. Em patuá o léxico, “papia” significa conversar.

O patuá de Macau começou a desenvolver-se com o estabelecimento dos portugueses em Macau por volta de 1557. Em 1511, os portugueses já se tinham estabelecido em Malaca, e a miscigenação cultural daí resultante com o cruzamento entre portugueses e mulheres malaias, resultaram na comunicação de um crioulo malaio-português (papia kristang).

Nos finais dos Sec. XVI, trouxeram para Macau esse crioulo, que se desenvolveu para o patuá de Macau. Segundo Senna Fernandes, advogado e estudioso do patuá em Macau, o patuá tornou-se assim numa: “parte integrante da alma multicultural de Macau e do seu incomensurável património intangível sino-português” (a UNESCO define o termo como: “um património vivo que é a essência da nossa diversidade cultural, e a sua preservação como a garantia de uma criatividade contínua.”) Senna Fernandes reconhece que “o patuá não tem salvação possível, que não mais se manifestará com a vitalidade, entretanto perdida”. Contudo, ele afirma de seguida: “se perguntar a um macaense se o patuá deve ser atirado para o lixo, ele diz-lhe logo que não”.

E Portugal? O que terão os portugueses a ver com o patuá macaense? O patuá é um dialecto de matriz portuguesa. Nasceu e cresceu do “ADN” da língua portuguesa. Como tal, tem uma afinidade simbólica nas definições e na identificação da cultura e da história portuguesa. É parte de um padrão de transmitido de geração em geração. A sua géneze é cristã, tal como a portuguesa, a base lexical é portuguesa, e a sua cultura é, igualmente portuguesa. Sabemos que as características que identificam e definem uma nação, passam pelas tradições culturais, a língua e a religião comuns de um povo. O mirandês em Portugal adquiriu, com todo o mérito e propriedade, um estatuto português. Nesse aspecto podemos então afirmar que o patuá, tão longe de Portugal, mas a este país tão ligado possui as mesmas raízes,

a mesma religião e as mesmas origens. Os macaenses não o negam. Negá-lo-ão os portugueses?

Citando o Dr. Roberto Carneiro, no seu livro “O macaense”:

“Da China, Macau recebe o Mistério, a Espiritualidade, a Sensibilidade. De Portugal, ela é herdeira de Aventura, Maresia e Cristianismo universal. De ambos, Macau tem de comum o fado. Macau possui o encanto discreto das grandes instâncias de síntese. Ela consegue reunir, sem antagonismo, a espiritualidade chinesa e o humanismo português, o milagre da comunicação entre a expressão ideográfica chinesa e a poética ínsita na língua de Camões”.

Política Editorial

A política editorial da Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos procura seguir um critério de colaboração alargado, no âmbito das Ciências Sociais, que vise a divulgação das grandes temáticas dos Estudos Asiáticos, de preferência de interesse para Portugal. Os autores deverão enviar os seus textos originais e não os deverão submeter a outras publicações em simultâneo.

Submissão de artigos

Os artigos devem ser submetidos eletronicamente em formato Microsoft Word para **ioriente@iscsp.ulisboa.pt**, juntamente com uma breve nota biográfica do autor. A redação dos artigos deverá ser feita em língua portuguesa ou inglesa. O português será o idioma base de publicação. Os artigos deverão ter preferencialmente entre 6,000 e 12,000 palavras, e as recensões entre 2000 e 3000 palavras, incluindo espaços, notas e referências bibliográficas.

Na sequência da primeira escolha, da responsabilidade da Direção da Revista, os textos selecionados serão submetidos a um processo de *double-blind peer review*. Os *reviewers* poderão ou não coincidir com os membros do Conselho Consultivo da revista. Os pareceres dos *reviewers*, sem indicação dos nomes dos mesmos, poderão ser encaminhados para os autores quando tal se justificar. Quando aplicável, será indicado um prazo limite para a revisão dos artigos, findo o qual, e na eventualidade da ausência de resposta, o Gabinete Editorial e a Direção reservam-se ao direito de decidir sobre a publicação do artigo.

Indicações gerais para o texto

Espaçamento entre linhas: 1,5

Espaçamento entre parágrafos: 2

Fonte: Garamond

Tamanho: 12

Título: deve ser indicado no início do artigo, a negrito.

Nota de autor: No parágrafo imediatamente seguinte ao título deve constar uma nota sobre o autor. A nota deve incluir, em primeiro lugar, o nome do autor, a negrito e, por baixo, a filiação, morada completa e correio eletrónico.

Deve ser utilizado o sistema autor-data, conforme o livro de estilo da *American Psychological Association* (<http://www.apastyle.org/learn/quick-guide-on-references.aspx>). Exemplo:

(Coissoró, 2009, p.10)

Tabelas e figuras: indicação do tipo e número da ilustração, seguido do respetivo título e terminando com a menção da fonte de onde provém a informação. As imagens serão publicadas a preto e branco. O envio de imagens de alta qualidade e a permissão da publicação das mesmas são da responsabilidade do autor.

Resumo/Abstract

O Resumo deve ser precedido pelo título homónimo, alinhado à esquerda, a negrito e itálico. No parágrafo seguinte deve tomar lugar a redação do texto, também em itálico, que deve corresponder a um parágrafo entre 100 e 150 palavras, em português e inglês. Abaixo devem ser adicionadas entre duas a quatro palavras-chave, em itálico e entre vírgulas, em português e em inglês. O título também deverá ser apresentado em português e inglês.

Reference list

A lista de referências deve ser apresentada alfabeticamente e em inglês. Deve ter início na primeira página seguinte ao término do corpo de texto. O título “Reference List” deve ser indicado no canto superior esquerdo, a negrito. A formatação é pendente.

Direitos de autor

É condição de publicação na Revista que os(as) autores(as) cedam os direitos ao Instituto do Oriente/ISCSP-ULisboa. Ao ceder os direitos, os(as) autores(as) podem posteriormente utilizar o seu material noutras publicações, desde que a Revista seja identificada como o local original de publicação e o Instituto do Oriente/ISCSP-ULisboa notificado a priori e por escrito.

Editorial Policy

The editorial policy of Daxiyangguo – Portuguese Journal of Asian Studies seeks to follow a broad range on Social Sciences subjects, aiming for the dissemination of the most prominent issues of Asian Studies, preferably related with Portugal. The authors should to send their original texts and shall not submit them simultaneously to other publications.

Items submission

The items should be submitted electronically to **ioriente@iscsp.ulisboa.pt** using the Microsoft Word format, along with a brief biography of the author. The articles can be submitted in Portuguese or English. Portuguese is the main language of the publication. The articles should preferentially have between 6,000 and 12,000 words, and the book reviews between 2,000 and 3,000 words, including spaces, notes and the reference list.

The first selection of articles will be of the Director. The selected articles will be submitted to a Double-blind peer review process. The reviewers might coincide or not with the members of the journal's Scientific Advisory Board. When appropriate, a deadline for articles revision by the authors will be provided. In the absence of a reply, the Director and the Editorial Office reserve the right to decide on the publication of the article.

General text guidelines

Spacing (between lines): 1,5

Spacing (between paragraphs): 2

Font: Garamond

Font size: 12

Title: must in bold.

Authors note: Following the title there should be a note about the author. This note should include the author's name, in bold, and bellow the filiation, complete address and email.

The author-date system must be used, American Psychological Association style (<http://www.apastyle.org/learn/quick-guide-on-references.aspx>). Example:

(Coissoró, 2009, p.10)

Tables and figures: indication of the type and number, followed by the title and source. The images will be published in black and white. The submission of high quality images and the permission to publish them are of the author's responsibility.

Abstract

The Abstract must start with the title "Abstract" on the left, in bold and italic. The text must be between 100 and 150 words, in Portuguese and English and, also, in italic. Two to four keywords should be added bellow, in italic and between commas, in Portuguese and English. The title should also be presented both in Portuguese and in English.

Reference list

The Reference List should be listed alphabetically and in English. It shall begin in the first page after the end of the main text. The tile "Reference List" should be indicated at the upper left corner, in bold. The paragraph should be pendent.

Copyright

It is a condition of publication in the Journal that authors assign copyright to Instituto do Oriente/ISCSP-ULisboa. In assigning copyright, authors may use their own material in other publications provided that the Journal is acknowledged as the original place of publication, and Instituto do Oriente/ISCSP-ULisboa is notified in writing and in advance.